



Universidade do Porto
Faculdade de Direito

Helena de Fátima Ferreira Antunes

*Perceções sobre o regime legal das drogas e
Influências normativas nos consumos de drogas*

Mestrado em Criminologia

Trabalho realizado sob a orientação do
Professor Doutor Jorge Quintas

Maio de 2013

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Jorge Quintas, pela orientação científica desta Dissertação, pelo incentivo constante e por acreditar no meu trabalho.

À instituição “Projeto Homem” de Braga, na pessoa da Dr.^a Virgínia Freitas, presidente da instituição, pela autorização concedida para a realização de entrevistas aos toxicodependentes. Aos Terapeutas da fase de Reinserção Social pela forma acolhedora e disponível como me receberam; aos utentes da Reinserção Social, em especial aqueles que colaboram com os seus relatos através das entrevistas.

Aos não consumidores de drogas ilícitas que também colaboraram com os seus relatos para esta investigação, ao se disponibilizarem para a realização das entrevistas.

À Professora Felisbela Freitas pela preciosa ajuda nesta Dissertação.

Aos meus pais, sobretudo à minha mãe pelo apoio incondicional.

Ao meu avô Armindo que, embora já não presente fisicamente, continua a ser uma referência para mim.

Aos meus amigos mais próximos, por estarem sempre presentes na minha vida e pelo apoio constante.

Título: Percepções sobre o regime legal das drogas e Influências normativas nos consumos de drogas

Resumo

Pelo presente estudo procuramos compreender, de forma aprofundada e com detalhe, as percepções sobre o regime legal das drogas e as influências normativas nos consumos de drogas, através de dois grupos contrastantes – um grupo de consumidores toxicodependentes e um grupo de não consumidores de drogas ilícitas – utilizando, para tal, metodologias de índole qualitativo. Os dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas realizadas a 16 indivíduos (8 indivíduos de cada grupo).

Os resultados indicam que os dois grupos contrastantes apresentam-se, genericamente, favoráveis à interdição do consumo de drogas, sendo que o grupo de toxicodependentes considera que o consumo deve ser classificado com um regime de contra ordenação, ao invés do grupo de não consumidores que são favoráveis ao consumo como um crime. Os dois grupos percebem como legítima, mas como ineficaz a interdição do consumo de drogas. O grupo de toxicodependentes considera injusto que o consumidor de drogas seja sancionado pelo ato de consumo, ao contrário do grupo de não consumidores que perceciona como justo o sancionamento para delitos de consumo. Os participantes de ambos os grupos têm conhecimento de que a lei do consumo de drogas em Portugal interdita o consumo. Os toxicodependentes tendem a considerar que vigora um regime de contra ordenação, enquanto os não consumidores revelam desconhecimento do regime em vigor.

No que respeita às influências dissuasivas, a ameaça da sanção não é relevante para uma parte dos não consumidores. Justificam-se pela lei atual, provavelmente por ser menos punitiva, e pela necessidade/dependência da substância. A variável ameaça da sanção é sentida pelos toxicodependentes, contudo, não modifica os seus consumos diretamente, apenas os leva à utilização de estratégias de consumo que lhes permita evitar a possibilidade de deteção policial. A experiência da deteção nos consumidores é escassa e, também, não levou a modificação nos consumos. A experiência vicariante de punição é mais evidente no grupo dos toxicodependentes, mas a estimativa do risco de ser detetado também não teve importância nas suas decisões de consumo.

Os participantes apresentam uma avaliação moral negativa do ato de consumo de drogas, assumindo um certo sentimento de culpa pelos consumos. Há também a percepção de que, a sociedade em geral, condena comportamentos de consumo de drogas. Acresce que os

controles informais exercidos pela família e/ou pelo grupo de pares e a própria ameaça de sanções informais também não exercem influência direta nos consumos, na medida em que, no caso dos toxicodependentes, estes utilizam estratégias de evitamento da possibilidade de detecção familiar. Estas normas pessoais e sociais não exerceram um efeito eficaz de regulação dos consumos no grupo de toxicodependentes porque, mais uma vez, a necessidade de consumo das substâncias se sobrepõe. Estes resultados mostram, assim, a irrelevância das influências dissuasivas e normativas em detrimento de fatores motivacionais de determinação dos consumos de drogas.

Palavras-chave: consumo de drogas; lei do consumo de drogas; dissuasão; ameaça da sanção; experiência de detecção; avaliação moral; controles sociais informais.

Title: Perceptions about the legal framework of drugs and normative influences in drug use

Abstract

Throughout this study we seek to understand, in depth and detail, the perceptions about the legal framework of drugs and normative influences in the use of drugs, through two contrasting groups - a group of drug addicts and a group of non-consumers of illicit drugs - using for that effect, qualitative methodologies. Data was collected through semi-structured interviews to 16 subjects (8 subjects of each group).

The results indicate that the two contrasting groups present themselves, generally favourable to the interdiction of drug use, and the drug addicts group believes that drug use should be classified within a legal framework of infringement, opposing to the group of non-consumers that are favourable to the consumption as a crime. Both groups recognize as legitimate, but also as ineffective the prohibition of drug use. The drug addicts group considers unfair that the drug user is sanctioned by the act of consumption, unlike the group of non-consumers that considers as fair sanctioning for drug use. The participants of both groups are aware of the drug law consumption in Portugal and the prohibition of drug use. Drug users tend to consider a legal framework of infringement, while non-consumers do not know the legal framework in force.

Regarding dissuasive influences, the threat of sanctions is not relevant to a part of non-consumers. They are justified by current law, probably because it is less punitive, and by the need of/dependency on drugs. The variable threat of sanction is felt by drug addicts, however, it does not alter directly their consumption habits, it only leads to the use of consumption strategies that allow them to avoid the possibility of police detection. The experience of detection on drug users is scarce, and also did not lead to changes in consumption habits. The experience of vicarious punishment is more evident in the group of drug addicts, but the estimate of the risk of being detected was not relevant for their consumption decisions.

Participants present a negative moral evaluation of the act of drug use, assuming a certain sense of guilt for drug consumption. There is also the perception that, society in general, condemns drug use behaviours. Moreover, the informal controls exercised by family and/or peer group and the very threat of informal sanctions do not exert direct influence on consumption habits, to the extent that, in the case of drug addicts, they use avoidance strategies of the possibility of family detection. These personal and social standards did not

exert an effective effect on consumption adjustment in the group of drug addicts because, again, the need to use drugs overlapped. Thus, these results show the irrelevance of dissuasive and normative influences to the detriment of motivational factors for determining the consumption of drugs.

Keywords: drugs use; drug law; deterrence; threat of sanction; detection experience; moral evaluation; informal social controls.

Índice de matérias

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract	v
Índice de matérias.....	vii
Lista de Abreviaturas.....	x
Lista de tabelas	xi
Introdução.....	1
PARTE A – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
Capítulo I - Regime legal das drogas	4
1. Regimes de regulação das drogas.....	4
2. Comparação de regimes – os estudos agregados	8
3. Lei do consumo de drogas – em particular a descriminalização portuguesa	12
Capítulo II - Normas e Dissuasão	13
1. Normas e Desvio	13
2. Controlo Social.....	16
2.1 Controlo Social Formal	19
2.1.1- Dissuasão	19
2.1.1.1 – A Dissuasão Clássica	19
2.1.1.2 A dissuasão geral e a dissuasão específica	21
2.1.2 Normas e Sanções legais	23
2.2 Controlo Social Informal.....	26
2.2.1 Normas e Sanções Sociais.....	26
2.2.2 Normas Internalizadas.....	28
3. Estudos empíricos sobre Normas e Dissuasão	29
3.1 Estudos de Dissuasão Percetual	29
PARTE B – ESTUDO EMPÍRICO	33
Capítulo III – Metodologia	34
1. Descrição e Fundamentação da Metodologia.....	34
2. Desenho de Investigação	35
3. Constituição da Amostra	36

3.1 Participantes	38
4. Instrumentos	40
5. Procedimentos	42
6. Análise dos dados.....	43
Capítulo IV – Resultados	45
1. Perceções sobre o regime legal das drogas	46
1.1 Perceção sobre o regime legal do consumo de drogas	46
1.1.1 A interdição do consumo de drogas	47
1.1.2 A não interdição do consumo de drogas	50
1.1.3 A interdição de algumas substâncias.....	51
1.2 Eficácia e legitimidade da lei e legitimidade do sancionamento.....	53
1.2.1 A ineficácia da interdição do consumo de drogas	55
1.2.2 A legitimidade da interdição do consumo de drogas	56
1.2.3 A dúvida quanto à legitimidade da sanção	57
1.2.4 A intervenção das instâncias formais de controlo	59
1.2.4.1 Atuação das autoridades policiais	59
1.2.4.2 Sancionamento dos delitos de consumo	60
2. Atual regime legal do consumo de drogas	61
2.1 Conhecimento da Lei do consumo de drogas.....	61
2.2 Opinião sobre a lei portuguesa da descriminalização	63
2.2.1 Opinião sobre o regime da descriminalização do consumo de drogas.....	64
2.2.2 Influência da atual lei nos consumos e no número de consumidores dependentes .	68
3. Dissuasão.....	69
3.1 Influência da ameaça da sanção	69
3.1.1 Influência da ameaça da sanção nas decisões de consumo	70
3.1.2 Influência da ameaça da sanção na carreira dos consumidores.....	74
3.2 Experiência de deteção e sanção	76
3.3 Experiência vicariante de deteção e sanção	80
3.4 Consequências informais da sanção	83
4. Normas Internalizadas	85
5. Normas sociais/Sanções informais	90
5.1 Relação com as pessoas próximas.....	90
5.2 Relação com a família	93
5.3 Relação com o grupo de pares.....	95
Capítulo V – Discussão dos Resultados	96
Considerações Finais.....	106

1. Conclusões	106
2. Limitações do Estudo	112
3. Pistas para Investigações Futuras	113
BIBLIOGRAFIA	115
LEGISLAÇÃO	118
ANEXOS	119

Lista de Abreviaturas

CAT – Centro de Atendimento a Toxicodependentes

CDT – Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência

CEN - *Cannabis* Expiation Notice

CNU88 - Convenção das Nações Unidas contra o tráfico (1988)

CSP71 – Convenção de 1971 sobre as Substâncias Psicotrópicas

CUE61 – Convenção Única sobre os Estupefacientes de 1961

Lista de tabelas

Tabela 1: Caracterização sociodemográfica da amostra

Tabela 2: Percepções sobre o regime legal das drogas

Tabela 3: Percepções sobre a eficácia e legitimidade da interdição, sobre a legitimidade da sanção, sobre a atuação das autoridades policiais e sobre o sancionamento dos delitos de consumo

Tabela 4: Conhecimento da lei do consumo de drogas

Tabela 5: Opinião sobre a lei portuguesa da descriminalização do consumo de drogas

Tabela 6: Percepção da ameaça da sanção e sua influência nas decisões de consumo

Tabela 7: Influência da ameaça da sanção na carreira de consumos

Tabela 8: Experiência com deteção e sanção

Tabela 9: Experiência vicariante de deteção e sanção

Tabela 10: Existência de consequências informais da sanção

Tabela 11: Avaliação moral de comportamentos de consumo de drogas

Tabela 12: Opinião das pessoas próximas sobre consumos de drogas

Tabela 13: Ameaça da sanção informal na carreira de consumos

Introdução

O presente trabalho de investigação inscreve-se na Dissertação do Mestrado em Criminologia e tem como objetivo central analisar: as *Percepções sobre o regime legal das drogas* e as *Influências normativas nos consumos de drogas*. Este estudo de investigação tem a finalidade de, através dele, compreendermos e explicarmos as percepções sobre o regime legal das drogas em Portugal, assim como a influência da dissuasão e das normas nos consumos de drogas, a partir de dois grupos diferenciados – um grupo de consumidores toxicodependentes e um grupo de não consumidores de drogas ilícitas - selecionados de forma intencional. O motivo que justifica a escolha desta área temática prende-se com a sua pertinência científica no âmbito da Criminologia, e tem a relevância de explorar este fenómeno a partir de uma metodologia de cariz qualitativo ainda não usada nesta temática das influências normativas nos consumos de drogas. Visamos, assim, obter uma compreensão profunda do objeto de estudo.

As temáticas suprarreferidas transformam-se em questões de partida/investigação que demonstram significativa pertinência na procura de resposta: 1 – *Que percepções os consumidores toxicodependentes e não consumidores de drogas ilícitas têm acerca do regime legal português que regulamenta o consumo de drogas?* 2- *Que influências exercem as normas legais, sociais e internalizadas nos consumos de drogas?*

Com este estudo pretendemos verificar empiricamente o seguinte: por um lado, compreender e analisar as percepções que os indivíduos têm acerca do regime legal das drogas e do conhecimento sobre o regime de descriminalização em vigor; por outro lado, a influência que as normas e sanções legais têm sobre comportamentos de consumo de drogas, isto é, a importância normativa do interdito legal no que respeita aos consumos de drogas, nomeadamente a importância dissuasiva dos mecanismos sancionatórios aos consumidores de substâncias ilícitas; assim como, a influência que as normas internalizadas e as normas/sanções sociais têm sobre esses mesmos consumos.

O presente trabalho de investigação¹ encontra-se dividido em duas partes essenciais: a Parte A destinada ao enquadramento teórico; e a Parte B que integra o nosso estudo empírico. A Parte A, que incide na apresentação e explicitação dos quadros teóricos envolventes, integra dois capítulos, sendo que o primeiro incide sobre o regime legal das drogas e o segundo

¹ De salientar que as traduções das citações em língua estrangeira, ao longo de toda esta Dissertação, são da responsabilidade da autora deste trabalho.

destinado às normas e à dissuasão. A Parte B integra o terceiro capítulo onde apresentamos a metodologia, o capítulo quarto que respeita aos resultados e o capítulo quinto onde consta a discussão dos resultados. As considerações finais integram algumas conclusões do estudo, assim como as suas limitações, sem esquecer a apresentação de pistas para investigações futuras. Passamos, então, a uma explicitação sucinta de cada uma das partes.

O primeiro capítulo consiste na apresentação das Convenções Internacionais que interditam o consumo de drogas, assim como dá conta dos diferentes regimes de regulação do consumo/uso de drogas, segundo alguns autores. De seguida, procedemos a uma comparação de regimes, através da apresentação de estudos agregados levados a cabo por diversos investigadores: autores que compararam diferentes áreas geográficas, relacionando as variações nas taxas de consumo e nos níveis de sancionamento; e autores que avaliaram o impacto de uma determinada modificação legislativa ou forma de aplicação das leis nos comportamentos. Por fim, apresentamos a modificação legislativa operada em Portugal, com a introdução da lei da descriminalização em 2001.

O segundo capítulo, por seu turno, apresenta, de forma explícita, os quadros teóricos nos quais se inscrevem as normas e a dissuasão. Deste modo, começamos por delimitar os conceitos de “norma”, “desvio” e “controlo social” (formal e informal). De seguida, são apresentadas e explicadas as teorias da dissuasão, começando por focar a dissuasão clássica de Beccaria e Bentham, com a apresentação das suas variáveis (certeza, severidade, celeridade), sem descurar as críticas que têm vindo a ser tecidas por autores mais recentes. No que concerne ao controlo social informal, pretendemos definir e destacar a influência das normas e sanções sociais, assim como das normas internalizadas, nos consumos de drogas. Após isto, abordam-se os estudos de dissuasão percetual e damos conta de alguns estudos empíricos de dissuasão percetual, relacionados com consumos de drogas.

A Parte B inicia-se com a apresentação dos objetivos que conduzem esta investigação. Integra-se, aqui, o capítulo três destinado à apresentação da metodologia usada, sendo de realçar que esta é de índole qualitativa. A descrição e fundamentação pela metodologia qualitativa é apresentada, assim como o desenho de investigação que justifica a opção por esta metodologia. Os participantes e a caracterização sociodemográfica da amostra são apresentados de seguida. Ainda para a definição do desenho de investigação, procuramos ter em conta os objetivos da investigação. Por tal, optamos pela realização de entrevistas a toxicodependentes e não consumidores de drogas ilícitas, que permitissem uma recolha mais aprofundada dos dados dos dois grupos em análise. Assim sendo, a técnica de entrevista

semiestruturada afigura-se-nos como a técnica principal no que concerne a recolher, através dos discursos dos indivíduos, informação mais direcionada para o nosso tema de pesquisa. Para a realização das entrevistas concebemos um guião para o efeito. As entrevistas realizadas foram, obviamente, sujeitas a transcrição total e, posteriormente, procedemos à análise de conteúdo das mesmas. A descrição da forma como os dados serão analisados também se inclui neste capítulo, assim como todos os procedimentos adotados para levar a cabo a investigação.

No capítulo quarto, destacado para a apresentação dos Resultados, apresentamos um estudo de natureza qualitativa, com entrevistas semiestruturadas realizadas a consumidores toxicodependentes e não consumidores de drogas ilícitas pretendendo analisar com detalhe: a) as perceções que os dois grupos contrastantes têm sobre o regime legal do consumo de drogas; b) e a influência dos três tipos de normas – legais, sociais e internalizadas - nos consumos de drogas.

O capítulo quinto, destinado à discussão dos resultados, visa a sua ligação ao enquadramento teórico, contrapondo os resultados que obtivemos através da nossa investigação com o que foi sendo apresentado nos quadros teóricos.

Nas Considerações Finais pretendemos apresentar alguns aspetos conclusivos acerca deste projeto de investigação, nomeadamente a apresentação das respostas às questões de investigação formuladas. Também aqui apresentamos algumas limitações do nosso estudo, sugerindo algumas pistas para investigações futuras.

Resumindo: analisar as perceções sobre o regime legal do consumo de drogas e a influência das normas nos comportamentos de consumo de drogas é, como já referido, a contribuição que pretendemos dar com o nosso estudo.

PARTE A – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo I - Regime legal das drogas

1. Regimes de regulação das drogas

A legislação do consumo de drogas e/ou posse de droga para consumo difere nos diversos países. Apesar do tráfico de drogas ser, em todos os países, um ilícito passível de registo criminal e, por conseguinte, ser um ato punido, o mesmo não sucede em todos os países relativamente ao consumo e/ou posse para consumo, sendo a opção legislativa deixada ao critério de cada país, embora sempre interdito (mas nem sempre crime), no respeito pelas Convenções Internacionais.

Durante o século XX, a nível do direito internacional da droga, tiveram lugar algumas Convenções. Em 1961, a Convenção Única sobre Estupefacientes estipulou que as Partes devem limitar a produção, exportação/importação, distribuição, comércio e uso de estupefacientes exclusivamente a fins médicos e científicos. A CUE61 (Convenção Única sobre Estupefacientes de 1961) visa controlar cerca de 120 substâncias. As Partes ficam sujeitas a uma supervisão por parte das Nações Unidas, com objetivo de impedir o desvio das substâncias para o mercado ilícito, pelo que, se violarem os preceitos convencionais, estarão sujeitas a sanções de caráter penal. (Martins, 2003)

A Convenção de 1971 sobre as Substâncias Psicotrópicas (CSP71), visa – tal como a anterior Convenção - a limitação do uso de substâncias para fins médicos e científicos e a proteção da saúde física e mental da Humanidade. A CSP71, relativamente à CUE61, autonomiza algumas substâncias de uso mais frequente e consideradas menos perigosas e visa o controlo de 115 substâncias (Martins, 2003)

Em 1988 teve lugar a Convenção das Nações Unidas (CNU88) contra o tráfico. A necessidade desta Convenção ficou a dever-se ao consumo descontrolado de algumas drogas que, “...para além de atacar a saúde de uma parte da população, mina a economia legítima...” (Martins, 2003, p.58) A CNU88 traz como objetivo novo, o controlo de outras substâncias (por exemplo, produtos químicos e insolventes) dada a sua suscetibilidade de desvio para o fabrico ilícito de drogas. Estas e outras substâncias (num total de 22) ficam sujeitas a um controlo a nível da produção, distribuição e comércio internacional, embora esse controlo seja de menor peso do que o das Convenções anteriores. (Martins, 2003)

Quanto aos regimes que regulamentam o consumo e/ou posse de drogas, segundo alguns autores, existem várias classificações. Caballero e Bisiou (2000) apresentam quatro opções de regulamentação do consumo e/ou posse para consumo: a proibição; a redução de riscos; a despenalização; e a legalização controlada.

Caballero e Bisiou presumem que o uso de estupefacientes é perigoso para a sociedade, porque põe em causa a saúde pública. Segundo os autores, o fundamento sanitário e social é o princípio que melhor justifica a proibição do consumo de estupefacientes. No entanto, os autores assumem também que, a proibição, apresenta uma série de efeitos perversos que resultam, em parte, da repressão severa que a acompanha. Efeitos esses, por vezes, desastrosos no plano sanitário, com graves consequências para a saúde pública, e também no plano social, uma vez que conduzem a um aumento considerável da criminalidade e da delinquência.

A redução de riscos (sendo uma opção de regulamentação do consumo de caráter não legal), para Caballero e Bisiou, consiste em “...ações individuais e coletivas, médicas e sociais, que visam minimizar os efeitos negativos ligados ao consumo de drogas ilícitas.” (2000, p.107) Como exemplos destas medidas, os autores apresentam o programa de troca de seringas; e produtos de substituição (como por exemplo, a metadona).

Segundo os autores, os defensores do regime da despenalização opõem-se à aplicação de penas de prisão para consumidores simples. Caballero e Bisiou falam de um “interdito sem pena”, em que se mantém a criminalização do uso ilícito, mas removendo a sanção. Porém, este fundamento terapêutico não se aplica aos consumidores de drogas duras que necessitam de um tratamento de desintoxicação ou substituição.

A legalização controlada, para Caballero e Bisiou, é um sistema que visa substituir a atual proibição de drogas por uma regulamentação que vai da produção ao comércio e uso, a fim de limitar o abuso prejudicial à sociedade. Este tipo de regulamentação, segundo os autores, pretende combinar as vantagens da redução de riscos, quer sob o plano sanitário, quer sob o plano social. O Estado pode dedicar-se à luta civil contra o abuso de drogas, à luta contra a toxicodependência. Do ponto de vista dos autores, a informação/prevenção é uma boa política de moderação do consumo. De realçar que, a legalização controlada, visa também a interdição de todo o uso de drogas em locais públicos.

Quintas (2011), por sua vez, sintetiza em sete as opções legais: três dessas opções são regimes de interdição, a saber: a criminalização, a descriminalização e a despenalização; as restantes quatro opções são não proibicionistas, legalizam o consumo de drogas: a

liberalização do consumo e do mercado das drogas; a legalização do consumo mas proibindo a produção e comércio de drogas; a legalização do consumo e do mercado das drogas; e a regulação sanitária.

No regime de criminalização do consumo de drogas (e/ou de posse para consumo), o consumo é, segundo o autor, considerado um ilícito passível de registo criminal e de sanção penal. Consiste na supressão da oferta de drogas por via da interdição absoluta do uso, comércio e produção, sob pena de sofrerem sanções repressivas. Quintas (2011, p.41) afirma que “O direito exerce um papel de regulação que se alicerça na interdição do consumo e do tráfico de determinadas substâncias psicoactivas, tipicamente por via criminal, e na utilização de mecanismos sancionatórios para as transgressões.” Assim sendo, a sanção é de carácter penal, visando penalizar o indivíduo pela transgressão cometida. Este regime da criminalização está em vigor na maioria dos países. Os delitos de consumo podem ser sancionados através da aplicação de multas, admoestações ou pequenas penas de prisão. O autor refere que, na União Europeia, as penas de prisão (tratando-se de um sancionamento mais severo) são pouco utilizadas para punir os crimes por consumo e/ou posse de estupefacientes. A França é um exemplo claro de uma forte política repressiva no que concerne a comportamentos de consumos de drogas, coexistindo com um número elevado de consumidores.

A descriminalização do consumo (e/ou posse) de drogas é um regime legal, considerado como uma experiência positiva, que tem vindo a ser adotado em alguns países, nomeadamente Portugal. A descriminalização do consumo de drogas mantém o consumo interdito, mas o ato deixa de pertencer a um regime criminal e passa a ser considerado uma contra ordenação social. “Continuando a ser ilegais os comportamentos de consumo podem ser sancionados, nomeadamente por via administrativa.” (Quintas, 2011, p.95) Isto significa que não existe punição através de pena de prisão para comportamentos de consumo de drogas, sendo as possíveis sanções aplicadas por instâncias administrativas e não por instâncias legais (ex. tribunais). A Itália foi o primeiro país do mundo a descriminalizar o consumo de drogas. Portugal descriminalizou o consumo de drogas em 2001, através da Lei 30/2000, e tem sido considerado um exemplo bem-sucedido.

A despenalização *de facto* do consumo de drogas consiste numa certa tolerância a comportamentos de consumo em determinados contextos, assim como a possibilidade de posse de pequenas quantidades de algumas substâncias para consumo. O exemplo mais marcante deste tipo de regime é a Holanda com os *coffee-shops*, onde é permitido o consumo

e venda de cannabis, desde que em pequenas quantidades, mesmo mantendo a lei holandesa a interdição do consumo.

Os regimes não proibicionistas, por seu turno, consideram que sendo respeitadas determinadas regras, o consumidor não fica sujeito a que lhe seja aplicada uma sanção legal pelos seus consumos. Contudo, nestes regimes não proibicionistas, os consumos não deixam de estar sujeitos a alguma regulação.

A liberalização do consumo e do mercado de drogas, segundo o autor, é a mais extrema das formas de legalização: as drogas estão disponíveis no mercado (como qualquer outro produto) e sujeitas às regras de funcionamento dos mercados; e estão à venda em espaço comercial para o efeito e, tal como qualquer produto, o seu preço tem em conta os custos de produção.

A legalização do consumo de drogas (e/ou posse para consumo), com interdição da produção e do comércio é outro dos regimes de regulação das drogas de cariz não proibicionista. A intervenção das instâncias legais de controlo debruça-se, sobretudo, sobre o tráfico, de forma a limitar ao máximo a quantidade de oferta de drogas. Contudo, o consumo de drogas não é punido, pois considera-se que o consumo parte de uma opção pessoal. Além disso, veem o toxicodependente como um doente e não como criminoso, logo não deve ser punido pelos seus consumos.

Um outro regime de regulação das drogas é a legalização do consumo e do mercado de drogas. O consumo é legal, assim como é legal o fornecimento de drogas. Todavia, este mercado legal de drogas não deixa de ter de estar sujeito a um controlo acentuado, geralmente por parte do Estado, o qual controla a produção através de um monopólio sanitário e social, assim como controla a distribuição através de um monopólio de distribuição e da regulamentação dos meios de produção.

A regulação sanitária, outro regime não proibicionista, considera que o sistema de saúde tem a responsabilidade da prescrição e administração das substâncias que o consumidor necessita. Segundo o autor, esta regulação é, sobretudo, aplicada a consumidores toxicodependentes, para que estes acessem às drogas com qualidade e em condições sanitárias dignas. Contudo, é de salientar que a regulação sanitária também se aplica a outros consumidores que não os toxicodependentes, tais como consumidores ocasionais, experimentais, e outros, para evitar que esses consumidores recorram ao mercado ilícito.

2. Comparação de regimes – os estudos agregados

Os estudos agregados são de dois tipos: os que visam a comparação entre áreas geográficas, relacionando as variações nas taxas de consumo e nos níveis de sancionamento – estudos de caráter transversal; e os que têm como objetivo avaliar o impacto de uma determinada modificação legislativa ou forma de aplicação das leis nos comportamentos – sobretudo, estudos longitudinais.

No que concerne ao primeiro tipo de estudos, e no que respeita à temática das drogas, eles visam a comparação entre países de regime proibicionista e países de regime tolerante. Apesar de o tráfico de drogas se incluir num regime de criminalização, o mesmo nem sempre acontece com a posse e consumo de drogas. Afirma Quintas (2011, p.69), que “Apesar da universalidade da proibição do uso de drogas, há importantes variações na forma como são legalmente previstas as penalidades para a posse para consumo e para o uso de drogas.” O autor salienta que, no que respeita ao controlo das drogas, a diversidade de experiências a nível internacional, permite utilizar uma estratégia de comparação entre países e regiões para analisar “...os possíveis efeitos de normas legais diferenciadas e de posturas específicas de aplicação das leis.” (2011, p.69) Embora na maioria de países estejamos perante uma lei que criminaliza o consumo de drogas, nos tempos mais recentes temo-nos deparado com alguns movimentos de descriminalização do consumo de drogas na Europa.

Reuband (1995) foi dos primeiros investigadores a levar a cabo um estudo agregado deste tipo, ao analisar a forma como a lei é aplicada quanto à classificação do consumo de drogas em cada país. Este investigador procedeu a um estudo que visa a comparação de dados de prevalência do consumo de cannabis em alguns países europeus. Comparou países classificados como repressivos (França, Alemanha, Reino Unido, Suécia e Noruega) com países tidos como tolerantes (Itália, Holanda, Espanha e Dinamarca). O autor constatou uma oscilação entre os 5 e os 10% nesses países, independentemente de serem repressivos ou tolerantes. Poder-se-á, assim, afirmar que a lei não teve influência nos níveis de prevalência do uso de cannabis, que o controlo legal não exerce assim uma influência tão marcante quanto seria de esperar no que diz respeito aos consumos de drogas.

Um estudo comparativo mais recente foi dirigido por Cesoni (2000), nos seguintes países europeus: Holanda, Itália, Espanha, Alemanha, França, Suécia e Grã-Bretanha. Também Cesoni constata a ausência de uma ligação de causalidade entre classificação do regime e a evolução do consumo de drogas. Da mesma forma, não é, de todo, evidente a relação da atuação do controlo legal com os consumos de drogas. Estes, segundo a autora,

aumentaram durante a década de 90, independentemente de o país ser repressivo ou tolerante perante o consumo de drogas. As variações que foram surgindo nos consumos de determinadas drogas não se apresentam relacionadas com a legislação, ou seja, da forma como a lei é aplicada em cada um daqueles países.

A análise comparativa internacional não é fácil em nenhum domínio, em particular no estudo sobre drogas psicoativas, dada a sua natureza ilícita e fortemente estigmatizada. (MacCoun, 2003) Assim sendo, MacCoun (2003), enumera quatro dificuldades na análise de comparação de regimes:

- A escassez de dados: na maior parte dos países, não há uma recolha de dados constante ao longo do tempo que nos permita aferir da incidência e da prevalência dos consumos de drogas. MacCoun refere que praticamente não existem séries temporais nesta área.

- A má qualidade e comparabilidade dos dados: as séries de dados existentes sobre drogas raramente são criadas para fins de investigação, sendo que muitos dos estudos são realizados por instâncias governamentais ou agências privadas. Para agravar ainda mais, os diferentes países, embora apresentando burocracias semelhantes, raramente adotam as mesmas definições para conceitos básicos relacionados com a área das drogas.

- A inferência causal fraca: mesmo quando existem dados adequados, as correlações apenas fornecem uma fraca evidência sobre as consequências das políticas das drogas. A escassez de fortes dados de séries temporais impede, em grande parte, análises econométricas rigorosas.

- A generalização desconhecida: as nações e as culturas diferem em inúmeras formas, tornando difícil a generalização internacional.

O segundo tipo de estudos visa analisar o efeito de alterações legislativas ou a sua forma de aplicação em determinado país ou região. Segundo Quintas (2011), estes estudos visam examinar os dados relativos ao uso de drogas antes e depois da introdução de uma alteração legal de forma a permitir inferir o significado dessa mudança nos comportamentos dos indivíduos. Centrando-nos na Europa, temos o exemplo da descriminalização italiana e portuguesa e a despenalização *de facto* na Holanda.

A Holanda, em 1976, deixou de aplicar qualquer penalização criminal para o uso e venda de *cannabis* desde que em pequenas quantidades. Na década de 80, assistimos no país a um aumento considerável dos designados *coffee-shops* onde o consumo é mais tolerado. Já a partir dos anos 90, a Holanda procede a uma política mais restritiva, limitando a quantidade

de posse de droga de 30 para 5 gr. Procede, ainda, a uma diminuição do número de *coffee-shops* e aumenta a idade permitida de consumo dos 16 para os 18 anos de idade. (Quintas, 2011) De 1976 até cerca de meados dos anos 80, verifica-se uma diminuição do consumo na Holanda. (MacCoun & Reuter, 1997, 1999, 2001) Estes autores consideram, nas suas investigações, que a despenalização *de facto* não levou a modificações significativas no uso da *cannabis*. Contudo, a partir de meados dos anos 80, assistiu-se a um aumento no uso de substância que, segundo os autores, deveu-se ao aumento do número de estabelecimentos *coffee-shops*, o que, conseqüentemente permitia maior acessibilidade à substância. MacCoun (2003) considera que a promoção comercial pode ter exercido efeito no aumento da prevalência do consumo de *cannabis*.

A Itália foi o primeiro país do mundo a descriminalizar o uso de drogas, em 1975. Contudo, voltou a criminalizar o consumo em 1990. Três anos depois, adotou novamente a descriminalização do consumo de drogas. Soliveti (2001) procedeu a um estudo com o intuito de analisar os indicadores de consumo de drogas tendo em conta estas mudanças legislativas. O investigador constatou que, quer a alteração legislativa de 1990, quer a de 1993, não teve registo significativo nos indicadores de consumo.

A Lei 30/2000 instala, em Portugal, um regime de descriminalização do consumo de drogas. Pautado pela sua via não criminal, mas de ordem social, cabe à Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência (criada na altura) a aplicação de sanções administrativas aos consumidores. Quintas (2011) procedeu uma investigação com o intuito de analisar o impacto da experiência portuguesa de descriminalização, tendo constatado um aumento dos consumos de drogas nos períodos respetivamente antes e após a descriminalização, assim como uma retração dos consumos problemáticos. Quintas (2011) afirma ainda que o nosso país mantém níveis modestos de consumo em comparação com os restantes países europeus, não devendo as oscilações do consumo ocorridas ser atribuídas diretamente à descriminalização, já que estas dependem da evolução dos padrões de uso de drogas e das medidas de redução de riscos e minimização de danos.

Fora do continente europeu, as experiências mais conhecidas de alteração legal são nos EUA e na Austrália, e têm como objeto a descriminalização do uso de algumas drogas leves. Nos EUA, alguns autores que levaram a cabo estudos com o objetivo de avaliar o impacto da alteração legislativa nos níveis de consumo de marijuana chegaram a uma conclusão similar: a descriminalização da substância teve um impacto pequeno ou quase nulo nas taxas de consumo. Com o recurso à técnica do questionário, Johnston, Bacham and

O'Malley (1981), concluíram que os estados norte-americanos que descriminalizaram o uso de marijuana têm taxas de prevalência no consumo superiores aos restantes estados. Contudo, alertam que essa alta prevalência nos consumos já existia anteriormente à alteração legal, concluindo, portanto, que a descriminalização não exerceu um efeito notável no uso da substância. Single (1989), através da aplicação de questionários, denotou também um aumento das taxas de prevalência do consumo de marijuana, mesmo nos estados que não procederam a uma alteração legal. Thies and Register (1993), por seu turno, ao analisarem a influência da descriminalização da substância em onze estados (através de um estudo longitudinal, do consumo autorrevelado de indivíduos entre os 14-21 anos), concluiu que outros fatores (demográficos, económicos, sociais) apresentam um peso mais significativo na frequência e níveis de consumo, do que o peso do estatuto legal da substância. Também estes autores concluíram que a descriminalização da substância não teve um impacto marcante no seu uso.

Houve, de igual modo, na Austrália, em Estados do sul do país, algumas experiências de descriminalização relativamente ao uso de pequenas quantidades de *cannabis*. Este país introduziu o CEN (*Cannabis Expiation Notice*) que indica que os transgressores devem pagar uma multa, caso contrário sujeitam-se a uma condenação criminal. Alguns estudos levados a cabo através de questionários sustentam que, tanto antes como após a existência do CEN, houve aumentos no consumo de *cannabis* naqueles Estados, assim como nos estados que não procederam a qualquer alteração legal. Conclui-se, pois, que não se vislumbram mudanças nos níveis de consumo da substância que possam ser atribuídas ao CEN. McGeorge and Aitken (1997), através de um inquérito longitudinal aplicado a estudantes universitários, compararam níveis de consumo de estudantes da capital australiana (que descriminalizou o consumo de *cannabis*) com um grupo de controlo de estudantes de um Estado em que não houve alteração legislativa. Os autores concluíram o seguinte: a) não há diferenças significativas na comparação das duas amostras, nos dois momentos do estudo; b) não se vislumbraram diferenças também na dimensão longitudinal, ou seja, do primeiro para o segundo momento de aplicação do questionário. Apesar de pertencentes a regimes legais diferentes, não se notam diferenças nos dois grupos.

MacCoun (2003), num estudo em que analisou a influência da lei no uso de *cannabis* em países como os EUA e a Austrália, concluiu que a despenalização de pequenas quantidades de *cannabis* não aumentou a prevalência do consumo.

3. Lei do consumo de drogas – em particular a descriminalização portuguesa

Neste domínio das drogas, cabe ao Estado ter um papel interventivo no que concerne a políticas de controlo das substâncias psicoactivas, o que na linguagem jurídica designamos por *estupefacientes* e no senso comum, concomitantemente, designamos por *drogas*.

Até à entrada em vigor da Lei 30/2000 de 29 de Novembro que se pauta pela descriminalização no que ao consumo de drogas diz respeito, Portugal viveu num regime de criminalização do consumo de drogas. Parece-nos, todavia, de relevante pertinência aqui diferenciar em que consistem os regimes de criminalização e descriminalização do consumo de estupefacientes em Portugal.

Assim, no que concerne à criminalização do consumo de drogas, como o próprio termo indica, o consumo é tido como crime e, por tal, é passível de sanção penal coerciva. Como nos diz Quintas (2011, p.95) “O consumo é considerado um ilícito passível de registo criminal e de sanção penal. (...) O tratamento judicial das transgressões pode resultar na aplicação de multas, admoestações, esquemas de diversão judicial, designadamente para tratamento ou pequenas penas de prisão.”

A droga é vista como um grave problema social, causadora de desestabilização social, pelo que exige uma intervenção da esfera jurídico-penal como o único meio de impor a ordem pública. Segundo Poiares e Agra (2003, p.14) “...a droga tornou-se *problema* a partir do caos provocado e da inerente desestabilização social; a ordem jurídico-penal, confrontada com este novo átomo da desordem e incapaz de o gerir (...) optou por o transformar em problema do foro criminal (...) utilizando a lei penal como vacina social.” Pensava-se assim que, reportando o consumo de substâncias ilícitas para o foro criminal, se resolvia o problema da sociedade em geral, e dos consumidores em particular. Considerava-se que a atribuição de uma sanção coerciva ao indivíduo que infringiu a lei era a melhor forma de o penalizar pelos comportamentos desviantes e criminosos por ele cometidos, nomeadamente o simples facto de consumir drogas.

A criminalização do consumo de drogas está vigente na maior parte das sociedades. Contudo, nos anos mais recentes temo-nos deparado com movimentos de descriminalização, nomeadamente, na Europa. O primeiro país a descriminalizar o consumo de drogas foi a Itália, tendo Portugal mais tarde seguido o mesmo caminho.

Deste modo, em 2001, em Portugal, entra em vigor a Lei 30/2000 de 29 de Novembro, que procede a uma descriminalização do consumo das drogas ilegais, definindo “o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a

proteção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica.” A lei mantém a proibição do uso de qualquer destas substâncias ilegais mas através de um regime de contraordenação e não de um regime criminal. Como realça MacCoun (1993, p.497), o regime de descriminalização é aquele “...em que as drogas permanecem ilegais mas as penalizações para posse pessoal são reduzidas ou eliminadas...” Ou seja, já não se considera o comportamento de consumo como um comportamento criminal, mas como um comportamento contra-ordenacional. Esta Lei,

“Contudo, retira da alçada do direito penal a apreciação legal das transgressões e cria um novo sistema sancionatório a aplicar por uma nova instância extrajudiciária (as CDT). É, assim, instaurado um regime contra-ordenacional que deve promover a proteção dos consumidores que forem detetados a consumir ou na posse de pequenas quantidades para consumo.” (Quintas, 2011, p.103)

O consumo e posse de drogas passam, assim, a ser controlados por uma instância administrativa. O primordial aqui, é garantir que o uso de drogas seja feito em condições sanitárias dignas e, ao mesmo tempo, assegurar o controlo social dos consumidores.

Como se pode constatar, a norma legal sofreu uma alteração legislativa. De realçar que esta lei acarreta consigo uma preocupação com o impacto que esta nova forma de reação do sistema legal possa causar nos comportamentos dos atuais e potenciais consumidores.

Por tal, importará analisar a influência das normas perante esta alteração legislativa. Deste modo, pretendemos, por um lado, averiguar o conhecimento sobre a lei da descriminalização, ou seja, se os indivíduos conhecem a lei que vigora em Portugal; por outro, conhecendo ou não a lei, importa analisar a sua influência nos consumos de drogas, isto é, as perceções sobre o impacto da lei nos consumos.

Capítulo II - Normas e Dissuasão

1. Normas e Desvio

O conceito de norma assume importância vital no presente trabalho de investigação, uma vez que este incide na influência de três tipos de normas nos consumos de drogas: as normas legais, sociais e internalizadas.

Começamos, então, por ver o conceito de norma tal como tem sido apresentado por alguns autores. Gibbs (1981, p.7) define norma como sendo “uma crença partilhada até certo ponto pelos membros da uma unidade social, como que uma conduta que deve estar em situações ou circunstâncias particulares.” O mesmo autor acrescenta ainda que a norma “...é

algo mais que uma avaliação isolada de uma conduta por um indivíduo em particular; ela é um fenómeno coletivo na maneira em que os membros de uma mesma unidade social tendem a juntarem-se nas suas avaliações dessa conduta.” (1975, p.79)

Robert (1997, p.17) afirma que a norma “...não é somente uma maneira de fazer, ser ou pensar, socialmente definida, operatória e sancionável. Ela tira o essencial da sua força de não ser percebida somente como uma simples arbitrariedade, mas como o reconhecimento da sua legitimidade que se mede pela referência aos valores.” Deste modo, concluímos que as normas nascem da existência de valores que vão condicionar as condutas e comportamentos dos indivíduos.

Não obstante, Cerclé (1999, p.133) define-o da seguinte forma: “Uma norma é uma regra comportamental ou de julgamento partilhada por um coletivo específico de indivíduos cuja aquisição é submetida a um processo de influência social. A existência de uma norma implica a atribuição de um valor reconhecido pelo coletivo.” A norma depende, segundo este autor, de uma aprendizagem social e possui um determinado valor que é partilhado por um grupo de indivíduos em interação.

A definição de Giddens (2004, p.22), para o conceito de normas reforça o já referido. Salienta que normas “...são as regras de comportamento que refletem ou incorporam os valores de uma cultura. As normas e os valores determinam entre si a forma como os membros de uma determinada cultura se comportam.”

Todavia, nem todos os membros pertencentes à comunidade, sociedade ou grupo, interiorizam as normas de forma a respeitá-las no que concerne aos seus comportamentos. Nestes casos, pode ocorrer que um ou mais indivíduos não se identifiquem com os valores, normas e comportamentos ditados pelo coletivo, ou seja, indivíduos que não se enquadram no que a maior parte das pessoas define como padrões normais de comportamento aceitável. Assim sendo, estes indivíduos podem ser considerados indivíduos com comportamentos desviantes perante o sistema de normas vigente. Brochu (1995), refere que há vários fatores que permitem prever o aparecimento de comportamentos desviantes, tais como rutura e laços com as instituições de socialização, inserção em grupos de pares desviantes, manifestação precoce de comportamento não convencional e determinadas condições de vida.

Giddens (2004, p.205) define desvio como “...o que não está em conformidade com determinado conjunto de normas aceite por um número significativo de pessoas de uma comunidade ou sociedade.” Este autor enfatiza ainda que o conceito de desvio pode aplicar-se tanto ao comportamento do indivíduo, como de um grupo.

Para compreender de uma forma mais pormenorizada os conceitos de norma e desvio, parece-nos pertinente o recurso a teorias que os definem e explicam a sua ligação. Pareceu-nos que as teorias funcionalistas são as que melhor se enquadram no contexto do que temos vindo a falar. As teorias funcionalistas veem o crime e o desvio como o resultado das tensões estruturais (Merton) e da ausência de regulação moral no seio da sociedade (Durkheim). Durkheim era da opinião de que nas sociedades modernas as normas e modelos tradicionais desapareciam sem serem substituídos por outros novos, dando origem aquilo que designou por anomia. A anomia dá-se quando se está perante a ausência de normas, quando não há modelos comportamentais a seguir. Este clássico da Sociologia, via o desvio como um facto social, ou seja, crime e desvio eram factos inevitáveis, e mesmo considerados normais, nas sociedades modernas, visto que os indivíduos destas sociedades se sentiam menos coagidos pela ameaça da sanção do que nas sociedades tradicionais. Durkheim pensava que nenhuma sociedade conseguiria um consenso por completo sobre normas e valores e, por tal, um ato criminoso poderia provocar uma resposta coletiva que iria, consequentemente, clarificar as normas sociais. (Giddens, 2004)

Merton modificou o conceito de anomia de Durkheim, para se referir à tensão a que o comportamento dos indivíduos está sujeito quando as normas entram em conflito com a realidade social e, segundo Merton, o desvio ocorre como consequência das desigualdades económicas e da ausência de oportunidades iguais para todos. Na sociedade americana havia desiguais oportunidades no que concerne ao valor sucesso monetário. A anomia surgia como o sobre investimento no sucesso em detrimento do respeito pelas normas, havendo uma tensão para o seu rompimento. Quando determinados indivíduos não conseguiam obter os valores da riqueza e do sucesso por meios legítimos, recorriam então a meios ilegítimos. Assim associaram o desvio a determinados indivíduos que adotavam normas que encorajavam e recompensam comportamentos desviantes. Merton enfatizava, assim, os comportamentos desviantes individuais como resposta à tensão gerada entre os valores a atingir e os meios disponíveis para os alcançar. (Giddens, 2004)

Portanto, e de acordo com o ponto de vista de Merton, parece pertinente ainda falar de determinadas normas e desvios de grupo. De salientar que o que é considerado desvio para uns, pode não o ser para outros. Tudo depende do contexto e da cultura em que o indivíduo está inserido, assim como dos valores e normas que são transmitidos pelo grupo de pertença. Tal como Merton, Cohen (1955) associa o desvio a determinados grupos subculturais que criam as suas próprias normas, não raro, incentivando a comportamentos delituosos. Enquanto

Merton falava de comportamentos desviantes individuais, Cohen, por sua vez, refere que as respostas à tensão entre os valores a atingir e os meios disponíveis ocorriam coletivamente através de subculturas. As subculturas delinquentes (como ele assim designava), constituída por indivíduos de classe baixa, agrupavam-se em subculturas delinquentes, que rejeitavam os valores da classe média e substituíam-nos por normas, tais como: a delinquência e atos de não-conformidade. A subcultura delincente é negativista pois representa a subversão das normas e valores da cultura dominante. (Cohen, 1955). Como afirma o mesmo autor (1966, p.85), “Os indivíduos cometem comportamentos desviantes porque eles aprenderam as crenças e valores da subcultura em que eles participaram, da mesma forma que as pessoas aprendem as crenças e valores convencionais das suas subculturas, sendo eles sustentados nesse comportamento de acordo e com a aprovação dos seus grupos de referência.” Quando o indivíduo não se sente integrado, nem de acordo com as normas e valores do grupo de pertença, pode porventura acontecer que ele venha a inserir-se em grupos de referência.

Todavia, parece-nos ainda importante realçar que norma e desvio poderão estar interligados e não terem, necessariamente, de ser conceitos opostos. As teorias da reação social/etiquetagem salientam que o desvio é analisado a partir da existência de um processo social interativo, protagonizado por pessoas desviantes e por outras que não o são. A desviância, por seu turno, refere Agra e Matos (1997), emerge “...como *estatuto social* no termo de um processo de *estigmatização*. (...) O seu objeto é a interação entre o *sujeito desviante* e os outros, enquanto processo gerador de desviância.” Agra (1993, p.8) afirma ainda que “...não existem dum lado as ciências do comportamento normal e do outro as ciências do comportamento desviante e patológico; cientes de que explicamos o desvio pedindo contas à norma e, reciprocamente, explicamos a norma interpelando o desvio.” As normas existem para serem cumpridas mas, também, é inevitável que para outros elas serão quebradas. Agra e Matos (1997), realçam que normatividade e transgressão não constituem universos opostos, mas sim a dupla face dum mesmo facto social. E que se queremos explicar a transgressão temos que, por assim dizer, pedir contas à normatividade.

2. Controlo Social

O controlo social é algo que contribui para a ordem social, é, de alguma maneira, normativo. (Gibbs, 1981) Tendo por base Cusson (2007), entendamos por controlo social o conjunto de meios implementados pelos membros de uma determinada sociedade cujo objetivo visa conter ou reduzir o número e a gravidade dos desvios. Isto é, são os meios e

processos pelos quais a sociedade obtém a conformidade dos seus membros, levando-os a cumprir os seus papéis da forma esperada.

Apresentando definições para o conceito de controlo social, Cohen (1966, p.39), designa-o como o “...processo social e estruturas sociais, tendendo a prevenir ou reduzir o desvio (...) é prevenção, dissuasão...”. Reforçando a ligação entre norma e desvio anteriormente explicitada, também Parsons (1999), afirma que a teoria do controlo social é o reverso da teoria da génese das tendências do comportamento desviante, a análise dos processos no sistema social que tende a contrariar as tendências desviantes e as condições sobre as quais esses processos operam. O autor refere que cada sistema social, além das recompensas óbvias para quem age normativamente e das punições para comportamentos desviantes, engloba também mecanismos não planeados e, em parte, inconscientes que visam também contrariar tendências desviantes. Tal acontece quando o indivíduo tem a norma interiorizada de tal forma, que não necessita que lhe estejam a ser constantemente lembradas as regras a seguir.

Classicamente na Sociologia, o controlo social assume duas formas: controlo social interno e controlo social externo. O controlo social interno “...consiste no autocontrolo do indivíduo que tem interiorizadas as normas, valores e padrões de conduta do meio em que foi socializado.” (Gamelas, *in* Dicionário de Sociologia, 2002, p.85) Por seu turno, controlo social externo “...por um lado, toma a forma de controlo espontâneo ou informal, através da pressão social e dos controlos informais exercidos pelos grupos primários sobre o indivíduo; por outro, designa-se controlo organizado ou formal, pois exerce-se através de controlos formais ou dos grupos secundários (instituições sociais) que, com as suas normas e sanções, controlam os indivíduos.” (Gamelas, *in* Dicionário de Sociologia 2002, p.85) Nestes controlos, inscreve-se a lei e as normas do sistema de justiça.

Assim, verificamos que o controlo interno diz respeito ao autocontrolo, no sentido da tomada de consciência de não cometimento de comportamentos desviantes. Resulta, em parte, das normas internalizadas, ou seja, acontece quando o indivíduo considera que determinados comportamentos são tidos como errados. Ao contrário, o controlo social externo, sendo exterior ao indivíduo provoca constrangimento através dos grupos informais (família, amigos, adultos de referência, entre outros) ou através de grupos formais como são as instâncias legais. Aqui entram as normas sociais e legais, que impõem um certo constrangimento ao indivíduo na prossecução de determinados comportamentos.

Em suma, quanto à tipologia de normas, podemos referir a existência de três tipos: as normas legais, as normas sociais e as normas internalizadas, sendo que as normas legais se inscrevem em formas de controlo social formal, enquanto as normas sociais e internalizadas integram um controlo social informal. As normas e sanções legais são determinadas pelas instâncias de controlo social formal, o qual integra as variáveis da dissuasão geral: certeza, severidade e celeridade da sanção. Por seu turno, as normas e sanções sociais, ditas controlo social informal, são-nos impostas pela família, pelo grupo de pares, pelas pessoas próximas que respeitamos. Neste tipo de controlo inserem-se as normas internalizadas e a auto sanção, ligadas à moral.

A ameaça da sanção legal, impondo-se de forma isolada, pode não funcionar de forma suficientemente dissuasiva para evitar comportamentos desviantes, daí não podermos descurar a importância que as normas sociais e mesmo as normas internalizadas possam exercer nos comportamentos dos indivíduos, até porque, como refere Cusson (2007, p.16) “...a normatividade inerente à vida social preexiste às normas legais.” Verifica-se, pois, que a interligação das normas legais, sociais e internalizadas e a ameaça das suas respetivas sanções, assumem relevante interesse.

Quando o indivíduo não respeita a norma e, por conseguinte, apresenta comportamentos desviantes, ele ficará sujeito a que lhe possam ser aplicadas sanções, como forma de punir o seu comportamento de desvio à norma instituída. Giddens (2004) chama sanção a qualquer reação por parte dos outros em relação ao comportamento de um indivíduo ou grupo a fim de assegurar que determinada norma seja cumprida. Realça ainda que as sanções podem ser formais ou informais. As primeiras, a cargo das instâncias formais de controlo, dizem assim respeito a um grupo definido de pessoas ou agente encarregado de assegurar que um conjunto particular de normas é seguido, sendo que, segundo afirma Giddens, os diferentes tipos que estas sanções assumem fazem parte do sistema de punição representado, por exemplo, pelos tribunais e pelas prisões. Por sua vez, as segundas, são reações menos organizadas e mais espontâneas em relação à inconformidade.

Desta forma, o não cumprimento das normas por parte dos indivíduos poderá, porventura, conduzir a que lhe sejam aplicadas sanções. O controlo social apresenta-se, de certa forma, como um sistema que visa a interiorização da norma. A ameaça da sanção tem como objetivo o cumprimento das normas por parte dos indivíduos.

De salientar ainda que, tanto o sistema de sanções legais, como o sistema de sanções sociais visam ter uma atuação dissuasiva para com comportamentos desviantes. Pois, poderá

sucedem, que os indivíduos ao depararem-se com um sistema sancionatório pouco dissuasivo, venham a apresentar comportamentos que levam à transgressão de regras e normas.

2.1 Controlo Social Formal

Como já anteriormente referido, o controlo social formal é exercido através de grupos formais como as instâncias legais, as quais são responsáveis pela aplicação de sanções legais (ex. multa, pena de prisão, etc.) aos indivíduos que cometam uma transgressão à norma legal. As sanções formais integram, geralmente, o sistema de punição representado, por exemplo, pelos tribunais e pelas prisões.

Ainda como parte integrante deste controlo social formal temos a dissuasão, nomeadamente as variáveis da dissuasão geral - certeza, severidade e celeridade da sanção.

2.1.1- Dissuasão

2.1.1.1 – A Dissuasão Clássica

A teoria da dissuasão clássica teve origem na Escola de Direito Penal com Beccaria e Bentham. A visão sobre o crime pautava-se, entre outros aspetos, pelo princípio da utilidade do mesmo, pelo cálculo do prazer e da dor, em suma, pelo cálculo das penas. Os indivíduos eram livres de escolher, fazer a sua opção de vida, eram hedonistas (buscavam o tal prazer nas suas ações), eram racionais nos cálculos dos benefícios e custos dos seus comportamentos. Beccaria e Bentham diziam que as penas deviam ser certas, serem aplicadas sempre, no entanto, moderadas, visto que se considerava que não era pelo facto de serem demasiado severas que os crimes diminuiriam. Resumindo, as penas tinham a função de dissuadir os cidadãos de cometerem crimes e eram explicadas por três variáveis: certeza, severidade e celeridade. É, deste modo, através destas três variáveis que operacionalizamos empiricamente o conceito de dissuasão. Assim sendo, podemos afirmar que “O grau de um determinado tipo de crime varia na razão inversa à celeridade, certeza e severidade de punição desse tipo de crime.” (Gibbs, 1975, p.5)

As normas penais têm de ser protegidas das transgressões, pois caso sejam violadas poderá suscitar uma reação social repressiva. Quando os indivíduos não se comportam de acordo com as leis, é certo que eles poderão ter que se sujeitar aos sistemas punitivos que, embora sendo vários os seus fins, podem castigá-los pelos seus atos transgressores.

A finalidade da justiça penal passa por impedir os indivíduos de obterem os seus benefícios através do crime, aplicando para tal sanções. “Cesare Beccaria talvez tenha sido o

primeiro académico a ter consciência completa da importância da probabilidade (e não só da severidade) da sanção.” (Killias, Scheidegger & Nordenson, 2009, p.388) Assim, partimos para os conceitos de certeza, severidade e celeridade da sanção.

A certeza da sanção diz respeito ao facto de que, o indivíduo sabe que se cometer algum ato transgressivo, será sancionado, sabe que a pena é certa. Acresce dizer que há penas que podem ser mais ou menos severas consoante a gravidade do delito, o que se designa por severidade da sanção. Para que os indivíduos se intimidem pela certeza da sanção, é necessário que esta seja célere, ou seja, a celeridade da aplicação da sanção poderá ter um efeito dissuasivo sobre o indivíduo porque a sua rápida aplicação fá-lo perceber que cometeu um ato que não é correto.

A teoria clássica da dissuasão, que sustenta a ideia da racionalidade dos indivíduos, vai de encontro à teoria da Escolha Racional. Como já supramencionado, o criminoso é um indivíduo que pensa, calcula e decide. Os delinquentes são indivíduos cognitivamente ativos, no sentido que pensam e agem como qualquer outro indivíduo, pensam nos prós e contras que os seus comportamentos podem acarretar. Procuram o prazer, evitam a dor, pretendem obter benefícios e prazeres com as suas ações. No caso das leis das drogas, e de acordo com MacCoun (1993, p.498) “O paradigma contemporâneo dominante sobre o efeito das leis da droga no comportamento é a perspectiva da escolha racional.” Define os consumidores de drogas como sendo atores racionais que sabem avaliar as consequências das suas escolhas, que tomam decisões visando maximizar a sua utilidade.

Todavia, alguns pontos críticos são apontados a esta teoria da escolha racional. Parece óbvio que os indivíduos, não raras vezes, agem irracionalmente ou com impulsividade, fazendo escolhas que não vão de encontro a esta teoria. Piquero e Pogarsky (2002), juntamente com outros autores, chegaram à conclusão de que uma elevada impulsividade pode reduzir o impacto da severidade da sanção, e uma extrema impulsividade pode mesmo eliminar a influência das sanções legais. Na verdade, nem sempre ponderamos as nossas ações, nem sempre fazemos cálculos das nossas escolhas. E, no que concerne aos consumidores de drogas, sabemos que assim ocorre, muitas vezes. Quando estão já numa fase de dependência acentuada dos consumos, torna-se mais difícil serem racionais na tomada de decisões e poderão, porventura, agir com impulsividade com vista a obterem os seus fins. E, como realça Weatherburn, Topp, Midford and Allsopp (2000, p.13), “O medo das sanções legais e o compromisso com a moral, o grau de integração social, a dimensão da alienação e a

percepção da legitimidade da lei...” são elementos que também devem ser tidos em conta e que a teoria da escolha racional ignora.

Há quem fale numa teoria da dissuasão moderna que vem, em grande parte, tecer algumas críticas à dissuasão clássica. Becker e Gibbs são alguns dos autores que entram em colisão com o utilitarismo de Bentham. Estes, entre outros autores, falam da existência de algumas variações no modelo clássico, tais como: a utilidade dos lucros estar associada ao sucesso do crime; a probabilidade subjetiva de obter ganhos com o crime; a não utilidade das sanções legais mesmo que apanhado; a própria subjetividade das sanções legais. (MacCoun, 1993). MacCoun (1993) salienta que, nestes casos, os valores da certeza e da severidade deviam ser largamente suficientes para reduzir a atratividade pelo crime, mas na verdade nem sempre o são.

2.1.1.2 A dissuasão geral e a dissuasão específica

Ball (1955), citado por Gibbs (1975, p.29), afirma que “A dissuasão é normalmente definida como o efeito preventivo que a punição ou ameaça de criminosos tem sobre potenciais infratores.” Assim sendo, a partir desta definição, importa agora explicitar os conceitos de dissuasão geral e dissuasão específica e perceber a importância que a dissuasão pode assumir, quer para indivíduos normativos, quer para indivíduos desviantes. Salienta Paternoster e Piquero (1995) que o efeito da ameaça da sanção no comportamento de violação da lei, tradicionalmente tem a distinção entre estes dois tipos de dissuasão: a dissuasão específica e a dissuasão geral.

Crê-se que a dissuasão que não funciona de igual modo para todos, tendo a dissuasão geral e a dissuasão específica impacto em diferentes pessoas. A própria ameaça da sanção é direcionada para todos nós, mas afeta-nos de forma diferente. (Paternoster & Piquero, 1995 e Andenaes, 1974) Segundo Gibbs (1975), a doutrina da dissuasão conduz à ideia de que os elementos de uma população “criminal-delinquente” percebem a punição do crime com menos certeza do que os membros de uma população dita “normal”. E que a mesma ideia pode estender-se à percepção da severidade da sanção. Salienta o autor (1975, p.208) que “Se os indivíduos cometem crimes porque eles nunca foram dissuadidos e se os indivíduos evitam crimes porque foram dissuadidos, então os que cometem crimes tendem a perceber a punição como menos certa e/ou menos severa que aqueles que obedecem às leis.”

Resultante da ameaça das sanções no comportamento, a dissuasão geral e a dissuasão específica, dirigidas a diferentes alvos, são um método de prevenir o cometimento de desvios e crimes.

A dissuasão geral, dirigida a toda a população, segundo Paternoster and Piquero (1995) refere-se ao efeito da punição em atuais ou potenciais delinquentes. O medo de ser punido é produzido e mantido quando tomam conhecimento que outros foram sancionados pelos seus atos ofensivos. Esta dissuasão tem, sobretudo, impacto na população em geral, que não cometeu crimes nem foi punido por qualquer ato mas o tomar conhecimento da punição aplicada a outros poderá levar a sentir a ameaça como elemento dissuasor. Quer isto significar que, a experiência que os outros têm com a punição, poderá ser importante para a nossa própria percepção da ameaça da sanção. (Paternoster & Piquero, 1995) Poderemos assim afirmar que a dissuasão geral é consequência da experiência vicariante da punição, isto é, do conhecimento que temos de outras pessoas terem sido apanhadas e sancionadas pelos seus atos desviantes e que pode afetar a nossa percepção da estimativa do risco de ser detetado. (Foglia, 1997 e Paternoster & Piquero, 1995) Paternoster and Piquero (1995) afirmam tratar-se de uma experiência indireta de dissuasão.

Por seu turno, a dissuasão específica, dirigida aos transgressores que sofreram sanções legais, diz respeito, segundo os autores supramencionados, ao efeito da atual imposição de sanções no comportamento subsequente daquele que foi punido, isto é, o medo de sofrer futuras sanções. Assim sendo, a dissuasão específica é consequência da experiência pessoal da punição, ou seja, quando o próprio indivíduo foi apanhado e punido pelos seus atos. Deste modo, o seu impacto é sentido naqueles que cometeram crimes e foram sancionados por isso, tratando-se, assim, de uma experiência direta. Acredita-se que a certeza da sanção poderá suscitar um efeito dissuasivo, levando a que não cometam mais atos transgressores. Estamos aqui, sem dúvida, perante uma experiência direta da dissuasão, a que Pogarsky and Piquero apelidam de “efeito positivo da punição”, uma vez que “...punir os indivíduos faz acreditar que a certeza de ser sancionado no futuro é menor...” (2003, p.96). Os indivíduos percebem o impacto da ameaça da sanção no comportamento através da percepção que tiveram da punição.

Paternoster and Piquero (1995) salientam que as pessoas que são afetadas por um tipo de dissuasão, não o são pelo outro, embora ambas tenham em comum o efeito da experiência (direta ou indireta) com a punição. Assim, a dissuasão específica torna-se relevante quando o próprio indivíduo que comete um crime é punido, e tem a sanção como certa, sendo que a dissuasão geral é relevante quando a população sente que os outros foram punidos e que

podia, porventura, ter-lhes sucedido o mesmo. Em suma, tanto a experiência pessoal como a experiência vicariante afetam os comportamentos influenciando as percepções sobre a ameaça da sanção. (Paternoster & Piquero, 1995)

Além da dissuasão específica que visa responder à questão “As punições legais dissuadem o crime?”, Gibbs (1981) enumera mais dois tipos de dissuasão: a restritiva e a absoluta. Segundo o autor, a dissuasão restritiva incide sobre a influência da ameaça da sanção naqueles que cometeram crimes com impunidade, o que poderá, de facto, acontecer de forma reiterada. Importa, portanto, perceber se a ameaça da sanção exerce ou não influência dissuasiva nesses indivíduos. Aliás, este assunto assume particular relevância neste estudo, pois assume-se que poderá haver consumidores de drogas que nunca foram punidos pelos seus consumos. No tocante à dissuasão absoluta: está relacionada com o facto de o medo da sanção prevenir alguns indivíduos de cometer o tipo de crime em questão. Isto significa que o receio de sofrer uma sanção pode ter um efeito dissuasivo no cometimento de algum crime.

2.1.2 Normas e Sanções legais

O controlo social formal é exercido, sobretudo, pelas instâncias formais de controlo que têm como objetivo a manutenção da ordem social, através do cumprimento da norma legal, aplicando sanções aos indivíduos que cometam alguma infração. Realça Schwartz (1978) que, das instituições legais/jurídicas espera-se que façam algo para superar problemas, resolver conflitos, enunciando as normas e políticas sociais, assim como contribuir para um conjunto acordado de valores.

No respeitante à norma legal, afirma Schwartz (1978, p.578) que “A aceitação das normas legais pode depender de como elas são desenvolvidas, como são implementadas e como estão relacionadas com os valores da sociedade.” Esta afirmação reforça o já anteriormente referido de que, as normas, refletem os valores primordiais da sociedade. Por seu turno, a validade da norma legal, segundo Habermas (1998), significa duas coisas: por um lado, a legalidade do comportamento que visa o cumprimento da norma e que é forçada pelas sanções; por outro lado, a legitimidade da própria regra o que torna possível seguir a norma legal, respeitando a lei. Podemos, então, concluir que, a partir do momento em que o indivíduo cumpre a norma, ele está a reger o seu comportamento dentro da legalidade e, possivelmente, a ameaça da sanção poderá estar presente. A validade da norma significa, também, que as regras por ela impostas são possuidoras de legitimidade. O indivíduo considerando a norma legítima, pressupõe-se que seguirá a norma, respeitando a lei. Em

suma, segundo Habermas (1998), o comportamento legal pode ser descrito como o cumprimento com as normas que foram apoiadas com a ameaça da sanção e que adquiriram a força da lei.

Importa assim salientar que, o controlo social formal existe porque existem leis que o fundamentam, leis que servem para regular comportamentos. A lei implemente as preferências de valores de pequenos grupos estratégicos dentro do sistema. A lei atua como um produto da sociedade e como um meio de lidar com questões normativas. (Schwartz, 1978) As leis possuem a racionalidade para a proteção dos indivíduos e das instituições e estão situadas no pólo de coação, como as regras e os regulamentos mais próximos da noção de conduta. (Cerclé, 1999)

As sociedades complexificaram a forma de regulação dos comportamentos através das leis. Estas são, quase sempre, seguidas de sistemas punitivos, os quais servem, assim, para regular comportamentos. Afirma Giddens (2004, p.207), que “As leis são sanções formais definidas pelos governos como regras ou princípios que os seus cidadãos têm de seguir; são usadas contra as pessoas que não se conformam com estes mesmos princípios.” Daqui se infere que as sanções formais visam a defesa da sociedade e a punição do delinquente, e têm um objetivo dissuasor, para que o indivíduo não cometa crimes no futuro. Pretendem educar o delinquente para o que são as normas a seguir. Neste sentido, ao punirmos educamos moralmente a sociedade.

A teoria da conformidade normativa (Kuperan & Sutinen, 1998) reforça o que tem vindo a ser explicado: os indivíduos tendem a obedecer às leis formuladas e implementadas por autoridades percebidas como legítimas. Tyler (2006) realça que os indivíduos tendem a obedecer à lei quando a percebem como legítima. Cerclé (1999, p.143) acrescenta que a influência normativa diz respeito a “...uma conformidade baseada no desejo do indivíduo de ser aceite pelo grupo maioritário.” Afirma o autor que o indivíduo pode conformar-se com as regras do grupo maioritário com vista a obter recompensas e/ou para evitar as punições do grupo.

Contudo, nem sempre os indivíduos percebem a lei como legítima e nem sempre estão dispostos a seguir as normas legais. Se tal acontece, eles poderão vir a sofrer a aplicação de sanções, sanções essas designadas legais.

Sendo as sanções legais impostas pela lei, importa analisar algumas questões, nomeadamente: o peso da norma legal para o indivíduo; averiguar o conhecimento que os indivíduos têm da lei; a relação que o indivíduo tem com a norma, e mesmo com a moral, e

como isso influencia a sua decisão de consumir ou não drogas. A relação que os indivíduos têm com a norma assume importância vital neste estudo. Todavia, é importante salientar Becker que fala de uma perspectiva normativa da conformidade. Segundo o autor, esta perspectiva normativa da conformidade enfatiza o que os indivíduos consideram justo moralmente. Os indivíduos percebem as leis como apropriadas e consistentes com as suas normas internalizadas. (Kuperan & Sutinen, 1998) Tyler (2006) apresenta um ponto de vista similar ao afirmar que os indivíduos tendem a obedecer às leis quando as percebem como consistentes com os seus valores morais. Quer isto significar que o indivíduo dá importância à moral, tem interiorizado que as normas e as leis são para cumprir. Segundo Schwartz and Orleans (1970, p.543) “O apelo à consciência pode ser um instrumento mais eficaz do que a ameaça da sanção para garantir o cumprimento da conformidade.”

Assim sendo, importa realçar que, normas legais e normas internalizadas podem andar na mesma direção se o indivíduo considerar os ditames legais como apropriados e corretos.

Com um ponto de vista semelhante, Jack Gibbs (1975) fala de um processo de “validação normativa”, onde as sanções legais aumentam a percepção de que o ato criminal é moralmente errado. Afirma o autor que se um indivíduo condena um tipo de ato mas observa que após um outro ato igual cometido, ele não é punido, a severidade da condenação individual vai declinar. Contrariamente observa-se que perante um ato que é punido de forma regular e severa, há forte probabilidade que a condenação do indivíduo seja mantida ou elevada. Quer isto significar que, segundo Gibbs, a lei tem como objetivo o reforço das normas informais e, a lei cumprindo esta função, opera a tal validação da norma. O autor afirma ainda que “...a punição legal pode originar ou até mesmo reforçar as condenações sociais de um ato.” (1975, p.80) Segundo Gibbs, os indivíduos sentem o medo da punição porque eles avaliam os atos negativamente e as punições legais mantêm ou intensificam estas avaliações negativas. O autor afirma, ainda, que a punição se torna necessária para a internalização de normas, sejam elas legais ou extralegais.

Foglia (1997), numa das conclusões do seu estudo, afirma que a ameaça das sanções legais não era necessária para aqueles que já estavam restringidos pelas suas próprias inibições morais. Na verdade, a ameaça das sanções legais nunca se mostrou muito significativa. Realça a autora que, quando o efeito da ameaça das sanções legais - medido pela percepção do risco de ser apanhado, que tende a ser maior naqueles que têm maior probabilidade de serem dissuadidos pelas sanções legais - uma variedade de sanções sociais, normas internalizadas, entre outros controlos, são conjuntamente considerados, as sanções

legais acabam por perceber-se insignificantes. Schwartz and Orleans (1970, p.544) enfatizam esta ideia salientando que “...a ameaça da sanção pode dissuadir as pessoas de violar a lei, talvez em parte, induzindo uma atitude moralista.” Segundo os autores, a ameaça da sanção tem um efeito sobre as orientações normativas, sendo capaz de induzir a moralidade nos comportamentos.

Andenaes (1974) salienta que relativamente às sanções formais, a ameaça da sanção dissuade não só através da imposição do medo mas também apresentando um “efeito moral ou educativo”. Esta influência moral ou educativa, segundo Andenaes (1974), designa a influência nas atitudes e comportamentos que emanam da lei. Reforça ainda que, estes efeitos morais e educativos da lei criminal se apresentam, também, como um reforço dos valores sociais. Andenaes (1974) realça, assim, que as sanções legais expressam a desaprovação da sociedade perante condutas ilegais, podendo criar inibições morais a determinados comportamentos. O autor afirma, ainda, que o estabelecimento de normas morais serve como uma contínua reeducação ou função de reforço do sistema da lei criminal.

2.2 Controlo Social Informal

2.2.1 Normas e Sanções Sociais

O controlo social informal, exercido pelos grupos primários, tem vindo a mostrar-se como um controlo com efeitos dissuasivos no comportamento delinquente dos indivíduos. As influências informais chegam a ter mais potencial que a força da lei formal, sendo por isso, muitas vezes, capazes de regular, sem a necessidade de recurso à lei. (Foglia, 1997 e Schwartz, 1978) Estudos levados a cabo no domínio do consumo das drogas revelam que, por vezes, não se torna necessária a intervenção do controlo legal, uma vez que os constrangimentos a que o indivíduo está sujeito com a repreensão dos pais, a censura dos pares, e algumas medidas educativas, são fatores imperativos que o dissuadem dos consumos de drogas. No caso da supervisão parental e/ou do grupo de amigos, pode mesmo limitar a oportunidade do uso de substâncias ilegais. Contudo, não podemos descurar a hipótese de que os grupos de pares podem funcionar de forma contrária, ou seja, como socializadores nos consumos. Isto poderá ocorrer, por exemplo, e como já anteriormente referido, quando o indivíduo deixa de sentir-se integrado num grupo social que segue as normas convencionais, e sente a necessidade de integrar-se num grupo de consumidores. Deixa de parte o grupo de pertença, para se inserir no grupo de referência favorável aos consumos de drogas. Não obstante, salienta Foglia (1997, p.436),

“...a ameaça de outras sanções sociais é particularmente mediada pela sua influência nas normas. Os indivíduos que tenham uma severa punição dos pais pelo consumo de marijuana e álcool, e pela delinquência em geral, estão mais aptos a considerarem estes comportamentos como errados. (...) Com normas internalizadas, estão menos aptos a enveredar por estes comportamentos [delinquentes].”

Normas internalizadas que, segundo a autora, medeiam a relação entre as sanções sociais e a delinquência.

Estes controlos informais visam persuadir os seus membros a não enveredarem pelos comportamentos desviantes. Aos grupos primários referidos - família e grupo de pares - cabe-lhes também a função de prevenir que os seus elementos enveredem por consumos de drogas. Assim sendo, podemos considerar por controlo social informal “...as intervenções e as sanções pelas quais os membros das redes e grupos de proximidade se encorajam mutuamente a conformarem-se às regras do jogo social.” (*in* Cusson, 2007, p.201) As pressões normativas e as sanções só serão eficazes em grupos integrados. A integração social mede-se pela vinculação que os indivíduos têm à família, aos amigos, à escola e mesmo ao trabalho. Quanto mais integrados estiverem os indivíduos, menos propensos estarão a desvios, a consumir drogas, neste caso preciso.

Dentro do controlo informal, importa ainda definir o que são normas sociais. Segundo Wenzel (2004), as normas sociais são definidas como padrões morais atribuídos a determinado grupo social ou coletividade. E, não podemos descurar que, estas normas sociais podem exercer um efeito dissuasivo sobre os indivíduos, sobretudo quando os mesmos se identificam com as normas instituídas pelo grupo. Aliás, quando a identificação com o grupo é fácil, as normas/sanções informais (sociais) do grupo tendem a ser severas para o infrator. (Cohen, 1966)

Todas estas constatações encontram um fio de ligação com as teorias do controlo social que nos interroga para o seguinte: “Porque é que a maioria das pessoas não comete crimes?” A maioria dos indivíduos não envereda por comportamentos desviantes precisamente porque existem constrangimentos, controlos sociais que os dissuadem de cometer atos delinquentes. Hirschi (2007) afirma que o delito tende a ocorrer quando o vínculo com a sociedade enfraquece ou se rompe. O autor refere que quanto mais fracos são os grupos aos quais o indivíduo pertence, menos este depende deles e, por conseguinte, mais depende apenas de si mesmo, não reconhecendo outras regras senão aquelas que encontra nos seus próprios interesses. A família, a escola, os grupos de pares podem jogar um papel importante porquanto têm influência na redução das probabilidades de desvios do indivíduo,

se ele estiver bem integrado nesses grupos. Pelo contrário, quando os vínculos são frágeis ou se rompem, o indivíduo pode enveredar por comportamentos delinquentes. Como afirma Agra (1998, p.86) “...é previsível que um adolescente (...) com frágil vínculo social, apresentando dificuldades ao nível do seu meio interno (...), cuja vida decorre em subculturas de consumo e tráfico de drogas, venha a adotar um estilo de vida estruturado pela droga e pelo crime.”. Caso isso aconteça, estaremos perante uma desvinculação social do indivíduo. Para inverter esta situação, os elementos do controlo informal poderão exercer aqui um papel crucial no sentido do não desvio e do fortalecimento de vínculos sociais.

2.2.2 Normas Internalizadas

Quando as pessoas permanecem obedientes à lei, elas mantêm-se assim não por causa do medo da lei criminal, mas por causa das inibições morais ou das normas internalizadas. (Andenaes, 1974) “Na perspetiva do legislador, criando inibições morais é um valor maior que a mera dissuasão porque pode funcionar mesmo em casos em que uma pessoa não precisa ter medo da deteção e da punição.” (Andenaes, 1974, p.112) Uma transmissão bem-sucedida dos padrões morais pode resultar numa pressão social para a aceitação de determinado comportamento, mesmo em pessoas que não foram influenciadas pela “...mensagem moral da lei”. (Andenaes, 1974, p.112)

A norma de internalização é, também, objeto de uma atribuição de valores. (Cerclé, 1999) Estas normas (também denominadas normas pessoais) são, por vezes, o que melhor explica os comportamentos, além de que, a sua principal função, deva ser a inibição de comportamentos criminais. (Foglia, 1997) As normas internalizadas são definidas como os padrões morais de cada pessoa, adquiridos pelo processo de interiorização das normas sociais. (Wenzel, 2004) Se as normas sociais podem exercer um efeito dissuasivo sobre os indivíduos, sobretudo quando os mesmos se identificam com o grupo, também é verdade que, assim sendo, mais facilmente os indivíduos interiorizam essas normas como sendo aquelas que devem ser seguidas, pois que consideram que há determinados comportamentos errados que não deverão ser cometidos. É tido como errado aquilo que vai contra as normas definidas pelo grupo dominante e, segundo Gibbs (1975), aprendemos que o tipo de ato em causa está errado observando os outros que reagem punitivamente a situações deste mesmo tipo. Ao considerar o ato como errado, e cometendo-o, além de uma possível auto sanção, o indivíduo poderá ainda sofrer legalmente as consequências do seu comportamento contrário à norma.

De salientar ainda que, a avaliação moral dos comportamentos é um aspeto que aqui assume a sua evidência e importância. Aliás, a avaliação moral do ato pode mesmo afetar as percepções do risco. Afirmam Paternoster and Piquero (1995) que fortes pontos de vista morais podem afetar as percepções de risco para o próprio e para os outros. Estes autores falam de um “barómetro moral vicariante”, constituído pelas crenças morais dos grupos de pares, que poderá afetar a percepção do risco para os outros e para o próprio indivíduo.

No que às drogas ilícitas diz respeito, importa destacar a moralidade da lei e a influência que a moral assume nos comportamentos de consumo, isto é, se o indivíduo partilha da mesma opinião que o resto dos membros da sociedade. Afirmar Silberman *in* Pfohl (1994, p.91) que “...os níveis de criminalidade são analisados não só pela percepção da certeza e da severidade da punição (tal como sugerido pela tese da dissuasão) mas também pelo compromisso moral de uma pessoa com certas normas legais e seus laços de ligação com outros [indivíduos] que partilham uma orientação moral semelhante.” Aliás, relativamente a esta última constatação, Bean (1974) salienta que determinados grupos sociais exercem influência na passagem moral das normas legais. Por tal, conclui-se que estando o indivíduo devidamente integrado em grupos sociais, esta passagem pode concretizar-se.

No que concerne ao consumo de drogas ilícitas, esta questão da moralidade dos comportamentos também se aplica e importará analisar isso mesmo, empiricamente.

3. Estudos empíricos sobre Normas e Dissuasão

3.1 Estudos de Dissuasão Perceptual

Os estudos de dissuasão perceptual poderão definir-se como “...a relação entre a percepção que os indivíduos têm sobre a certeza e severidade da punição e o seu próprio envolvimento em vários atos criminosos.” (Weatherburn, *et al.*, 2000, p.16) Estes autores, nos seus estudos, verificaram que a percepção do crime é baixa em indivíduos que percebem como grande o risco de sofrer uma sanção. Por seu turno, realçam o facto de que, há indivíduos que são fortemente influenciados pela avaliação moral do ato e que, “Quando os indivíduos pensam que o seu comportamento é moralmente ofensivo, eles estavam menos dispostos a cometer...” (Weatherburn, *et al.*, 2000, p.17) qualquer ato. Aqui o medo da sanção legal poderá ter um efeito dissuasivo.

A dissuasão perceptual é, segundo MacCoun (1993, p.499), “...uma teoria de como um ator tem as suas próprias percepções dos riscos e como a recompensa motiva as suas decisões e ações.”. O mesmo autor foca que a relação entre as atuais sanções e o comportamento é,

precisamente, mediada pelas suas percepções. Com base em estudos de outros autores, MacCoun (1993) realça que, os indivíduos que têm uma experiência pessoal com detenção percebem melhor os riscos das sanções legais do que aqueles que não passaram por essas experiências.

No que respeita aos consumidores de drogas “...as sanções legais podem ter maior influência na decisão inicial de consumir drogas e a sua influência firmemente diminui, assim como o consumo se torna mais frequente.” (MacCoun, 1993, p.502) Quer isto dizer que, os consumidores de droga tendem a sentir mais a ameaça da sanção legal, os riscos legais que o seu comportamento possa acarretar, quando iniciam os consumos do que na continuidade/no percurso nos consumos. Poderá ainda fazer-nos perceber que, a partir do momento em que o indivíduo percebe que, após vários consumos não é apanhado, a frequência dos consumos aumentará, pois começa a acreditar que não será apanhado. Da mesma forma, Paternoster (1989) considera que as sanções poderão ter algum efeito, embora modesto, na prevalência do uso de drogas, mas que esse efeito será ainda mais limitado na incidência do consumo. Quer isto dizer que, as sanções legais têm pouca influência quando o indivíduo inicia os consumos, mas que poderão ter alguma influência quando o uso se torna mais frequente.

Muitos destes estudos, levados a cabo por estes e outros autores, têm percecionado que, no que concerne à variável certeza, esta parece ser aquela que ainda tem um efeito dissuasivo considerável, pelo menos a curto prazo. Por seu turno, a severidade tem mostrado ser uma variável menos relevante que a certeza, dado que raramente se relaciona de forma negativa com a atividade delituosa. Quanto à celeridade da sanção raramente se encontra relacionada negativamente com a atividade criminal. De salientar, todavia, que esta última variável tem sido pouco estudada.

As limitações dos estudos de dissuasão perceptual são que “...usam amostras com elevados níveis de conformidade e não examinam as inter-relações entre ameaça das sanções legais, sanções sociais e normas internalizadas.” (Foglia, 1997, p.414) Como já anteriormente referido, as normas sociais e as normas internalizadas poderão exercer um efeito dissuasivo maior sobre os indivíduos do que propriamente as normas legais. Estas poderiam contribuir, segundo Quintas (2011), para o reforço das normas internalizadas e para a relevância das sanções informais.

Paternoster (1987) procedeu a uma revisão de estudos de dissuasão perceptual que visavam analisar o efeito dissuasivo da percepção da certeza e severidade da punição no que respeita a uma série de delitos, entre os quais o consumo de marijuana.

Numa das revisões, Paternoster centrou-se em estudos de carácter transversal. As correlações encontradas por diversos investigadores indicam que, de acordo com a doutrina da dissuasão, a percepção da certeza da punição encontra-se inversamente relacionada com vários comportamentos delinquentes, de entre os quais o uso de marijuana. Alguns autores encontraram uma associação negativa bastante significativa na percepção da certeza da punição para o uso de marijuana, enquanto outros se depararam com um efeito inverso fraco. O cálculo da média de correlações, para a relação da percepção da certeza da sanção com o uso de marijuana apresenta um valor de $-.26$. Apenas um número muito reduzido de investigadores se deparou com uma correlação positiva.

Na análise levada a cabo por alguns investigadores, Paternoster dá-nos conta de uma comparação entre os estudos tendo em conta algumas variáveis exógenas - sanções informais, apoio do grupo de pares e crenças morais (variáveis independentes) – relacionando-as com o uso de marijuana (variável dependente). Os investigadores apresentam os resultados através de técnicas de regressão. Os dados revelam que o envolvimento dos pares se encontra positivamente relacionado com uso de marijuana. No que respeita às sanções informais e à desaprovação, estas apresentam-se inversamente relacionadas com o uso de marijuana de forma mais significativa que as sanções legais. As crenças morais e o compromisso moral também se encontram inversamente relacionadas com o uso deste estupefaciente.

Quanto à percepção da severidade da sanção, Paternoster constatou que, na maior parte dos estudos, a percepção da severidade da sanção se encontra negativamente relacionada com o uso de marijuana, apresentando uma correlação média de $-.17$.

Para perceber a influência da dissuasão geral e da dissuasão específica nos comportamentos de consumo de álcool e marijuana, Paternoster and Piquero (1995) procederam à realização de um estudo longitudinal. Os autores analisaram a percepção da ameaça de sanção através do risco da certeza da punição para ele próprio e do risco da certeza da punição para os outros. A supervisão parental, as crenças morais, a percepção do risco para o próprio e a experiência da punição, são tidos como preditos a ter um efeito inverso no envolvimento autorrevelado do consumo de álcool e marijuana.

Através da análise de correlações, os autores constataram que o efeito da percepção do risco de ser detetado para o próprio ($-.23$) é substancialmente mais forte do que a percepção do risco para os outros ($-.04$). Este estudo apresenta os efeitos da dissuasão geral e específica no consumo das substâncias referidas. Em consistência com o efeito da dissuasão específica, as experiências pessoais com evitar a punição, estão inversamente relacionadas com as suas

percepções de ameaça da sanção. Os autores verificaram que o efeito na percepção do risco para o próprio (-.23) é maior do que a percepção do risco para os outros (-.09). A experiência pessoal de punição mostrou estar inversamente correlacionada com a percepção do risco para o próprio (-.13) e a percepção do risco para os outros (-.04). Outras experiências pessoais como as crenças morais (.31) e a supervisão parental (.20) têm um efeito positivo na percepção do risco para o próprio.

Em termos do consumo auto relatado de substâncias, através da apresentação de valores beta de regressões, os autores encontraram um efeito inverso significativo na percepção do risco para o próprio indivíduo (-.053). Aqueles que percebem que o risco de punição para eles próprios é maior, apresentam uma menor probabilidade de beber álcool e consumir marijuana. Quanto à supervisão parental, esta variável relaciona-se negativamente com a experiência de punição (-.094). As crenças morais (.064) e a supervisão parental (.073), apresentaram um efeito de inibição no consumo de drogas na medida em que fortalecem as crenças pessoais na certeza da sua própria sanção – efeito da dissuasão específica. As crenças morais (.169) apresentam, também, um efeito positivo na percepção da certeza para os outros. Aqueles com fortes inibições morais apresentam maior probabilidade para pensar que o risco de consumir substâncias é grande. A percepção do risco para o próprio e para os outros (.419), é também grande e constitui um elemento do efeito da dissuasão específica.

Foglia (1997) realizou um estudo com uma amostra constituída por estudantes (conformistas e de bairros sociais, sendo que estes últimos representam cerca de 80% da amostra) através da aplicação de um questionário. As variáveis independentes do estudo diziam respeito às percepções da ameaça das sanções legais, das sanções sociais, e das normas internalizadas, e a variável dependente era a delinquência autorrevelada de alguns comportamentos, entre os quais o consumo de álcool e marijuana. A autora revela que o risco de ser detetado pela polícia (medida que nos dá a percepção da ameaça da sanção legal) é maior nos indivíduos dos bairros sociais desfavorecidos, dado que as suas experiências pessoais e vicariantes de impunidade reduzem o medo da detenção. Quanto à influência das variáveis independentes, Foglia constatou que no que respeita à ameaça da sanção legal no comportamento delituoso autorrevelado, ela parece revelar-se insignificante. As normas internalizadas e as influências informais (severidade das sanções parentais e comportamento do grupo de pares) parecem exercer um efeito inibidor maior no comportamento de consumo de substâncias (álcool e marijuana) do que a ameaça da sanção legal.

PARTE B – ESTUDO EMPÍRICO

Para o presente estudo de investigação, são dois os objetivos gerais a que nos propomos compreender e analisar:

- As perceções sobre o regime legal das drogas, em especial sobre a descriminalização portuguesa;
- A influência das normas legais, das normas sociais e das normas internalizadas nos consumos de drogas.

Com a análise destas duas temáticas visamos uma comparação entre dois grupos distintos: um grupo de consumidores toxicodependentes; e um grupo de não consumidores, ou seja, indivíduos que nunca consumiram qualquer droga ilícita.

No que diz respeito aos objetivos específicos, pretendemos compreender e analisar o seguinte:

Relativamente às perceções sobre o regime legal das drogas, pretende-se analisar as perceções que os dois grupos contrastante têm sobre:

- A interdição do consumo; a eficácia e legitimidade da interdição do consumo; a legitimidade da sanção por consumos; a atuação das autoridades policiais face ao consumo; o sancionamento do consumo.
- O conhecimento sobre a lei do consumo de drogas vigente em Portugal; a opinião acerca da lei portuguesa da descriminalização, nomeadamente se a consideram permissiva ou restritiva e o seu efeito/influência nos consumos; o efeito que a atual lei da descriminalização teve no respeitante a níveis de consumo, de pessoas apanhadas a consumir, e de consumidores dependentes.

No respeitante às influências normativas nos consumos de drogas:

- Quanto à dissuasão, importa-nos analisar a influência da experiência pessoal e vicariante com deteção e punição; a influência das experiências de impunidade; e a influência das consequências informais da sanção.

No respeitante a este sistema de controlo social formal, analisaremos a influência da norma legal nos comportamentos de consumo de drogas ilícitas.

- No que concerne ao controlo exercido pelos grupos primários, o objetivo passa por analisarmos a influência que esses grupos exercem sobre os consumos de drogas. Importa-nos perceber/analisar a influência exercida pela (des)aprovação de pessoas próximas, família e grupo de pares nas decisões de consumo de drogas ilícitas.

- No que diz respeito às normas internalizadas, pretendemos analisar a sua influência sobre os consumos de drogas ilícitas, nomeadamente a influência que avaliação moral do comportamento de consumo de drogas exerce na aprovação ou reprovação dos comportamentos de consumo.

Capítulo III – Metodologia

1. Descrição e Fundamentação da Metodologia

Para um trabalho de investigação, é importante que se escolham os métodos mais apropriados para responder às questões de investigação formuladas, ou seja, a escolha dos métodos dependerá dos propósitos da investigação. É crucial encontrar uma ligação entre as referidas questões e os métodos que permitem responder-lhes. (Quintas, 2011 e Silverman, 2000)

No que concerne à metodologia de pesquisa para este estudo de investigação, poder-se-á dizer que a que é aqui usada é de carácter essencialmente qualitativo. As abordagens qualitativas, de índole indutiva, geralmente, tomam como ponto de partida a formulação de uma série de questões que serão exploradas no decurso do processo de investigação. Como pretendemos fazer a descrição dos fenómenos sociais e a sua respetiva explicação, ou seja, aprofundar a compreensão e significado dos fenómenos, utilizaremos o método qualitativo, visto que este pressupõe o estudo do tema de investigação em profundidade e com detalhe. (Patton, 2000) Implica que se apele à reflexão dos participantes sobre o conhecimento e experiência que têm sobre o tema de investigação. Aliás, a metodologia qualitativa tem a vantagem de permitir uma captação mais aprofundada da nossa amostra, que não é muito numerosa.

Que indivíduos devemos inquirir é a primeira questão que se coloca na metodologia qualitativa com a qual pretendemos explicar quem são os intervenientes, os participantes da nossa investigação. O presente estudo - cujo fenómeno a ser abordado diz respeito às perceções sobre o regime legal das drogas e às influências normativas nos consumos de

drogas - vai ajudar-nos a perceber essas percepções e essas influências em dois grupos de indivíduos distintos: um grupo de consumidores toxicodependentes e um grupo de não consumidores de drogas ilícitas. Delimitados os grupos visados, o passo seguinte centra-se na escolha de pessoas concretas que se mostrem disponíveis para participar nesta investigação.

A abordagem qualitativa tem implicações em todo o processo de investigação: no procedimento amostral; nos instrumentos selecionados para a recolha de dados; nas técnicas de análise dos dados; e nas estratégias de validação dos resultados (Quintas, 2011), como veremos mais à frente.

Há que salientar que, no que respeita à temática da análise das influências normativas nos consumos de drogas, e tal como percebemos no enquadramento teórico, a maior parte dos estudos levados a cabo por investigadores internacionais são estudos de dissuasão percetual que aplicam maioritariamente a metodologia quantitativa, através da técnica de inquérito por questionário. Este instrumento de pesquisa tem sido essencialmente aplicado a estudantes do ensino secundário ou universitário, tentando avaliar a influência que as normas legais, sociais e internalizadas exercem nos seus comportamentos de consumo de drogas.

Contudo, não foi nossa pretensão dar continuidade ao estudo quantitativo, mas fazer a exploração qualitativa do estudo, a exploração com detalhe e profundidade do tema, focando-nos, para tal, numa comparação entre consumidores toxicodependentes e não consumidores de drogas ilícitas.² Dado que íamos estar em contato com um número restrito de indivíduos, a técnica de entrevista pareceu-nos então a mais adequada. O interesse aqui não é quantificar, mensurar, mas sim compreender, explorar com detalhe os comportamentos de consumo e a influência que as normas exercem sobre os consumos, isto é, analisar com detalhe aquilo que são as decisões comportamentais dos indivíduos. Aliás, mais do que proceder a uma comparação, interessa-nos conhecer as determinantes das suas ações.

2. Desenho de Investigação

“O desenho de investigação refere-se ao planeamento do que vamos perguntar, a quem vamos perguntar, e porquê. Começamos um projeto com um desenho em mente para mantê-lo como alvo acerca do pretendemos aprender.” (Rubin e Rubin, 1995, p.42)

O presente estudo apresenta-se com um desenho de investigação predominantemente qualitativo, escolhido de forma estratégica em função dos objetivos específicos fixados e das

² No que respeita ao grupo de toxicodependentes pareceu-nos de maior interesse a inserção numa instituição de reabilitação de toxicodependentes, acompanhando as suas atividade diárias na instituição, conquistando a sua afinidade para obter informação dos seus comportamentos.

questões de investigação levantadas. Para este objeto de estudo (percepções sobre o regime legal das drogas e influências normativas nos consumos de drogas) optamos por um estudo qualitativo, dado ainda não ter sido aplicado nesta temática.

Este desenho de investigação inscreve-se num modelo transversal (*cross-sectional designs*) que se caracteriza por envolver estudos de um grupo, cujos dados são recolhidos num mesmo período de tempo. Esses dados são analisados no sentido de comparar grupos e verificar se os seus resultados apresentam semelhanças ou diferenças entre os grupos da amostra. (Hagan, 2010, Bachman e Schutt, 2001 e Vaus, 2001) O recurso a grupos de comparação aumenta a credibilidade da teoria, já que a exploração das suas semelhanças e diferenças torna possível uma melhor compreensão das condições nas quais os fenómenos ocorrem. (Cruz, 2011) Para o presente estudo de investigação, foram selecionados, de forma intencional, dois grupos: um grupo de toxicodependentes; e um grupo de não consumidores de drogas ilícitas. Mason (1996: 91) salienta que devemos tentar “...selecionar uma amostra que desejamos estudar, para que exiba características (como idade, género, etnicidade, classe social) em proporção e padrões similares...” No caso específico deste estudo, ao selecionar intencionalmente a amostra para ambos os grupos, tentamos que eles tivessem características gerais similares, tais como: idade, género, escolaridade.

3. Constituição da Amostra

O procedimento amostral para este estudo de investigação passa pela escolha de uma amostra intencional que permite a seleção de pessoas com conhecimento sobre o tema, pessoas disponíveis e, porventura, com perspetivas diversificadas. (Patton, 2000) Trata-se, deste modo, de uma amostra de conveniência constituída por atores sociais mais disponíveis e dispostos a colaborar e que, obrigatoriamente, reunissem determinadas características gerais (sexo, idade, escolaridade) e específicas (consumidor toxicodependente e não consumidor de drogas ilícitas).

Os participantes selecionados para este estudo de investigação são consumidores de drogas ilícitas, mais concretamente toxicodependentes de uma instituição de reabilitação; e indivíduos não consumidores de drogas ilícitas. Consideramos importante a recolha de dados junto destes dois grupos contrastantes, de modo a verificar as suas semelhanças e diferenças no que concerne ao objeto de estudo desta investigação. Como salientam Bouma e Atkinson (1995), a comparação envolve, de facto, dois ou mais grupos no mesmo período de tempo.

Relativamente ao acesso aos participantes, os toxicodependentes foram selecionados numa instituição de reabilitação de toxicodependentes³. Quanto ao grupo de não consumidores, foram selecionados com base na nossa rede social informal. Fizemo-lo escolhendo indivíduos que pressupúnhamos que não tinham consumido qualquer droga ilícita e que possuiriam características gerais idênticas às do grupo de toxicodependentes os quais havíamos previamente entrevistado.⁴

O número de elementos da amostra foi estabelecido por um processo de amostragem por caso múltiplo⁵ – amostra por contraste saturação. Sendo uma das formas-tipo das pesquisas qualitativas que recorrem à amostragem por casos múltiplos a entrevista, será esta a técnica utilizada para o nosso trabalho de investigação. (Pires, 2008) O princípio que está subjacente à amostra por contraste saturação é que o material empírico permite combinar a amostra por contraste e a amostra por homogeneização (por saturação). Isto significa que se pretende obter a homogeneidade interna de cada grupo, juntamente com a capacidade de contraste com o outro grupo. Deste modo, dado que o presente estudo incide sobre os dois grupos acima mencionados pretende-se procurar a homogeneidade interna a cada um destes grupos e, posteriormente, contrastá-los. De realçar que a comparação entre cada caso-tipo reforça também a representatividade⁶ de cada um dos grupos, considerado separadamente. (Pires, 2008) Uma amostra deste tipo não pretende ser representativa de uma população, mas sim da experiência vivida e do conhecimento dos entrevistados acerca do tema do estudo. Aliás, nos estudos de índole qualitativo não faz muito sentido falar numa amostra representativa da população, visto que o número de pessoas constituintes da amostra será quase sempre reduzido.

³ O acesso aos consumidores partiu da deslocação a uma instituição de reabilitação de toxicodependentes em que, com a ajuda da Diretora da fase de Reinserção Social, foram selecionados os indivíduos para integrarem a amostra.

⁴ Recorremos à nossa rede social informal, escolhendo indivíduos que pressupúnhamos que não tinham consumido qualquer droga ilícita e que possuíam características gerais (sexo, idade, habilitações escolares) idênticas às do grupo de toxicodependentes (que foram entrevistados primeiro).

⁵ A amostragem por caso múltiplo contrapõe-se à amostragem por caso único. Existem 3 tipos de amostras por caso único: a amostra de ator; a amostra de meio, geográfico ou institucional; a amostra de acontecimento ou enredo. (Pires, 2008)

⁶ A representatividade na metodologia qualitativa dá-se através de duas variáveis estratégicas: as variáveis gerais (como o sexo, a idade, as habilitações escolares, etc.) e as variáveis específicas (relacionadas diretamente com o objeto de estudo). “Não se trata, portanto, de visar a uma representatividade numérica na amostra (...), em relação ao universo de análise (população), mas tão simplesmente em ter um dois exemplos por grupo, pois, de qualquer maneira, a representatividade estatística não serve, aqui, para nada. (...) A representatividade ou generalização baseia-se, então primeiramente, numa hipótese teórica (empiricamente fundamentada), que afirma que os indivíduos não são todos intercambiáveis, já que eles não ocupam o mesmo lugar na estrutura social e representam um ou vários grupos. Eles são, assim, portadores de estruturas e de significações sociais próprias a esses grupos. É graças a um conjunto de características comuns, particulares a cada grupo, que se podem destacar algumas tendências a generalizar para todos os indivíduos em situação semelhante.” (Pires, 2008)

Poder-se-á, ainda, referir estarmos perante uma diversificação externa, controlada com a ajuda de variáveis estratégicas/específicas (normas legais, normas sociais e normas internalizadas) e prioridades teóricas, não descurando as variáveis gerais (sexo, idade, escolaridade, classe social...) que assumiram importância para nos permitirem seleccionar não consumidores de drogas ilícitas com características gerais semelhantes à dos toxicodependentes, antecipadamente entrevistados.

O critério de paragem de recolha de dados foi definido quando se considerou ter atingido o ponto de saturação empírica. A saturação empírica diz respeito “...ao fenómeno pelo qual o pesquisador julga que os últimos documentos, entrevistas ou observações não trazem mais informações novas, ou diferentes, para justificar uma ampliação do material empírico.” (Pires, 2008, p.198) Este mesmo autor afirma ainda que a saturação empírica cumpre “...duas funções capitais: de um ponto de vista *operacional*, ela indica em qual momento o pesquisador deve parar a recolha dos dados (...); de um ponto de vista metodológico, ela permite *generalizar* os resultados para o conjunto do universo de análise (população) ao qual o grupo analisado pertence (generalização empírico-analítica).” (2008, p.198) As pesquisas que recorrem à amostra por contraste-saturação permitem, não raro, apresentar uma generalização empírica por saturação e por especificidade de cada grupo.

De salientar que a generalização que aqui se pretende referir, não diz respeito à extrapolação dos resultados a toda população, como acontece nos estudos quantitativos, uma vez que a amostra intencional dos estudos qualitativos implica cautela quanto à generalização dos resultados, os quais devem ser vistos a partir do contexto de onde foram retirados.

3.1 Participantes

A amostra, de carácter intencional, é constituída por um grupo de 8 consumidores toxicodependentes a frequentar um programa de reabilitação numa instituição, e um grupo de 8 não consumidores de drogas ilícitas, cuja caracterização sociodemográfica se apresenta de seguida na Tabela 1.

Tabela 1: Caracterização sociodemográfica da amostra

Características	Grupos	Consumidores	Não consumidores
N		N= 8	N= 8
Sexo		6 Homens 2 Mulheres	5 Homens 3 Mulheres
Idade		23 – 49 Média: 31 anos Desvio-padrão: 9, 13	22 – 34 Média: 28 anos Desvio-padrão: 4, 71
Nível de escolaridade		2º ciclo do ensino básico: 2 3º ciclo do ensino básico: 5 Ensino secundário: 1	3º ciclo do ensino básico: 5 Ensino secundário: 3
Situação ocupacional		Empregado: 2 entrevistados Desempregado: 6 entrevistados	Empregado: 8 entrevistados
Profissão		1 técnico de eletrónica 1 serralheiro	1 esteticista 1 vigilante 1 padeiro/pasteleiro 1 auxiliar ação educativa 1 comercial 1 militar 1 costureira 1 mecânico
Estado civil		8 Solteiros	5 Solteiros 2 Casados 1 em união de facto
Nacionalidade		8 Portugueses	8 Portugueses

Um número bastante considerável dos toxicodependentes (n= 6) iniciou a sua carreira de consumos na adolescência, tendo sido o haxixe e o álcool as primeiras drogas consumidas. No fim da carreira de consumos, coincidente com a entrada na comunidade terapêutica, as drogas consumidas eram a cocaína e a heroína. Uma parte significativa dos toxicodependentes (n= 6) não pensa na possibilidade de vir a consumir drogas futuramente. As razões por eles mais evocadas para considerarem não haver probabilidade de consumirem futuramente são as consequências destrutivas das drogas (n=3) e a tomada de consciência da sua adição (n=2). No que respeita à probabilidade de pessoas conhecidas consumirem drogas no futuro, metade (n=4) dos participantes consumidores consideram que essa probabilidade existe. Alguns dos consumidores (n=3) consideram ainda haver a possibilidade dessas pessoas conhecidas serem detetadas pelas autoridades policiais em atos de consumo de drogas.

O grupo de não consumidores, por seu turno, afirma que não tem consumido qualquer droga ilícita ao longo da sua vida. Quanto às drogas lícitas: todos os não consumidores bebem álcool mas apenas socialmente. No que respeita ao tabaco: dois deles assumem fumar, mas apenas esporadicamente. Quanto a expectativas de consumo futuras, uma maioria considerável dos não consumidores (n=7) considera não haver probabilidade de virem a consumir drogas

ilícitas futuramente. Metade deles (n=4) consideram que não há probabilidade de pessoas suas conhecidas virem a consumir drogas ilícitas no futuro.

4. Instrumentos

A escolha dos métodos e técnicas a utilizar para a investigação é sempre uma tarefa exigente pois, dada a variedade existente, importa seleccionar aqueles (as) que melhor se adequam ao nosso objeto de estudo.

Para o presente estudo, a entrevista apresenta-se como a técnica principal para a recolha de dados relativamente ao tema por nós escolhido, tendo em conta que permite uma recolha de informação bastante aprofundada já que “...entrevistar é uma das mais comuns e poderosas formas que usamos para tentar perceber os seres humanos.” (Fontana e Frey, 1994, p.361) No cerne das entrevistas está o interesse em captar as vivências dos indivíduos e os significados que pessoalmente atribuem a essas vivências.

O trabalho consistiu na realização de entrevistas semi estruturadas, que visaram incentivar os toxicodependentes e os não consumidores de drogas ilícitas a produzir um discurso direccionado acerca das percepções sobre o regime legal das drogas e das influências normativas nos consumos de drogas. Flick (2005) afirma que numa situação de entrevista aberta os pontos de vista dos sujeitos são mais facilmente expressos do que numa entrevista estruturada ou num questionário. Espera-se que os entrevistados possam dar-nos relatos fiáveis do que lhes aconteceu ou do que eles pensaram num período de tempo passado. (Bachman e Schutt, 2001) Daí a constatação de que, através da técnica de entrevista, seria a melhor forma de os indivíduos relatarem a sua percepção, de como as normas legais, sociais e internalizadas influenciaram/influenciam (ou não) os seus comportamentos de consumo de drogas, assim como as percepções que têm sobre o regime legal das drogas.

A entrevista semi estruturada é ostentada por um guião de entrevista⁷, cujos temas ou dimensões o investigador pretende analisar. Este possui questões previamente definidas que vão sendo colocadas ao entrevistado consoante decorre a entrevista. É o meio de verificarmos a experiência que os indivíduos têm relativamente ao tema de estudo, através das respostas dadas às questões de investigação formuladas. “A entrevista semi diretiva, ou semi dirigida, é certamente a mais utilizada em investigação social. (...) Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guias, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado.” (Quivy e Campenhoudt, 1998, p.194)

⁷ Ver Guião de Entrevista em Anexo

Os entrevistados são encorajados a responder às questões a partir das suas perspetivas e experiências individuais. (Quintas, 2011)

Convém ainda salientar que a interação direta é uma das questões-chave da técnica da entrevista. Esta pretende ser uma situação social onde se desenrola uma relação face-a-face. Como salienta Holstein e Gubrium (1997, p.113), “...Entrevistar fornece uma maneira de gerar dados empíricos acerca do mundo social, pedindo às pessoas para falarem sobre as suas vidas. Neste sentido, as entrevistas são uma forma especial de conversa.” A situação de entrevista afirma-se, assim, como um momento de interação social entre entrevistador e entrevistado, onde este último produz um discurso com base em orientações dadas pelo entrevistador. Discurso esse que, por seu turno, permitirá ao investigador a obtenção dos dados necessários para dar resposta às suas questões de investigação.

A vantagem da técnica da entrevista reside no facto de estar orientada diretamente para o assunto em estudo, designadamente pela estruturação do guião de entrevista. A estrutura do guião e a flexibilidade com que podem ser colocadas as questões constantes no mesmo apresentam-se também como vantagens da técnica da entrevista. As vantagens permitem um aprofundamento dos elementos/dados recolhidos. E tem ainda a vantagem de recolher os testemunhos dos indivíduos respeitando os seus quadros de referência com a sua linguagem e seus quadros mentais.

Uma situação que devemos, todavia, ter em atenção, é referida por Flick quando alerta para “...problemas de equilíbrio entre as recomendações do guião e os objetivos da investigação; e problemas em relação ao modo de o entrevistado se exprimir.” (2005, p.94) Cabe, todavia, ao entrevistador decidir, relativamente à entrevista, que perguntas fazer, quando e por que ordem.

O guião de entrevista⁸ apresenta-se como o principal instrumento de trabalho. Alguns guiões para entrevista apresentam-se sob a forma de perguntas formuladas, enquanto outros possuem tópicos acerca dos temas, o que leva a que o investigador, no decurso da entrevista, coloque as perguntas da forma que entender. Para o presente estudo de investigação, o guião de entrevista elaborado apresenta-se sob a forma de perguntas formuladas. Para além do pedido de dados da situação pessoal, está estruturado em sete partes: o conhecimento da lei; as perceções sobre o regime legal das drogas; o atual regime legal do consumo de drogas; a dissuasão; as normas internalizadas; as normas sociais/ sanções informais; e outras questões sobre consumo de drogas.

⁸ Ver Guião de Entrevista em Anexo

Enquanto a parte da situação pessoal, meramente indicativa, consiste num levantamento de dados sobre o entrevistado; a primeira parte incide sobre o conhecimento que os entrevistados têm acerca da lei de consumo de drogas em Portugal; a segunda parte, por seu turno, visa recolher as perceções que os indivíduos têm sobre o regime do consumo de drogas, passando por recolher a opinião relativamente ao consumo de substâncias, atuação policial e punição do consumo; na parte seguinte, pretende-se recolher a opinião dos entrevistados sobre a lei portuguesa do consumo de drogas; a quarta parte incide sobre a influência da ameaça da sanção no consumo, experiência de deteção e sanção (esta só no caso dos consumidores) e experiência vicariante; a quinta parte diz respeito à avaliação moral dos comportamentos de consumo; a sexta parte, à relação com pessoas próximas, família e grupo de pares; na última parte, são exploradas questões sobre a carreira de consumo e perspetivas de consumo futuro.

Importa referir que os guiões foram ligeiramente modificados de modo a adaptarem-se aos participantes dos dois grupos constituintes da amostra.

5. Procedimentos

O presente estudo de investigação realiza-se através de entrevista semi estruturada, tendo por base um guião previamente elaborado. Aquando da condução da entrevista, os temas foram lançados para abordagem pela ordem que constava no guião.

De realçar que para levar a cabo o presente trabalho de investigação, alguns procedimentos formais foram tidos em conta: em primeira instância, o entrar em contacto com a instituição de reabilitação de toxicodependentes e obter o seu consentimento para a realização das entrevistas a alguns dos utentes do Programa; posteriormente, no contato com os utentes, foi estabelecido um contato informal, acompanhando as suas atividades diárias, criando, desta forma, empatia, para a realização de entrevistas a alguns dos utentes.

Consideramos relevante ir estabelecendo um contato informal com a população em estudo de modo a que, com ela interagindo e criando empatia, houvesse maior facilidade em conseguir a disponibilidade dos indivíduos para integrarem a nossa amostra. Aquando da inserção na instituição, foi explicado aos toxicodependentes qual o propósito da nossa presença ali e após estabelecida alguma confiança com eles, partimos para uma abordagem, com a colaboração da Diretora da fase de Reinserção Social, de pedido de consentimento para a realização da entrevista. E, deste modo, foram marcadas as entrevistas com alguns utentes da instituição.

Numa sala da Instituição realizamos as entrevistas individualmente, gravando-as por meio áudio e sujeitas a transcrição total. Previamente foi explicado ao entrevistado qual o conteúdo da entrevista e qual o seu fim, solicitando a sua autorização para a gravar e garantindo-lhe o anonimato da mesma.

No que concerne ao grupo de indivíduos não consumidores, estes foram entrevistados após a realização das entrevistas aos toxicodependentes. Tal, prendeu-se com o facto de nos parecer pertinente recolher primeiro as características gerais presentes nos toxicodependentes, para posteriormente seleccionar não consumidores de drogas ilícitas que possuísem algumas características gerais similares. Para o presente estudo de investigação, as variáveis gerais tidas em conta para a similitude nos dois grupos contrastantes foram a idade, o sexo e as habilitações escolares.

As entrevistas foram, também, realizadas e gravadas por meio áudio. Aos não consumidores, antes de iniciar as entrevistas, foi também explicado qual o conteúdo da entrevista e qual o seu fim, tendo eles aceitado o pedido de gravação das entrevistas, ao que lhes foi garantindo o anonimato da mesma. Quanto ao local de realização das entrevistas, foi deixado ao critério do entrevistado a escolha do local para a entrevista, tendo sido as entrevistas realizadas em locais diferentes.

As entrevistas foram todas conduzidas pela autora deste estudo.

Após a realização de cada entrevista, elas foram transcritas totalmente pela própria autora deste trabalho, num curto período de tempo, para não correr o risco de esquecer algum pormenor importante aquando da realização da entrevista. Aos entrevistados foi garantido o anonimato dos excertos que possam vir a ser usados das suas entrevistas, e que o conteúdo das entrevistas servia unicamente o propósito deste trabalho de investigação.

6. Análise dos dados

As entrevistas aos toxicodependentes tiveram uma duração média de uma hora (variando entre os 50 minutos e a 1 hora e os 45 minutos) e decorreram entre 2 e 18 de Outubro de 2012. As entrevistas aos não consumidores, por seu turno, tiveram uma duração média de 40 minutos (oscilando entre os 25 minutos e os 55 minutos) e decorreram entre 12 de Novembro e 17 de Dezembro de 2012.

Patton (2000) afirma que os dados das entrevistas são compostos por excertos da conversação, que produzem conteúdos que importa codificar. A análise de conteúdo apresenta-se, deste modo, como a técnica a ser aplicada para o tratamento dos dados obtidos

com as entrevistas. “Tratar o material é codificá-lo.” (Bardin, 2007, p.97) Na opinião de Flick (2005:193), “A análise dos textos consiste na codificação das afirmações e narrativas em categorias elaboradas com base no material. É orientada para a descoberta de correspondências e disparidades entre grupos de antemão definidos.” Bardin (2007), por seu turno, salienta que a codificação corresponde a uma transformação dos dados em bruto do texto por recorte, agregação ou enumeração, que permite atingir uma representação do conteúdo. A codificação do material empírico faz-se através da criação/definição de categorias, em que atribuímos um nome a cada unidade de análise/registo, que permitem agrupar opiniões semelhantes dentro das mesmas categorias (codificação aberta). As categorias são, por assim dizer, termos chave que sintetizam o essencial da informação que se pretende qualificar. As categorias constroem-se, deste modo, a partir do conteúdo das entrevistas, ou seja, são criadas de forma indutiva a partir dos dados das entrevistas.

Para o presente trabalho de investigação, poderemos afirmar que se trata de uma codificação temática. Esta é aplicada como um processo de múltiplos passos na interpretação do material. (Flick, 2005) De acordo com Bardin (2007), a partir do momento em que a análise de conteúdo decide codificar o seu material, deve produzir um sistema de categorias. A codificação temática, segundo Flick, envolve uma descrição de cada caso (entrevista), uma breve descrição da pessoa, relacionada com a problemática de investigação e os temas essenciais relativos ao tema da investigação mencionados na entrevista. Esta codificação, de acordo com este autor, procura gerar domínios temáticos e categorias para o caso concreto. “Após a análise do primeiro caso, são cruzadas as categorias e os domínios temáticos de cada caso: deste cruzamento resulta uma estrutura temática que se utiliza como base para a análise de outros casos, a fim de aumentar a sua comparitividade.” (Flick, 2005, p.189) A estrutura temática elaborada serve, assim, para comparar casos e grupos, estabelecer diferenças e correspondências entre os vários grupos do estudo, isto é, identificar e analisar semelhanças e diferenças de cada grupo. Em primeiro lugar, são realizadas análises baseadas num só caso; em segundo lugar, fazem-se comparações de grupo além desse caso. (Flick, 2005) Assim sendo, criam-se e desenvolvem-se as categorias, de forma a relacioná-las entre si visando a comparação dos dois grupos nessas mesmas categorias. Em suma, foi realizada uma análise vertical (entrevista a entrevista) e uma análise horizontal (comparando os discursos dos entrevistados) para cada uma das categorias. De salientar ainda que alguns materiais empíricos não foram codificados visto não parecerem teoricamente relevantes para o objeto de estudo, como, por exemplo, quando os entrevistados não respondiam concretamente ao que

lhes havido sido pedido para opinarem, quando se alongavam nos discursos e o conteúdo deles não tinha a ver com o tema de estudo em concreto.

Este procedimento de codificação temática é adequado para “...estudos em que se pretende fazer comparações teoricamente fundamentadas, entre grupos, acerca de um problema específico.” (Bardin, 2007, p.193) É o caso deste trabalho de investigação que visa a comparação de dois grupos de indivíduos: consumidores toxicodependentes e não consumidores de drogas ilícitas, no que concerne às perceções do regime legal das drogas e às influências normativas nos consumos de drogas.

A recolha de dados terminou com a saturação das categorias com maior poder explicativo tendo em conta o nosso objeto de estudo.

A validação dos resultados foi realizada ao longo de todo o processo empírico. Na fase do processo de amostragem, cuja amostra foi selecionada de forma intencional, pretendeu-se apresentar os dois grupos contrastantes (consumidores toxicodependentes e não consumidores de drogas ilícitas) e a sua pertinência relativamente ao objeto de estudo. No processo de recolha do material empírico e na sua análise, foi pretensão nossa analisar os dois grupos até atingirmos a saturação das categorias mais relevantes deste estudo. Finda a análise do material empírico, recorremos ao método comparativo dos dois grupos da amostra, com o objetivo de analisar a pertinência dos dados obtidos aquando da codificação das entrevistas. No decurso da redação dos resultados, os mesmos foram sendo explicitados através de uma auto análise e auto crítica, tendo em conta o tema da investigação, e ainda com recurso a citações exemplificativas retiradas das transcrições das entrevistas.

Capítulo IV – Resultados

A apresentação dos resultados obtidos a partir da análise das entrevistas inverte, em parte, a estrutura dos guiões de entrevista. Assim sendo, começamos por apresentar as perceções dos indivíduos entrevistados sobre o regime legal das drogas em Portugal. De seguida, apresentam-se os resultados sobre o atual regime legal do consumo de drogas, nomeadamente dispondo o conhecimento que os entrevistados têm sobre a lei do consumo de drogas vigente no nosso país, assim como algumas perceções sobre as implicações da lei da descriminalização nos consumos. E, por fim, os resultados sobre as influências normativas (a

dissuasão e as normas sociais e internalizadas), que se apresentam também como um tema pertinente neste estudo de investigação.

Os dois temas estudo mostram as opiniões dos dois grupos de entrevistados quer as opiniões semelhantes, quer as contrastantes. A apresentação dos resultados inclui uma quantificação, com a disposição de alguns dados em tabelas onde consta o número de entrevistados que expressam determinada opinião. Esta quantificação sintetiza e permite visualizar e perceber a relação de cada uma das categorias, ou seja, de cada uma das opiniões dos participantes. Contudo, dada a opção pela metodologia qualitativa, esta quantificação é completada pelos excertos de entrevistas, através do discurso direto dos entrevistados, como forma de justificar a opinião mais referida pelos entrevistados. Quanto aos excertos transcritos para justificar os resultados, optamos por utilizar um trecho do grupo de toxicodependentes e outro do grupo de não consumidores, exceto quando determinada opinião é referente só a um dos grupos, transcrevendo-se, neste caso, dois excertos desse mesmo grupo.

1. Perceções sobre o regime legal das drogas

1.1 Perceção sobre o regime legal do consumo de drogas

O primeiro ponto que aqui se pretende analisar diz respeito à perceção que os entrevistados têm sobre o regime legal do consumo de drogas, assim como tentar perceber qual consideram ser a opinião das outras pessoas relativamente a este mesmo tema. Da mesma forma, procuramos analisar as perceções que os entrevistados têm acerca da interdição de determinadas substâncias. A tabela abaixo expressa as perceções dos participantes sobre este assunto. As opiniões sobre a interdição do consumo de drogas dividem-se, quer entre os toxicodependentes, quer no seio dos não consumidores, por tal, não se vislumbra uma diferença entre os dois grupos. Quanto à classificação do regime, os toxicodependentes que consideram que o consumo deve ser interdito, mostram-se mais favoráveis a um regime de contraordenação, ao invés dos não consumidores que são a favor da criminalização do consumo. No tocante à opinião da sociedade em geral, sobre o regime legal das drogas, como se poderá perceber pelos resultados constantes na Tabela 2, os dois grupos consideram-na, em geral, favorável à interdição do consumo de drogas e que o consumo deve estar sujeito a um regime criminal.

No que concerne ao consumo de determinadas substâncias em concreto, os dois grupos em estudo são da opinião que, as substâncias atualmente lícitas (álcool e tabaco), não

deverão ser interditas. O mesmo não sucede com as substâncias ilícitas, as quais os participantes consideram que devem continuar como tal, de modo especial as ditas drogas duras (heroína e cocaína).

Tabela 2: Percepções sobre o regime legal das drogas

		Consumidores (n=8)	Não consumidores (n=8)		Total (N=16)
Opinião própria sobre o regime legal das drogas					
Interdito		4	4		8
	Crime		1	4	5
	Contra ordenação		3	0	3
Legal		3	4		7
Oscila na opinião		1	0		1
Opinião dos outros sobre o regime legal das drogas					
Interdito		7	6		13
	Crime		6	5	11
	Contra ordenação		1	1	2
Legal		0	0		0
Oscila na opinião		1	2		3
Opinião própria sobre a interdição de diversas substâncias					
Álcool/Tabaco	Sim	0	1		1
	Não	8	7		15
Haxixe	Sim	5	4		9
	Não	3	3		6
	Sem opinião	0	1		1
Cocaína/Heroína	Sim	5	6		11
	Não	3	2		5

1.1.1 A interdição do consumo de drogas

Como suprarreferido, a opinião dos dois grupos sobre a interdição do consumo de drogas divide-se. Alguns dos participantes consideram que o consumo de drogas devia ser interdito.

“...acho que devia ser proibido”. (Toxicodependente 1)

“Sim [devia ser interdito]. Sem dúvida alguma.” (Não Consumidor 3)

Por sua vez, há participantes para quem o consumo de drogas não deveria ser interdito.

“...pela experiência que eu tenho, acho, acho que não [que não devia ser proibido].” (Toxicodependente 5)

“Não. A lei não devia proibir o consumo de drogas.” (Não Consumidor 2)

Os 8 participantes que sustentam a ideia de interdição do consumo de drogas apresentam os seguintes motivos: a) receio da desregulação que podia ocorrer com a legalização (n=3); b) malefícios sociais e pessoais (interdita-se porque as drogas têm

consequências nefastas) (n=5); c) a existência de crimes como consequência do consumo de drogas (n=2).

Os entrevistados dos dois grupos que são favoráveis à interdição consideram que uma possível legalização provocaria uma desregulação dos consumos. Entendem que a interdição é a melhor forma de manter o consumo o mais controlado possível.

“...o nosso mundo já é o que é, se fosse legal provavelmente era pior ainda. (...) Mas tipo, se fosse legal andava aí tudo... As pessoas não tinham aquela coisa de esconder. Vendiam em qualquer sítio, consumiam em qualquer sítio.” (Toxicodependente 8)

“...eu acho que o legalizar o consumo das drogas não vai, não vai diminuir o consumo, não vai deixar com que as pessoas (...) cometam, e cheguem aquele estado deplorável em que eles estão, e que chegam quando consomem.” (Não Consumidor 1)

Os malefícios pessoais e sociais que o consumo de drogas acarreta são razões bastantes para a interdição do seu consumo. Os indivíduos consideram que, quando dependentes de uma substância, podem pôr em causa a sua vida pessoal, com extensão a várias esferas da sua vida. São várias as implicações prejudiciais na vida do indivíduo que consome drogas, daí a interdição ser, por eles, considerada a melhor forma de evitar essas consequências.

“...acho que sim. [que devia ser proibido] Tudo o que envolve as drogas acaba por ser...por fazer mal à sociedade. (...) Eu acho que a droga, a droga prejudica as pessoas, não é? E cria determinadas coisas nas pessoas, determinados comportamentos. E determinados... problemas de saúde.” (Toxicodependente 6)

“Acho que se calhar fazia com que tanta gente não fosse dependente disso. Acho que devia proibir. (...) As pessoas experimentam a primeira vez, não é, e depois é um vício. Aquilo começa sempre, cada vez mais, a querer, a querer, a querer (...) Pronto, desgraçar a vida.” (Não Consumidor 7)

No grupo dos toxicodependentes, há ainda quem considere que a proibição é a forma mais correta de regular o consumo de drogas, servindo como forma de evitar o cometimento de crimes aquisitivos. A interdição levaria a que se cometessem menos crimes aquisitivos, tais como furtos e roubos.

“...é roubos é pessoas a enriquecer à custa dos mais frágeis. E acho que sim, acho que sim. (...) tudo o que está à volta da droga, acho que sim. [devia ser proibido]” (Toxicodependente 6)

“Com o consumo de drogas acabei por ter outro tipo de atos que não são os mais corretos. Entre roubar e fazer outras coisas.” (Toxicodependente 7)

Além da apresentação de motivos a favor da interdição do consumo de drogas, os participantes deixam uma sugestão para atenuar os níveis de consumo. Alguns dos

entrevistados (n=2) sugerem que uma maior intervenção no combate à produção e tráfico de estupefacientes resultaria numa maior eficácia na atenuação dos consumos de drogas.

“Acho que devia haver um maior controlo sobre não deixar elas entrar ou então controlar os que a produzem. Acho que só não o fazem porque não querem.” (Toxicodependente 7)

“...alguém andasse sempre em cima, ou seja, polícias, não é? Quando viessem doutro país para cá, nos postos (...) nas embarcações tivessem mais vigilância, coisa assim do género. Acho que podíamos combater sobre isso.” (Não Consumidor 3)

Os entrevistados que consideram que o consumo de drogas deve ser interdito dividem-se também quanto ao regime legal mais apropriado (crime ou contraordenação). O grupo de toxicodependentes mostra-se mais favorável a que o consumo de drogas deva ser apenas uma contra ordenação.

“Uma contra ordenação, uma contra ordenação. Podem-me multar por estar a consumir drogas.” (Toxicodependente 1)

“Eu acho que apenas uma contra ordenação.” (Toxicodependente 7)

O grupo de não consumidores, por seu turno, é totalmente favorável ao regime criminal.

“Que devia ser considerado crime, sem dúvida.” (Não Consumidor 4)

“Um crime. Se for proibido, um crime.” (Não Consumidor 7)

Os toxicodependentes justificam assim a sua opção pela contra ordenação: os consumidores não devem ser criminalizados pelo facto das drogas circularem livremente. Entendem que, sendo as drogas de fácil circulação e acesso, ou seja, não havendo um controlo eficaz na circulação das drogas, os consumidores não devem ser culpabilizados pelo mero consumo.

“Eu acho que apenas uma contra ordenação. (...) o problema não está em consumir, está em ela haver. Em ela circular tão facilmente como circula. Acho que o problema está aí. Acho que o problema não está em quem consome, porque quem consome não sabe muito bem o que fazer para deixar.” (Toxicodependente 7)

No respeitante à opinião favorável ao regime criminal do consumo, os não consumidores apresentam os seguintes motivos: a) os malefícios do consumo de drogas (n=2); b) o prejuízo causado a terceiros (n=1).

O consumo de drogas provoca demasiados malefícios ao indivíduo consumidor, por tal, o consumo deve ser criminalizado.

“...estragam a vida deles, pessoas morrem por isso...” (Não Consumidor 7)

Os males causados a terceiros é um motivo que os não consumidores apontam a favor do regime criminal para consumos de drogas.

“...normalmente quem consome drogas não condiciona só a sua vida. (...) Porque se fosse só a vida da própria pessoa condicionada, cada um estaria na sua livre vontade de fazer com o seu próprio corpo aquilo que entender. Agora no momento que implica outras pessoas, acho que sim, que devia ser crime.” (Não Consumidor 4)

Relativamente à opinião dos outros sobre o regime legal das drogas: os entrevistados consideram, na sua maioria, que a opinião da sociedade em geral é a favor da interdição do consumo de drogas por lei e que o mesmo se deve inscrever num regime criminal.

“...penso que a maior parte deve pensar que deve ser considerado crime e que as pessoas devem ser, tipo, condenadas, excluídas da sociedade...” (Toxicodependente 1)

“Acho que a sociedade pensa que deveria ser proibido. Pelo menos a maior parte das pessoas.” (Não Consumidor 8)

1.1.2 A não interdição do consumo de drogas

Os 7 participantes que consideram que o consumo de drogas não deve ser interdito apontam o seguinte como justificação: a) haver maior controlo dos consumos (n=2); b) levar à diminuição da criminalidade (n=1); c) o consumo dever ser uma opção individual (n=2); d) a ideia do *fruto proibido* (n=2); fim do estereótipo/estigmatização do toxicodependente (n=2).

O grupo de toxicodependentes considera que a legalização seria o regime legal mais apropriado no que respeita a uma maior eficácia no controlo dos consumos de drogas, evitando consequências graves para os indivíduos e, mesmo, evitando a manipulação de algumas substâncias, que também trazem malefícios para o consumidor.

“Acho que se houvesse legalização, talvez não houvesse tantos jovens (...) na base dos consumos.” (Toxicodependente 2)

“Muitas das vezes, as substâncias que são vendidas são manipuladas em laboratórios, e depois têm efeitos secundários que não são lá muito bons, nem são desejáveis. (...) se houvesse aquele lado legal, isso podia ser uma coisa mais controlada. E podia-se ter muito mais mão nos consumidores...” (Toxicodependente 5)

Segundo os toxicodependentes, esse maior controlo poderia levar, consequentemente, a uma diminuição da criminalidade associada ao consumo de drogas.

“Acho que se houvesse legalização, talvez não houvesse tantos jovens na base da criminalidade.” (Toxicodependente 2)

Do referido pelo grupo dos não consumidores, ressalta, por sua vez, a opinião de que o consumir drogas se trata de uma opção comportamental de cada um, sendo essa opção individual um motivo para não interditar o consumo.

“...acho que deves ser livre de fazer aquilo que tu queres. É lógico que com um certo limite. Sem dúvida. (...) independentemente de ser crime ou não, ser proibido ou não, tu próprio fazes as tuas escolhas. E depois tens a sorte ou o azar de ser apanhado ou não. (...) A lei não devia proibir o consumo de drogas.” (Não Consumidor 2)

“Eu acho que não devia ser. [proibido] Devia ser quem quisesse consumia, quem não quisesse não consumia. (...) Porque cada um tem o direito de saber o que quer para a vida.” (Não Consumidor 5)

Um motivo comum a ambos os grupos como justificação de que o consumo de drogas não deveria ser interdito por lei, prende-se com o “*fruto proibido*”, ou seja, quanto mais se proibir o consumo de substâncias, mais aliciante será o seu consumo.

“...o que me levou também a consumir (...) era proibido e eu gostava de testar limites, gostava de andar sempre na margem, que foi uma coisa que também me levou a experimentar. (...) aquela coisa que eu sabia que não era correto.” (Toxicodependente 5)

“...costuma-se dizer que o fruto proibido é o mais apetecido. Isto é, acho que continua a ser proibido porque há cada vez mais pessoas a consumir.” (Não Consumidor 2)

De salientar ainda que, ambos os grupos, veem na legalização do consumo uma forma de acabar com o estereótipo do toxicodependente, a estigmatização de que o consumidor de drogas é vítima por parte da sociedade.

“...as pessoas poderem ter outro ponto de vista sobre o toxicodependente, ou as pessoas que estão dependentes de uma substância. É como eu digo, as pessoas olham para o toxicodependente como aquele que consome drogas pesadas, que rouba, que tem, muitas vezes, muitos tipos de dependências que a sociedade em geral não percebe.” (Toxicodependente 5)

“Isso se calhar também iria libertar um bocado a nossa sociedade e aquele conceito de que o toxicodependente tem que se esconder da sociedade para fazer os seus consumos (...) se calhar acabava por limpar um bocado a imagem da nossa sociedade.” (Não Consumidor 6)

1.1.3 A interdição de algumas substâncias

No que concerne ao consumo das substâncias lícitas (álcool e tabaco), os dois grupos da amostra consideram, na sua larga maioria, que não deve ser interdito. Entre os motivos realçados destacam-se os seguintes: a) serem substâncias culturalmente aceites (n=5); b) haver auto regulação do consumo (n=4); c) alerta: consumo excessivo das substâncias provoca dependência (n=3).

O facto de álcool e tabaco serem substâncias culturalmente aceites na nossa sociedade, levando consequentemente à banalidade do seu consumo, é um dos motivos apontados para a sua não interdição.

“O álcool é uma droga, não é? Só que é mais aceite pela sociedade (...) é uma coisa que culturalmente que está, está na sociedade.” (Toxicodependente 6)

“Isso já envolve outras questões culturais. O nosso país sempre foi uma país de, em que a cultura do vinho, pronto, está muito enraizado. (...) Pronto, não faz sentido de todo a proibição do consumo de bebidas alcoólicas (...) Um bocado por questões culturais, acho que não devia ser. [proibido]” (Não Consumidor 6)

Álcool e tabaco são substâncias cujo consumo é de mais fácil controlo, portanto aceita-se uma autorregulação do consumo destas substâncias, isto é, segundo os entrevistados cada um poderá controlar o seu próprio consumo.

“Desde que seja bebido moderadamente.” (Toxicodependente 2)

“É assim, moderado. (...) Acho que as pessoas devem ter responsabilidades por si próprias e dizer se podem. “Já chega, não chega.”” (Não Consumidor 7)

Toxicodependentes e não consumidores alertam, contudo, para o facto de o consumo excessivo destas substâncias poder provocar adição/dependência, concordando, assim, com as restrições que a legislação impõe ao consumo destas substâncias em determinados locais ou segmentos da população.

“Por isso acho que o álcool, devia haver outro tipo de regras quanto às pessoas mais jovens. Por exemplo, acho que ainda é muito fácil os jovens conseguir o álcool. E aí é que está o problema.” (Toxicodependente 7)

“É proibido sim em locais que há, como já há agora, como há atualmente, na lei atual, que é restaurantes, cafés, centros comerciais, isso aí acho bem. (...) É assim, deve ser proibido nos locais próprios. Mas mediante isso, não.” (Não Consumidor 8)

Quanto às substâncias ilícitas, a opinião dos entrevistados é maioritariamente favorável à sua interdição, sendo que é mais extrema nos casos da heroína e da cocaína, estando esta evidência mais patente no grupo dos não consumidores. Apresentam-se, assim, as razões mais enumeradas: a) a ilicitude das substâncias (n=4); b) a dependência causada pelas substâncias (n=5).

A classificação deste tipo de drogas como ilícitas, segundo os participantes, justifica a sua interdição.

“O haxixe é uma substância ilegal, é uma substância ilícita e acho que deve continuar a ser proibida.” (Toxicodependente 1)

“Sim, sem dúvida. Eu acho que é uma droga. Nem sequer tem margem de negociação.” (Não Consumidor 4)

A dependência que as substâncias causam é outro dos motivos focados. No caso do haxixe, por exemplo, além da dependência, está em causa o poder levar ao consumo de “drogas duras”. Esta afirmação prende-se com a teoria da escalada (Caballero e Bisiou, 2000)

que fala da passagem de uma droga lícita a uma droga ilícita, ou da passagem de uma droga ilícita leve (ex. haxixe, *cannabis*...) a uma droga dura, como é o caso.

“E muitas vezes é o que faz levar as pessoas a outras drogas. Por isso eu acho que o haxixe devia ser proibido.” (Toxicodependente 7)

“Mas lá está, já é outra substância que depois a pessoa começa a ficar viciada nisso, se calhar já vai puxar outra coisa mais forte...” (Não Consumidor 7)

Essas drogas duras, por seu turno, podem causar dependência extrema, para além de serem muito prejudiciais, com consequências a vários níveis da vida da pessoa.

“Heroína e cocaína são drogas que te levam ao extremo. E ficas mesmo fora, completamente. E o haxixe, não. E em termos de consequências, a cocaína e a heroína tem mais. (...) Deviam ser punidas muito bem, mas muito bem punidas mesmo. Punir até isso acabar. (...) consumi-las tem consequências muito graves.” (Toxicodependente 4)

“...porque [cocaína e heroína] são substâncias mais pesadas. (...) podem pôr em causa a vida da pessoa.” (Não Consumidor 7)

Em suma, verificamos que relativamente à opinião sobre a lei referente ao consumo de drogas, a opinião de ambos os grupos não apresenta grandes diferenças, embora pareça dividida entre a interdição e a legalização do consumo. Contudo, relativamente aos indivíduos que se inscrevem no interdito, os toxicodependentes são mais favoráveis a um regime de contra ordenação social, enquanto o grupo de não consumidores é da opinião que o consumo deveria ser um crime. No que se refere à opinião dos outros, os dois grupos consideram que a sociedade será da opinião que o consumo de drogas devia ser proibido e o seu regime seria criminal.

No respeitante ao consumo de diversas substâncias, toxicodependentes e não consumidores entendem que o consumo de álcool e tabaco (substâncias lícitas) não deve ser interdito. Quanto às substâncias ilícitas (haxixe, cocaína, heroína) os entrevistados (com mais evidência nos não consumidores) opinam que o seu consumo deve ser interdito.

1.2 Eficácia e legitimidade da lei e legitimidade do sancionamento

As perceções dos entrevistados sobre a eficácia e a legitimidade da interdição do consumo de drogas merecem também uma atenção particular. Da mesma forma, procurou-se compreender e analisar as perceções dos entrevistados sobre a legitimidade da sanção, com a consequente atuação das autoridades policiais e o sancionamento por parte das instâncias formais de controlo. A Tabela 3 sintetiza as opiniões dos participantes relativamente a esses aspetos.

Os dois grupos contrastantes partilham da mesma opinião quanto à ineficácia e à legitimidade da interdição. Por seu turno, no que respeita à legitimidade da sanção a opinião dos grupos difere, pois o grupo de toxicodependentes considera-a ilegítima, ao invés do grupo de não consumidores que lhe atribui legitimidade.

No que concerne à atuação das autoridades policiais, a opinião dos dois grupos em estudo também difere: os toxicodependentes, na sua maioria, opinam que as autoridades devem encaminhar o consumidor para tratamento de recuperação, enquanto para os não consumidores os polícias deveriam sancionar o consumidor de drogas.

Na Tabela 3 pode-se também verificar que, quanto ao sancionamento por delitos de consumo, os dois grupos divergem: o dos toxicodependentes mostra-se, maioritariamente, contra o sancionamento de delitos de consumo de drogas, enquanto o dos não consumidores tem uma opinião favorável à aplicação de sanções para delitos de consumo.

Tabela 3: Perceções sobre a eficácia e legitimidade da interdição, sobre a legitimidade da sanção, sobre a atuação das autoridades policiais e sobre o sancionamento dos delitos de consumo

	Consumidores (=8)	Não consumidores (n=8)	Total (N=16)
Eficácia da interdição			
Sim	2	1	3
Não	6	7	13
Legitimidade da interdição			
Sim	5	6	11
Não	3	1	4
Sem opinião	0	1	1
Legitimidade da sanção			
Sim	1	6	7
Não	7	2	9
Atuação das autoridades policiais face ao consumo			
Tolerância	3	1	4
Atuação no tráfico	3	1	4
Encaminhar para tratamento	6	3	9
Punir o consumidor	1	4	5
Sancionamento dos delitos de consumo			
Sim	2	6	8
Não	6	1	7
Dúvida na opinião	0	1	1
Tipos de sanção			
Tratamento	2	2	4
Trabalho comunitário	0	3	3
Multa	2	1	3
Pena de prisão	0	2	2
Vigilância policial	1	0	1

1.2.1 A ineficácia da interdição do consumo de drogas

A maior parte dos participantes considera a proibição do consumo de drogas como uma opção ineficaz, apresentando os motivos mais apontados para validar esta opinião: a) a ideia do *fruto proibido* (n=5); b) a não dissuasão do consumo pela interdição (n=5); c) a associação do consumo ao crime de tráfico (n=3).

Verificamos que, segundo eles, o gozo de infringir a lei, a curiosidade de experimentar o “*fruto proibido*” e, até mesmo, comportamentos à margem que ao consumo possam estar associados, tornam o consumo mais “apetecível”.

“Porque por ser proibido apetece mais. (...) E depois está a margem, torna-se a margem. Isso depois gera muita coisa.” (Toxicodependente 3)

“E às vezes é pela adrenalina, pelo desconhecido estar a infringir uma lei, supostamente uma lei leva muitos consumidores a experimentar. (...) Por isso não acredito que seja um método eficaz para combater o consumo.” (Não Consumidor 6)

O grupo dos toxicodependentes considera que a interdição do consumo de drogas, e mesmo o risco de ser detetado pela polícia nos consumos, não tem funcionado de forma dissuasiva.

“Não, aparentemente não porque principalmente o consumo continua. É obvio que estamos a falhar em algum ponto.” (Toxicodependente 4)

“...é uma proibição digamos de fachada. Porque não é por ser proibido que as pessoas deixam de o fazer. Quem é dependente tem que o fazer (...) quem consome não é por o risco de ser apanhado ou ser controlado pela polícia, que o vai deixar de fazer. Ir a um local de consumos, sabendo que aquilo é frequentado por polícia (...) vai continuar a ir buscar a substância.” (Toxicodependente 5)

A ineficácia da interdição do consumo de drogas encontra, ainda, explicação no facto de o número de consumidores ser maior e, até porque, a proibição não está a limitar a venda de drogas para consumo.

“Acho que não vai resolver nada. Proibir mas ela existir à mesma (...) Acho que não vai resultar em nada a não ser mais pessoas que consomem a serem detidas e outro tipo de coisas em que também não ajuda as pessoas em nada.” (Toxicodependente 7)

“Se calhar não seria eficaz. Porque mesmo que proibam há sempre quem venda. Isso é complicado. Mas se calhar podia diminuir bastante.” (Não Consumidor 7)

Verificamos que a opinião é de que a interdição do consumo de estupefacientes é uma opção ineficaz, não obstante o consumo ser muitas vezes associado ao tráfico, que é legalmente classificado como crime. O combate deveria centrar-se sobretudo no tráfico para impedir tantas associações negativas e ilícitas ligadas ao consumo. A interdição deste, segundo os participantes, tem como consequência negativa o aumento da criminalidade, nomeadamente estimulando o tráfico de drogas.

“...aumenta no que diz respeito a crime e tráfico. (...) claro que consumir drogas dá mau ambiente, mas muito do mau ambiente que há no consumo e no tráfico, é muito pela proibição. (...) dá muito mau ambiente (...) Pelo tráfico.” (Toxicodependente 4)

“Só estipula o tráfico. Na minha opinião, é.” (Não Consumidor 8)

1.2.2 A legitimidade da interdição do consumo de drogas

A maioria dos participantes considera o Estado a instância legítima para proibir o consumo de estupefacientes. Eis os motivos por eles realçados: a) a soberania do Estado (n=2); b) a proteção da pessoa (n=1); c) a proteção da sociedade (n=2); d) a prevenção dos malefícios da droga (n=2); e) o receio da desregulação provocada pela legalização (n=1); f) a não intenção do Estado em beneficiar com a legalização das drogas (n=2).

Os entrevistados reconhecem soberania ao Estado, logo legitimidade para fazer uma lei que proíba o consumo de drogas.

“O Estado é soberano, certo? Portanto, basicamente pode fazer aquilo que quer e lhe apetece, não é? Mas se o Estado vê que isso é negativo.” (Não Consumidor 2)

“...se ele tem legitimidade para proibir outras coisas, também pode proibir a droga. (...) penso que nós não podemos fazer outras coisas que nos proíbem, ou seja, dada a lei, pelo Estado. Era mais uma que tinha que se obedecer.” (Não Consumidor 3)

Um dos motivos apresentados para justificar a legitimidade da interdição do consumo de drogas, respeita à proteção da pessoa.

“É assim, se formos a pensar no bem-estar das pessoas, não é? Porque no fundo o consumo de drogas leva a uma degradação da pessoa em si. Se formos a pensar assim, acho que sim, que deve ajudar as pessoas.” (Não Consumidor 1)

A proteção da sociedade, ou seja, o impacto que o consumo de drogas provoca na sociedade (nomeadamente os crimes às drogas diretamente ligados), é também uma razão apontada para legitimar o que pensam sobre a opção do Estado que deve ser pela interdição do consumo de drogas.

“...o Estado não gere a vida de uma pessoa mas a vida de muitas. Portanto, vendo os toxicodependentes na rua, lá está, eles olham para esse mundo, estudam-no e chegaram à conclusão que realmente é proibido. Nesse aspeto até acho que o Estado está bem.” (Não Consumidor 2)

“Tendo em conta o impacto que o consumo de drogas tem na sociedade, acho que sim. (...) O impacto, normalmente a violência, por exemplo. (...) Os crimes. Acho que a partir daí seria, o Estado teria de fazer qualquer coisa.” (Não Consumidor 4)

Verificamos que a prevenção de possíveis consequências para o indivíduo, nomeadamente a sua degradação em termos de saúde, é também justificativo para a legitimidade da interdição do consumo.

“...é uma opção legítima. (...) Acho que tem um motivo, tem um motivo. Porque não é bom, (...) não é uma coisa boa, não é uma coisa saudável e pode, em muitos anos, ter consequências a quem consome e a quem os rodeia.” (Toxicodependente 5)

“É como evitar os acidentes, é como impor regras na estrada, para as pessoas terem mais precaução, mais cuidado para evitarem os acidentes. Acho que de certa forma sim, o Estado tem esse direito.” (Não Consumidor 1)

O Estado tem tanto essa legitimidade de interditar o consumo de drogas como também tem razão em proibi-lo, pois a legalização não seria nada benéfica, dado que a legalização poderia provocar uma desregulação nos consumos.

“tem esse direito de o fazer.[proibir o consumo] (...) se não fosse proibido estava pior do que o que está o ambiente à nossa volta. Por isso é que eu acho que deve continuar (...) se o consumo de drogas fosse legal, ia ser muito pior.” (Toxicodependente 8)

De realçar ainda que os não consumidores elogiam esta atitude do Estado no que à interdição do consumo de drogas diz respeito, uma vez que a considera como a opção mais eficaz, ao invés de ver na legalização uma forma de lucro.

“O Estado ganha muito dinheiro com o tabaco. Se eles pusessem a droga livre, não é, também iam ganhar com isso. Por isso podem-no proibir. É porque não querem ganhar dinheiro.” (Não Consumidor 5)

“É legítimo, sim. Eu considero porque na questão das liberalizações isso implicava também a taxação do comércio das drogas, IVA, etc. etc. Eles podiam ver isso como um benefício próprio, e não vêm com esses olhos. Acabaria por ser uma fonte de rendimento. E assim deixa de o ser.” (Não Consumidor 6)

1.2.3 A dúvida quanto à legitimidade da sanção

A Tabela 3 apresenta uma divisão entre os dois grupos em análise, no tocante à legitimidade da sanção. Como já supramencionado, o grupo de toxicodependentes considera ilegítima a sanção para atos de consumo, ao contrário dos não consumidores, que vê a sanção como legítima.

Um número bastante significativo dos toxicodependentes (n=7) considera injusto que a lei penalize as pessoas que usam drogas, evocando, para tal, as seguintes razões: a) a regulação e não a punição dos consumos (n=2); b) a penalização para o tráfico e não para o consumo (n=3); c) a ineficácia da sanção (n=2).

Consideram ainda que a lei deve, de certa forma, ajudá-los através de divulgação e apoios na sua recuperação, e não penalizá-los pelo mero consumo. A lei, segundo eles, devia ter a função de regular os consumos e não punir os consumidores.

“Do consumo em si, não. Mas em certas circunstâncias deverá ser regulado.” (Toxicodependente 1)

“Nas circunstâncias atuais acho que, que deviam fazer, que deviam ter medidas (...) mais eficazes. (...) Devia-os ajudar, ajudar as pessoas que estão nesse mundo e não recrimina-los, não é. (...) Mas acho que devia haver mais divulgação, mais apoios, mais ajuda às pessoas que estão nesse mundo.” (Toxicodependente 6)

Contudo, a razão que o grupo de consumidores mais evoca para justificar como injusta a sanção para o consumo de drogas é que a sanção deveria direcionar-se para o tráfico de drogas e não para o consumo, pois quem consome nem sempre tem noção dos seus comportamentos.

“Porque quem devia ser penalizado é quem as trafica. Esses maiores. Porque na realidade quem as consome não passam de peões. Ali a sustentar os ócios dessas ditas pessoas.” (Toxicodependente 2)

“Acho que devia sancionar quem faz o tráfico e não quem as consome. Porque quem as consome, muitas das vezes, perde um bocado a lucidez do que anda a fazer.” (Toxicodependente 7)

A ineficácia da sanção é também um motivo por eles apontado como justificativo para o não sancionamento por consumo.

“As multas, passam-se multas. Se isso tem algum efeito prático depois...oh pá, só vai aumentar a desgraça às pessoas.” (Toxicodependente 1)

“Talvez seja a maneira mais fácil penalizar. Mas acho que não é a melhor maneira. Para mim não é a melhor maneira.” (Toxicodependente 3)

O grupo dos não consumidores, por seu turno, considera justo que a lei sancione os consumidores de drogas. Alguns motivos foram repetidamente referidos para justificar a sua opinião: a) associação do consumo ao cometimento de crimes (n=2); b) a ilicitude/interdição do consumo (n=3); c) resultado: dissuasão de comportamentos de consumo (n=2).

Verificamos que a opinião destes entrevistados é que ao consumo, não raras vezes, está associado o cometimento de crimes aquisitivos, pelo que consideram que o consumo deve ser sancionado, pois sancionando-o será um meio eficaz de evitar os referidos crimes.

“Precisamente muitas vezes com a necessidade de ter mais dinheiro para acabar por fazer a compra da droga, acabam às vezes por roubar, fazer assaltos, ou roubar a própria família.” (Não Consumidor 4)

“Porque de certa forma essas pessoas que consomem drogas, consomem de tal maneira que vão prejudicar as pessoas que não consomem. (...) Geralmente eles nunca têm dinheiro, assaltam, não é. Isso é um dos casos.” (Não Consumidor 5)

A ilicitude/interdição do consumo de drogas e consequente infração à lei ao adotar comportamentos de consumo de drogas são, também, motivos evocados pelo grupo de não consumidores para defender a justeza da sanção para o consumo.

“Mas sim, se é proibido, o Estado só tem mais é que as penalizar, neste caso, o Tribunal, os tribunais.” (Não Consumidor 2)

“...dado o facto de haver uma proibição por parte do Estado o consumo de drogas, para aqueles que estão a infringir essa lei...” (Não Consumidor 6)

A opinião de que o sancionamento dos consumidores apresenta como resultado a dissuasão dos comportamentos de consumo de drogas é também salientada.

“Porque assim podia ser que elas aprendessem a não consumir. E que devia ser coimas muito altas.” (Não Consumidor 3)

“Claro que neste caso o Estado tem que autuar, tem que assumir uma posição, porque se assim não fosse então a taxa de toxicodependentes seria maior, seria elevada, digo eu. (...) tem de haver uma punição para servir de exemplo para os outros.” (Não Consumidor 6)

1.2.4 A intervenção das instâncias formais de controlo

O modo como as autoridades policiais devem atuar perante os consumidores de drogas e se, conjuntamente com outras instâncias formais, devem ou não sancioná-los e através de que formas, foram alvo de análise.

1.2.4.1 Atuação das autoridades policiais

No que concerne ao modo como as autoridades policiais devem atuar para com os consumidores de drogas, a opinião dos dois grupos em análise coincide em alguns aspetos, assim como diverge noutros.

A opinião de que os polícias devem encaminhar os consumidores para tratamento (n=9), ou seja, aconselhá-los a abandonar os consumos, direcionando-os para o sistema de saúde, instituições de reabilitação, e afins, é comum a ambos os grupos, embora mais evidente no grupo dos toxicodependentes.

“Por exemplo, uma pessoa que esteja a consumir para aliviar a ressaca, pode ser encaminhada para ser aconselhada para tratamento. Para verem que isso não é a solução. É assim que eu acho que devem lidar nesses casos.” (Toxicodependente 1)

“Lá está, é tentar reencaminhá-los para uma ajuda. Há instituições próprias que ajudam esse tipo de pessoas.” (Não Consumidor 1)

Embora também mais evidente no grupo dos toxicodependentes, a atuação sobre o tráfico (n=4) deveria, na opinião dos dois grupos em investigação, ser alvo da atenção das autoridades. Uma atuação debruçada na procura do traficante levaria, por consequência, a menores quantidades de droga disponíveis para consumo.

“Eu acho que a polícia deve fazer o que faz normalmente, é tentar perceber onde é que a pessoa comprou. Para tentar, tentar acabar com isto.” (Toxicodependente 8)

“E pressionar a pessoa de onde é que essa tal droga veio.” (Não Consumidor 3)

Os dois grupos de entrevistados consideram, embora com mais evidência nos toxicodependentes, que as autoridades policiais devem ter uma atuação de tolerância (n=4) para com os consumidores. Falando de atitudes de tolerância dos agentes policiais, os indivíduos em análise exprimem o que gostariam de sentir da parte deles: uma predisposição compreensiva para com os indivíduos que estejam em determinados locais unicamente com o fim de consumir alertando-os, porventura, para as consequências desse ato.

“Até me revistavam e viam que a quantidade que eu tinha era para consumo e, com liberdade, deixavam-me ir. (...) E alertavam as pessoas. E acho que a forma mais correta devia ser essa.” (...) E tentar mostrar-lhes qual é o lado mais correto” (Toxicodependente 5)

“...acho que deveriam sim mostrar por A+B que aquilo que estavam a fazer não é bom para eles. Para eles, para a saúde...” (Não Consumidor 2)

Por seu turno, com maior evidência no grupo dos não consumidores, ressalta a opinião de que as autoridades policiais devem penalizar o consumidor (n=5), repreendê-lo pelos seus comportamentos de consumo.

“...penalizá-lo. (...) Deviam ser recriminados, sim, mas por estarem a fazer uma coisa que neste momento é ilícita, que não podem fazer” (Não Consumidor 2)

“Depende do que eles têm, qual é a droga que têm. Mas se calhar alguns são logo presos. (...) Acho que deviam repreendê-los.” (Não Consumidor 7)

1.2.4.2 Sancionamento dos delitos de consumo

Vemos que a maior parte dos toxicodependentes da amostra considera que o consumo de drogas não deve ser punido por lei e aponta as razões: a) o consumidor deve ser ajudado e não sancionado (n=4); b) a sanção não tem um efeito dissuasivo (n=1); c) a punição deve direcionar-se para comportamentos delinquentes associados ao consumo de drogas (n=1).

Entendem, portanto que mais do que punido, o consumidor deve ser ajudado, encaminhado, se possível, para um tratamento de reabilitação.

“Eu penso que as pessoas devem ser... Antes de julgar e serem condenadas, as pessoas devem ser ajudadas. E encaminhadas. Sempre. Em primeira instância, encaminhadas.” (Toxicodependente 1)

“A solução era mesmo tentar convencer as pessoas a tratar-se, em vez de obrigá-las a deixar.” (Toxicodependente 7)

Segundo o grupo de toxicodependentes, a punição não tem qualquer efeito dissuasivo.

“Proibir, punir as pessoas com multas, é mais uma multa que vai ficar por pagar. Prender uma pessoa acho que era mais um problema, a seguir acho que não havia cadeias que chegassem. Nem sei até que ponto isso ia resolver, porque até dentro da cadeia eles consomem. Por isso acho que não resolvia nada.” (Toxicodependente 7)

Os toxicodependentes afirmam ainda que o que deve ser punido são, sim, os comportamentos delinquentes associados ao consumo e não o consumo em si.

“...em muitos casos, o consumo pode depois ser associado a outros tipos de criminalidade. (...) É assim, o consumo em si não deverá ser punido, mas o que está associado a esse consumo deve ser controlado.” (Toxicodependente 1)

Em contrapartida, para os não consumidores o consumo de drogas deve ser punido, visto constituir uma ilicitude, sendo que a punição visa o cumprimento das regras/normas (n=2).

“Se é ilícito, acho que sim, devem ser punidos. A partir do momento que se ficar legal, não. Mas acho que se é ilícito, sim. (...) Tem de se cumprir as regras. Devem-se respeitar as regras.” (Não Consumidor 1)

“Se é proibido, acho.” (Não Consumidor 5)

Em suma, relativamente à eficácia da interdição do consumo de drogas, ficou bem patente que os dois grupos contrastantes a consideram ineficaz. No que respeita à legitimidade do Estado para interditar o consumo, toxicodependentes e não consumidores estão de acordo: têm uma opinião favorável. Quanto à legitimidade da sanção, os grupos dividem-se na opinião, estando os toxicodependentes contra a sanção por consumo e os não consumidores a favor.

Aconselhar/encaminhar os consumidores para um tratamento, atuar com tolerância e compreensão perante o consumo e mais concentradamente no tráfico, parece ser, na opinião do grupo de toxicodependentes, a forma como as autoridades policiais devem atuar. Já os não consumidores defendem o encaminhamento, mas associado à penalização.

O grupo de toxicodependentes, na sua maioria, considera que o consumo de drogas não devia ser sancionado, enquanto o grupo de não consumidores é a favor da sanção. Manifestam, portanto, opiniões divergentes: os primeiros são pelo tratamento e multa; os segundos pelo trabalho comunitário, pena de prisão e tratamento.

2. Atual regime legal do consumo de drogas

2.1 Conhecimento da Lei do consumo de drogas

O atual regime legal do consumo de drogas em Portugal caracteriza-se por ser um regime de descriminalização do consumo.

O nosso objetivo consiste em recolher, junto dos participantes, o conhecimento que têm sobre a lei do consumo de drogas vigente. Na Tabela 4 apresentamos sintetizados os

resultados que mostram que os participantes, na sua maioria, conhecem a lei, uma vez que consideram que o consumo de drogas no nosso país é interdito.

No entender do grupo de toxicodependentes, o consumo de drogas constitui uma contra ordenação, enquanto o grupo de não consumidores se mostra dividido entre o crime e a contra ordenação social, não revelando, portanto, total conhecimento da lei que regula o consumo de drogas em Portugal. Interrogados sobre a opinião dos outros, os participantes consideram que a sociedade em geral, julga que, em Portugal, a lei interdita o consumo de drogas, o que revela desconhecimento por parte da sociedade de que estamos perante um ilícito de mera contra ordenação.

Tabela 4: Conhecimento da lei do consumo de drogas

		Consumidores (n=8)	Não consumidores (n=8)	Total (N=16)
Opinião própria sobre o conhecimento da lei				
Interdito		5	6	11
	Crime	0	3	3
	Contra ordenação	5	3	8
Legal		1	1	2
Oscila na opinião		2	1	3
Opinião dos outros sobre o conhecimento da lei				
Interdito		8	7	15
	Crime	5	4	9
	Contra ordenação	2	2	4
	Sem opinião	1	1	2
Legal		0	0	0
Oscila na opinião		0	1	1

Aqueles toxicodependentes que consideram o consumo como interdito, revelam claramente estarmos perante uma contra ordenação social.

“Eu acho que o consumo é uma contra ordenação.” (Toxicodependente 4)

“Uma contra ordenação” (Toxicodependente 8)

Do lado dos não consumidores, a sua perceção do regime divide-se entre o crime e a contra ordenação.

“Devia ser crime, mas talvez seja contra ordenação.” (Não Consumidor 4)

“... perante a nossa lei atual que está agora, é crime.” (Não Consumidor 8)

Pela Tabela 4 vemos que, ambos os grupos entrevistados, são da opinião que os outros consideram que a lei em Portugal interdita o consumo de drogas. Do referido, se conclui que a sociedade em geral considerará que estamos perante um regime criminal do consumo.

*“De uma forma geral, acho que elas pensam que é proibido consumir drogas.
(...) Acho que pensam que seja um crime.”* (Toxicodependente 1)

“Mas a maior parte das pessoas pensa que é crime.” (Não Consumidor 2)

Concluindo: a maior parte dos toxicodependentes revelam conhecimento acerca da lei vigente em Portugal, uma vez que consideram o consumo de drogas proibido - sendo considerado uma contra ordenação. Já o grupo dos não consumidores tem a noção de que o consumo de drogas em Portugal é interdito, contudo, dividem-se quanto ao considerarem ser um crime ou uma contra ordenação social.

Os entrevistados julgam que os outros em geral pensam que o consumo de drogas é interdito, estando perante um regime criminal do consumo.

2.2 Opinião sobre a lei portuguesa da descriminalização

A opinião de toxicodependentes e não consumidores de drogas ilícitas sobre a descriminalização do consumo de drogas torna-se pertinente neste trabalho de investigação. Estando a lei em vigor no nosso país apenas há pouco mais de uma década, procurou-se recolher a opinião dos dois grupos relativamente à adequação desta lei, opinião sobre o regime em concreto, sem descurar a influência que pensam poder ter exercido nos consumos e no número de consumidores dependentes.

Como consta na Tabela 5, os dois grupos contrastantes partilham a mesma opinião quanto ao considerarem como apropriada a lei da descriminalização. No que respeita à opinião dos outros, a perceção dos dois grupos mostra-se dividida. No tocante à classificação do regime, vislumbram-se divergências nos dois grupos em análise no que diz respeito à opinião própria, enquanto sobre a opinião dos outros os participantes têm a perceção que a sociedade em geral considera a descriminalização um regime permissivo.

A mesma tabela mostra-nos que os dois grupos contrastantes são, maioritariamente, da opinião que a lei da descriminalização não teve influência no número de pessoas apanhadas a consumir. No entanto, os participantes dos dois grupos mostram-se divididos entre o aumento e a diminuição do número de consumidores dependentes, em consequência da descriminalização do consumo de drogas.

Tabela 5: Opinião sobre a lei portuguesa da descriminalização do consumo de drogas

	Consumidores (n=8)	Não consumidores (n=8)	Total (N=16)
Opinião própria sobre se a lei é apropriada			
Sim	8	5	13
Não	0	3	3
Opinião dos outros sobre se a lei é apropriada			
Sim	3	3	6
Não	1	5	6
Dúvida	4	0	4
Opinião própria sobre a classificação do regime			
Permissivo	0	4	4
Restritivo	3	0	3
Sem influência	2	3	5
Ambiguidade de opinião	3	1	4
Opinião dos outros sobre a classificação do regime			
Permissivo	4	4	8
Restritivo	1	0	1
Sem opinião/Dúvida	3	4	7
Consumos das pessoas apanhadas a consumir			
Aumento	0	3	3
Diminuição	1	1	2
Sem influência	5	2	7
Depende da substância	2	0	2
Sem opinião	0	2	2
Número de consumidores dependentes			
Aumento	2	3	5
Diminuição	3	3	6
Sem influência	3	1	4
Sem opinião	0	1	1

2.2.1 Opinião sobre o regime da descriminalização do consumo de drogas

A opinião dos toxicodependentes foi unânime quanto ao considerarem a lei da descriminalização do consumo de drogas como apropriada. No que concerne ao grupo dos não consumidores, apesar de não haver unanimidade de opinião, prevalece a de adequação da lei suprarreferida.

Eis os motivos por que consideram esta lei como apropriada: a) a possibilidade de tratamento/reabilitação (n=7); b) a não dissuasão do consumo pelo efeito da criminalização (n=3); c) a abertura de mentalidade da sociedade portuguesa (n=2); d) a diminuição dos consumos (n=2); e) o menor receio de sofrer sanção pelo consumo (n=2).

Uma significativa parte do grupo de toxicodependentes aponta a possibilidade de tratamento/reabilitação dada aos consumidores de drogas, uma oportunidade de se recuperarem, como o motivo que melhor justifica a lei da descriminalização como apropriada, sendo este também apresentado pelos não consumidores.

“Sim, acompanhar as pessoas para tratamento. Acho que sim. E alertar, dar uma oportunidade.” (Toxicodependente 5)

“No sentido que aí eu acho que eles estão a dar uma oportunidade a eles, a essas pessoas se erguerem outra vez, fora da droga.” (Não Consumidor 5)

Outra razão pela qual ambos os grupos consideram esta lei como apropriada é o considerarem que criminalizar, punir severamente o consumo de drogas não é a melhor opção legislativa para resolver o problema dos consumidores de substâncias ilícitas.

“...não serem criminalizados, ou seja, uma pessoa que consome heroína, que é um problema de adição, se for apanhada com uma quantidade que, muitas vezes nestes casos, podiam ter pequenas quantidades mas que, de facto, iam presas. Não considero correto. (...) prejudicar ninguém, a não ser eles próprios.” (Toxicodependente 1)

“É assim, de certa forma deixa de penalizar assim tanto a pessoa, não é. (...) Para quem consome esta lei veio beneficiar porque deixou de ser um crime, tornou-se mais leve. É como eu disse há bocado, prisão acho que não vai resolver o problema. As pessoas não vão deixar de consumir.” (Não Consumidor 1)

Outro motivo, embora em menor número, focado por ambos os grupos, é que, esta lei vigente no nosso país há sensivelmente dez anos, revela uma abertura de mentalidade da nossa sociedade, podendo levar, futuramente, a um caminho de liberalização de algumas drogas leves.

“Mas, que, que se calhar tenha aberto mais a mente às pessoas que o fazem, acredito que sim. Isso já é importante.” (Toxicodependente 3)

“...talvez seja apropriada. Se nós realmente queremos conquistar alguma coisa para o futuro (...) e temos o exemplo da Holanda, com a liberalização das drogas leves em locais próprios para consumo, talvez seja um passo em frente. (...) foi um grande passo tendo em conta a mentalidade da nossa população...” (Não Consumidor 6)

Do grupo dos toxicodependentes, há quem considere a descriminalização apropriada visto ter feito/poder fazer diminuir os consumos de drogas.

“...as ditas drogas pesadas, pelo que eu vi, é que há menos, há menos consumidores de cocaína e heroína. (...) Porque como há mais conhecimento, fez diminuir o consumo de drogas duras. O objetivo [da lei] é mesmo diminuir as drogas pesadas.” (Toxicodependente 4)

“Eu penso que sim. Eu penso que sim porque quem quer acabar com estes mundos, penso que é apropriada.” (Toxicodependente 8)

O considerar a lei da descriminalização como adequada prende-se, ainda, com o facto de a certeza e severidade da sanção serem menores, apresentando-se como positivo para o consumidor.

“Acho é que as pessoas já não têm é tanto aquele medo de serem apanhadas. (...) Agora que quem consome tem menos medo de ser apanhado.” (Toxicodependente 4)

“É assim, de certa forma deixa de penalizar assim tanto a pessoa, não é? No fundo...sei lá. Para quem consome, para quem consome...como é que eu hei-de explicar? Para quem consome esta lei veio beneficiar porque deixou de ser um crime, tornou-se mais leve.” (Não Consumidor 1)

Relativamente à opinião dos outros sobre a adequação da atual lei do consumo de drogas: divide-se entre a lei ser apropriada ou não. Quanto ao considerarem que a maior parte das pessoas deve ver esta lei como apropriada, não foram dadas grandes explicações pelos dois grupos contrastantes. A dúvida sobre o assunto parece ser a mais adotada.

“Sei que há pessoas que não concordam. Sei que há pessoas que continuam a acreditar que consumir drogas seja crime. Mas acho que vejo as pessoas, com esta lei, a não fazer tanta contestação com esta lei da descriminalização.” (Toxicodependente 1)

“...acho que a sociedade está um bocado dividida. (...) há pessoas que reprimem muito e há outras pessoas que são mais abertas.” (Toxicodependente 6)

Os não consumidores, maioritariamente consideram que as outras pessoas têm a lei como não apropriada, já que a sociedade, no geral, é a favor da criminalização do consumo e de punições mais severas (n=3).

“A sociedade recrimina. Portanto, se fores perguntar a uma pessoa que recrimina o consumo de droga, ela vai-te dizer que é desapropriada. Lógico. Ponto. “Não, não, não. Acho que devia ser tudo proibido.” (Não Consumidor 2)

“...a grande maioria, se pudesse, nem queria que isso fosse legalizado ou até que as penas fossem maiores do que o que são agora.” (Não Consumidor 8)

Acrescentam ainda que a sociedade mostra descrença relativamente à eficácia do tratamento (n=1).

“Muita gente não acredita nos tratamentos, não acredita nesse tipo de cura.” (Não Consumidor 4)

No que respeita à classificação do regime em permissivo ou restritivo, denota-se que os dois grupos não estão totalmente de acordo. Se, por um lado, o grupo de toxicodependentes considera que os tratamentos de recuperação restringem os consumidores, impondo-se como uma sanção; por outro lado, os não consumidores consideram que esta lei, dando uma oportunidade de tratamento aos consumidores, será mais permissiva.

“...permissivo não é porque, porque há muitos centros de recuperação, há, foram criados novos centros de recuperação (...) foram criadas para tratar as pessoas que, que estão no mundo da droga.” (Toxicodependente 6)

“...ir para uma desintoxicação...” (Não Consumidor 6)

Constatação evidente do grupo de não consumidores é que este regime é menos punitivo e, conseqüentemente, apresenta um sancionamento muito pouco severo.

“... acho que está a facilitar mais aos consumidores. (...) Porque lá está, é contra ordenação, ou seja, vão pensar que é leve (...) que é uma contra ordenação leve, que é uma coima leve.” (Não Consumidor 3)

“Acaba por ser permissivo. (...) Porque como não é tão penalizado, acaba por não ser tão punitivo, ou seja, não é tão restritivo. Acaba por ser mais permissivo.” (Não Consumidor 4)

Uma parte considerável dos toxicodependentes apresenta uma opinião ambígua, ou seja, aparecem aqui divididos entre a permissividade e a restrição da lei.

“Para uns pode ser permissiva, para outros pode ser restritiva. (...) Tive muitos colegas que foram a esses sítios e pensaram: “Não se vai passar nada. Não vou preso e tal. (...)” Mas para outros, se fizer sentido, estiverem atentos ao que estão a dizer, vão mudar de opinião. Tipo, depende da pessoa.” (Toxicodependente 3)

“Eu acho que é permissiva e restritiva ao mesmo tempo. É assim, permite mais as pessoas consumirem e até arranjam com mais facilidade. Mas, ao mesmo tempo é restritiva porque...por isso mesmo, as pessoas já têm mais conhecimento e as pessoas sabem o que é.” (Toxicodependente 4)

Os dois grupos em análise consideram que a permissividade do regime talvez seja a opinião da maior parte das pessoas, contudo a dúvida na opinião entre permissivo e restritivo aparece como mais marcante. Os entrevistados julgam que, provavelmente, a maior parte das pessoas considera esta lei permissiva visto que o consumo não sendo agora criminalizado poderá, porventura, ter aumentado os consumos.

“...deixou de ser considerado um crime para passar a ser uma contra ordenação (...) o consumo de drogas aumentou. Aumentou, e ao aumentar é óbvio que a sociedade não vê isso com bons olhos. (Toxicodependente 6)

“Lá está, se fores perguntar a uma pessoa que é contra: “Não, não. Isto veio fazer com que as pessoas consumissem mais. E tal e não sei quê.” Portanto, sim, as pessoas devem, a maior parte das pessoas, a maior parte da sociedade pensa que a lei é permissiva.” (Não Consumidor 2)

Resumidamente: os dois grupos são de opinião que esta lei da descriminalização do consumo de drogas é apropriada, com maior incidência nos toxicodependentes, já quanto à opinião dos outros, a dúvida se será apropriada é a resposta mais frequente. Os não consumidores julgam que a sociedade pensará que esta lei não é apropriada.

Relativamente ao regime ser permissivo ou restritivo, nenhum toxicodependente o considera permissivo, dividindo-se entre o restritivo, o sem influência ou julgando ter algo de permissivo e restritivo ao mesmo tempo. Os não consumidores são, na sua maioria, de opinião que o regime é permissivo ou sem influência nos consumos. Reportando-se à opinião dos outros, os entrevistados inclinam-se para a permissividade do regime.

2.2.2 Influência da atual lei nos consumos e no número de consumidores dependentes

Uma parte deveras considerável do grupo de toxicodependentes julga que o atual regime não teve influência nos consumos. Embora de forma não tão significativa, os não consumidores partilham da mesma opinião. A dependência das substâncias é o motivo focado.

“Porque uma pessoa que esteja a consumir, e se ela está dependente da substância, ela vai voltar a fazê-lo.” (Toxicodependente 2)

“Acho que é igual. (...) Não teve influência. (...) Porque quem quer consumir não era por ser crime ou não que ia deixar de ir consumir.” (Não Consumidor 5)

De realçar ainda que os toxicodependentes salientam que, com esta lei, houve alteração nos consumos de algumas drogas apenas.

“Aumentou o consumo de haxixe. Pelo aquilo que eu vi, aumentou bastante. (...) as pessoas sabem, fazem-no mais descaradamente. (...) pode ter diminuído o consumo de cocaína e heroína...” (Toxicodependente 4)

“...drogas pesadas, que eu considero que seja a heroína e a cocaína, que diminuiu, eu acho. Principalmente a heroína, acho que diminuiu nos últimos anos. (...) Agora o que aumentou foi o consumo de haxixe, isso tenho a certeza. (...) Eu tenho uma pequena noção que atualmente há determinadas drogas que são mais consumidas. (...) Ecstasy’s, esse tipo de drogas. Chamadas pastilhas, anfetaminas.” (Toxicodependente 6)

Por seu turno, uma parte dos não consumidores considera que os consumos possam ter aumentado dada a menor severidade da sanção.

“Provavelmente, aumentar. (...) Porque em termos de multas acho que é capaz de meter menos medo uma multa do que propriamente pena de prisão. Acaba por ser menos eficaz.” (Não Consumidor 4)

“Creio que aumentou. (...) as pessoas já não são presas, já não há aquela situação de que vão presas. Não é considerado um crime...” (Não Consumidor 8)

Os não consumidores referem ainda a ineficácia do tratamento como motivo.

“...as pessoas dizem que optam por fazer o tratamento, já não pagam multas (...) conheço algumas pessoas que vão, às vezes, 2 e 3 vezes, 4 e 5, fazer a desintoxicação e saem de lá exatamente igual. Ou não conseguem, ou não chegam ao fim.” (Não Consumidor 7)

No que respeita à influência do atual regime legal das drogas sobre o número de consumidores dependentes, os participantes parecem dividir-se entre o aumento, a diminuição e a não influência (mais focada pelo grupo de toxicodependentes) da descriminalização no número de consumidores dependentes.

Quanto ao facto de o número de consumidores dependentes ter aumentado, os consumidores afirmam que este aumento se prende com a utilização das drogas químicas. Os não consumidores falam de uma maior facilidade no acesso às drogas.

“Agora há cada vez mais consumidores de novas drogas, das metanfetaminas, das novas drogas, drogas químicas. E acho que sobre essas não há grande controle sobre isso.” (Toxicodependente 7)

“Porque lá está, há vários pontos onde se vendem, cada vez se veem mais jovens a fazer isso. Nas escolas são apanhadas inúmeras drogas, inúmeros jovens com drogas. Acho que aumentou.” (Não Consumidor 7)

No que respeita a uma possível diminuição do número de consumidores dependentes, ambos os grupos têm a percepção da influência positiva das campanhas de sensibilização que previnem os indivíduos dos malefícios/danos do consumo de drogas.

“...diminuiu, por um lado. Porque as pessoas tomaram consciência que elas fazem mal.” (Toxicodependente 2)

“Nos últimos anos talvez tenha diminuído. (...) Se calhar pela quantidade de informação que foi surgindo à volta do assunto. (...) Talvez por isso as pessoas estejam mais conscientes dos danos que a droga pode causar e talvez por aí tenha diminuído.” (Não Consumidor 4)

Quanto à opinião “sem influência”, de realçar que os entrevistados não apresentaram razões justificativas.

Em suma: no que concerne ao número de pessoas apanhadas a consumir, com a descriminalização, os toxicodependentes são, de forma mais significativa, da opinião que a lei não teve influência, enquanto os não consumidores consideram, na sua maioria, que houve um aumento do número de pessoas apanhadas a consumir.

Relativamente ao número de consumidores dependentes: a opinião dos toxicodependentes divide-se entre a diminuição e sem influência; os não consumidores estão divididos entre o aumento e a diminuição do número de consumidores dependentes.

3. Dissuasão

3.1 Influência da ameaça da sanção

A ameaça da sanção – medida pela probabilidade/possibilidade de ser detetado pela polícia - para atos de consumo, é uma variável dissuasiva que assume particular interesse neste trabalho de investigação. A variável foi adaptada a cada grupo de entrevistados.

3.1.1 Influência da ameaça da sanção nas decisões de consumo

No grupo de toxicodependentes, foi intenção perceber a influência da ameaça e da certeza da sanção na sua experiência de consumos. No grupo de não consumidores, analisamos qual a importância que a ameaça da sanção tem nas suas decisões de não consumo e, também, como acham que se apresentam a quem consome.

A ameaça da sanção (aqui avaliada pela probabilidade de ser apanhado pela polícia), assim como o grau da probabilidade de serem detetados pelas autoridades policiais, foram alvo de análise. Os toxicodependentes demonstram preocupação perante a probabilidade de serem apanhados pelas autoridades policiais e consideram alta essa probabilidade, como nos mostra a Tabela 6. Essa análise levou os toxicodependentes a tomar determinadas medidas de precaução para não serem apanhados em flagrante. Por seu turno, o grupo de não consumidores, maioritariamente, também considera alta a probabilidade de consumidores de drogas serem detetados, contudo, divergem no facto de acharem que sentiriam ou não preocupação/receio de serem detetados pelas autoridades policiais caso consumissem drogas ilícitas.

Como se pode perceber pela Tabela 6, o risco de poder ser detetado pelas autoridades policiais não influenciou as decisões de consumo de drogas. O grupo de toxicodependentes acredita que o facto de saber da probabilidade de ser apanhado pela polícia com droga ou mesmo no ato de consumo não afetou as suas decisões de consumir drogas. Por seu turno, a opinião dos não consumidores diverge quanto à probabilidade de poderem ser detetados pela polícia em atos de consumo, se fossem consumidores, assumindo que o facto de poderem ser apanhados pelas autoridades policiais não afetou as suas decisões/a sua opção pelo não consumo de estupefacientes.

Tentando perceber a influência da estimativa da certeza da sanção no grupo de não consumidores, verificamos que, na sua maioria, receariam sofrer uma sanção caso consumissem drogas ilícitas. Relativamente ao grupo de toxicodependentes, a influência da ameaça e da certeza da sanção serão analisadas de forma mais pormenorizada posteriormente, onde pretendemos compreender como influem na carreira de consumos.

Tabela 6: Percepção da ameaça da sanção e sua influência nas decisões de consumo

	Consumidores (n=8)	Não consumidores (n=8)	Total (N=16)
Probabilidade de ser detetado pela polícia			
Sim	7	4	11
Não	1	4	5
Grau da probabilidade			
Alto	6	6	12
Baixo	0	2	2
Sem opinião	2	0	2
Risco de ser detetado afetou decisões de consumo			
Sim	2	0	2
Não	6	8	14
⁹ Receio de sofrer sanção			
Sim	Não se aplica	6	6
Não	Não se aplica	2	2

Como podemos constatar pelos dados apresentados na tabela supra, os toxicodependentes, em grande percentagem, revelam que existe a probabilidade de serem detetados pelas autoridades policiais em atos de consumo. Consideram esta situação tão provável quanto assumem o seu receio perante a abordagem autoritária dos agentes policiais (n=2), que pode ter como consequência a apreensão das drogas e a interferência nos atos de consumo.

“...já sofri na pele esse tipo de autoridade. (...) “Cheguei a ter polícias que me retiraram as coisas, que as deitavam foram.” (Toxicodependente 1)

“Acho que sempre que eu ia consumir para um sítio que eu sabia que havia essa possibilidade, preocupava-me muito. Porque eu andei nos consumos e sabia que se fosse abordado podia ficar sem elas [as drogas]. Preocupava-me era sentir mal pelo que se pudesse passar. Muitas vezes pela própria abordagem. (...) Era mais no sentido do consumo, o poder concretizar o ato.” (Toxicodependente 5)

A maior parte dos toxicodependentes revela sentir uma maior preocupação em serem apanhados pela polícia, quando consomem em grupo, dada a dificuldade em justificar a presença de várias pessoas no local.

“Quando estava sozinho para mim era mais fácil arranjar uma história, arranjar uma justificação para estar ali naquele local. (...) é diferente do que estar no carro com mais 4 pessoas, não é? (...) Preocupação para mim, para os outros e para as consequências que poderíamos ter.” (Toxicodependente 1)

“Quando comecei a consumir se calhar até me preocupava. Que alguém nos visse, ou que viesse a polícia.” (Toxicodependente 3)

⁹ Este tema não se aplica aqui ao grupo de consumidores, pois respondem a esta parte, mais à frente, quando analisada a influência da ameaça da sanção e da variável certeza ao longo da carreira de consumos.

Por sua vez, os não consumidores demonstram divergências de opinião quanto a esta variável, ou seja, quanto à probabilidade de, caso fosse consumidor, ser apanhado pelas autoridades policiais em delitos de consumo. Alguns (n=4) assumem essa preocupação.

“Nem me quero pôr a pensar nisso, mas acho que sim. Tenho muito medo deles. [da polícia]” (Não Consumidor 5)

Os que assumem não se preocupar com a possibilidade de serem apanhados pela polícia caso consumissem drogas (n=4), justificam-se, por um lado, com a lei atual (n=2), provavelmente por ser menos punitiva.

“... principalmente tendo em conta a lei.” (Não Consumidor 4)

“O quê? Face à atual lei, atualmente? Não.” (Não Consumidor 8)

Por outro lado, justificam essa despreocupação com a necessidade/dependência da substância (n=2).

“Ainda mais se estivesse a consumir. Se estivesse a consumir queria lá saber quem ia a passar e quem não ia.” (Não Consumidor 2)

“Mas penso que quem o faz acaba por estar num estado completamente à parte, em que não deverá fazer grande diferença se é apanhado ou não.” (Não Consumidor 4)

Ambos os grupos de entrevistados, consideram como alto o grau de probabilidade de ser apanhado pelas autoridades policiais nos atos de consumos. Por tal, perante o facto de sentirem essa possibilidade, os dois grupos revelam como estratégia consumir em locais mais recatados onde seria menos provável tal acontecer, quer com os polícias quer com quaisquer outras pessoas (n=2).

“Muito, muito. (...) Procurava lugares mais escondidos, para ninguém ver. (...) Preocupava-me em não ir para um local patrulado. Em não ir para locais em que fosse visto mais facilmente. Procurava ir para lugares mais afastados.” (Toxicodependente 1)

“Talvez consumiria droga em sítios mais, mais reservados. Não assim de forma muito exposta de forma a não ser apanhada nem pela polícia, nem por outras pessoas se calhar. Não convinha.” (Não Consumidor 1)

Um número bastante significativo dos toxicodependentes revela que o risco de ser detetado não afetou as suas decisões de consumo de drogas. Estes indivíduos assumem que a dependência da substância se sobrepunha ao receio de ser detetado (n=2).

“Eu tinha aquela dependência, tinha aquela obsessão, ia consumir, e a polícia não era fator que me impedia.” (Toxicodependente 5)

“Não. Nunca fez grande influência. Foi igual a nível do consumo.” (Toxicodependente 7)

Por sua vez, a totalidade dos não consumidores assumiu que esse possível risco de ser detetado pela polícia não é o motivo que justifica a sua opção de não consumo de estupefacientes. Para eles, o não interesse em experimentar drogas, o não quererem tornar-se dependentes de drogas, está acima de qualquer receio de ser detetado pelas autoridades policiais (n=4).

“E eu nunca quis ser dependente de nada disso. Acho que não há necessidade de, não sinto necessidade disso. Acho que se tem que ser muito mais forte que esses vícios. Mesmo no tabaco, fumo de vez em quando, mas não me considero uma pessoa viciada.” (Não Consumidor 1)

“Porque as minhas decisões acabam por, primeiro, não tendo qualquer tipo de interesse em experimentar, por isso ser apanhado pela polícia, nem sequer chegaria aí. A opção de não experimentar está muito antes.” (Não Consumidor 4)

Os não consumidores salientam ainda a experiência vicariante (n=2), as consequências que as drogas provocaram em pessoas conhecidas, como tendo influenciado as suas decisões de não consumo.

“... por diversos exemplos que tive de colegas meus... Agora nunca na vida, nunca na vida irei pegar numa ponta de droga que seja.” (Não Consumidor 2)

“E se calhar por exemplos, exemplos mais próximos à família.” (Não Consumidor 6)

O receio de sofrer uma sanção (influência da variável certeza) parece influenciar os não consumidores. Como podemos verificar pela tabela supra, a maioria dos entrevistados demonstra o receio de sofrer punição caso consumissem drogas ilícitas. As consequências da ilicitude das substâncias contribuem, pois, para que se inibam de consumir (n=2).

“É lógico que, quem consome, tem a noção de que está a fazer algo errado. Lá está, porque é proibido.” (Não Consumidor 2)

“Porque sabia perfeitamente que estava a cometer algo errado. À partida, no momento que sabes que estás a cometer algo de errado, tens receio sempre de sofrer uma punição por isso, não é, caso sejas apanhado.” (Não Consumidor 6)

Em suma, a ameaça da sanção é sentida pelos dois grupos em estudo, com expressão mais significativa no grupo de toxicodependentes, os quais assumem que, perante a alta probabilidade de serem apanhados pela polícia, procuram locais mais reservados para consumir. No entanto, o risco de serem detetados a consumir drogas não afeta as suas decisões de consumo, visto que outras circunstâncias se sobrepõem, como a dependência/o vício das substâncias.

Quanto à variável certeza da sanção, conclui-se que a mesma influenciaria os não consumidores caso estes consumissem estupefacientes.

3.1.2 Influência da ameaça da sanção na carreira dos consumidores

Junto dos toxicodependentes, tentamos perceber a importância da ameaça da sanção ao longo da sua carreira de consumos de drogas ilícitas. Como podemos constatar pela Tabela 7, a ameaça da sanção parece não apresentar grande importância nos primeiros consumos, mas, ao invés, mostrar importância considerável no percurso dos consumos, assim como nos últimos consumos. 6 (em 8) toxicodependentes afirmaram que a ameaça da sanção não influenciava em nada as suas decisões de consumos, nos primeiros tempos. Porém no percurso dos consumos e nos últimos consumos, passaram a tomar cuidados para não serem detetados. Já no que respeita à influência da certeza da sanção nos consumos de drogas, poder-se-á afirmar que o receio de sofrer uma sanção teve impacto nos toxicodependentes ao longo de toda a sua carreira de consumos, sendo que 5 em cada 8 assumiram ter esse receio.

Tabela 7: Influência da ameaça da sanção na carreira de consumos

	Primeiros consumos	Percurso nos consumos	Últimos consumos	Total
Ameaça da deteção				
Sim	2	5	5	
Não	6	3	3	
Ameaça da sanção efetiva				
Sim	5	5	5	
Não	3	3	3	
Consequências da ameaça da sanção				
Multa	2	1	1	4
Detenção policial	2	1	1	4
Agressão policial	1	2	0	2
Pena de prisão	1	2	3	5
Acompanhamento/Tratamento	0	1	0	1

As razões apontadas para, nos primeiros consumos, a ameaça da sanção não ter exercido significativa importância nos toxicodependentes, prende-se com: a) o desconhecimento sobre drogas (n=1); b) o consumo privado (n=3)

Por um lado, assumem que o desconhecimento sobre as drogas e suas consequências fez com que nos primeiros consumos não receassem ser detetados pelas autoridades policiais.

“Eu nem sabia o que era fumar um cigarro (...) Não tinha conhecimento do mal que ela [a droga] fazia, nem as consequências que ela podia acarretar.”
(Toxicodependente 2)

Por outro lado, como nessas alturas havia uma maior tendência ao consumo privado, o receio prendia-se em ser apanhado por algum familiar e não tanto pelas autoridades policiais.

“Era, era mais pelas pessoas que eu gostava, os meus pais, do que propriamente pela polícia.” (Toxicodependente 4)

“No início...não me preocupava porque normalmente fazia-o em casa, não fazia em locais públicos.” (Toxicodependente 7)

Apercebemo-nos pelos resultados patentes na Tabela 7 que a ameaça da sanção assume uma importância maior, durante o percurso nos consumos, assim como nos últimos consumos, como já anteriormente referido. É em virtude disso que, durante o percurso nos consumos, os entrevistados revelam como estratégia consumir em locais privados ou, se em locais públicos, sempre com a máxima discrição possível de forma a não serem detetados pela polícia (n=2).

“...procurei sempre, sempre fui discreto, sempre tentei ser o mais discreto possível.” (Toxicodependente 1)

“Porque normalmente eu jogava sempre pelo seguro. Ou recolhia a minha casa ou refugiava-me num local onde ninguém me visse.” (Toxicodependente 2)

E, normalmente, como nesta fase lidam com maior quantidade de drogas, há um receio maior em ser detetado pela polícia (n=1).

“Sempre me preocupei com isso. Principalmente depois mais para a frente quando comecei a lidar com quantidades. Tinha sempre aquele medo.” (Toxicodependente 8)

Segundo os toxicodependentes, a importância dada à ameaça da sanção, nos últimos consumos prendia-se com: a) os crimes aquisitivos (n=2); b) a constante fuga às autoridades policiais (n=1); c) a aglomeração de problemas (n=1).

Verificamos, pois, que os crimes aquisitivos (furtos, roubos) cometidos durante o percurso de consumos, com o intuito de obterem dinheiro para sustentar os consumos, os deixava frustrados com eles próprios e eram a causa do medo da sanção.

“E também ao que me estava a levar os consumos: a roubar (...) Já estava a ficar farto. E quando eu estava sozinho comigo, aquilo começava a bater, a bater mais. Já sentia mais o peso de ter feito o que fiz.” (Toxicodependente 3)

“Embora eu com o consumo de drogas tenha feito, tenha cometido alguns crimes e isso teve algum peso, óbvio. (...) Mas tinha receio, claro que sim. De ter problemas com a Justiça.” (Toxicodependente 6)

Aparece também referido por alguns elementos deste grupo, como receio da sanção, o facto de estarem constantemente a fugir da polícia, para não serem apanhados com drogas.

“...eu comecei a deixar a vida dos consumos, eu já estava a pesar muito a vida que eu estava a levar. A rotina de estar sempre a fugir da polícia, com medo da polícia.” (Toxicodependente 3)

A aglomeração de problemas consequentes dos consumos também teve o seu peso no sentido de aumento do receio de ser apanhado.

“Quando optei por deixar de consumir preocupava-me mais. [em ser detetado] Até porque eu já estava com ideias em fazer um programa de reabilitação (...) Já tenho problemas, tenho agora perspectivas de mudar, não vou agora dar mais um tiro no pé, para aumentar esses problemas.” (Toxicodependente 1)

Reportando-nos à influência da variável certeza da sanção, está bem patente que a mesma influenciou os toxicodependentes ao longo de toda a carreira de consumos. Como podemos verificar pela Tabela 7, a pena de prisão (n=5), a multa (n=4) e a detenção policial (n=4), parecem ser as consequências que os toxicodependentes mais receavam sofrer ao longo da sua carreira de consumos.

“...que me agredissem.[a polícia] Porque, porque isso existia. A polícia agredia. (...) Ser preso. Ficar com cadastro... Essas coisas que ninguém gosta de viver.” (Toxicodependente 6)

“...até podia nem estar a consumir, mas eles eram capazes de passar por mim e ameaçavam-me. Se me apanhassem a consumir que fazia e acontecia. E claro que isso preocupava sempre um bocado.” (Toxicodependente 7)

Resumindo: embora nos primeiros consumos a maioria dos consumidores não tivesse sentido como elemento influenciador a ameaça da sanção, com o envolvimento nos consumos aumentou o seu receio de serem detetados e o medo de sofrerem uma sanção. A pena de prisão, a multa e a detenção policial, são as consequências que mais receariam sofrer.

3.2 Experiência de deteção e sanção

Relativamente à experiência com a punição, teve-se em conta apenas o grupo de toxicodependentes, dado que o grupo de não consumidores não teria experiência punitiva no que concerne a consumos de drogas ilícitas. Assim sendo, junto dos toxicodependentes procurou-se compreender e analisar se durante a sua carreira de consumos foram apanhados e sancionados pelas autoridades policiais, quantas vezes isso aconteceu, se no primeiro consumo ou já nos consumos repetidos e se, devido a terem sido detetados e sancionados, isso levou a uma modificação dos consumos.

Verificamos que, genericamente, os toxicodependentes poucas vezes foram detetados pelas autoridades policiais em delitos de consumo, nunca tal situação tendo acontecido no primeiro consumo, mas sim nos consumos repetidos. Contudo, o facto de terem sido, detetados pela polícia, nalgumas situações, não implicou uma modificação nos consumos de estupefacientes. Todos os toxicodependentes saíram impunes quando detetados em delitos de

consumo. A impunidade dos consumidores deveu-se ao facto de os seus delitos de consumo não terem sido registados pelas autoridades policiais, pelo que não foi aberto qualquer processo. Daqui se conclui que os toxicodependentes nunca foram presentes a Tribunal ou à CDT (Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência).

Tabela 8: Experiência com deteção e punição

Detetado pelas autoridades policiais em delitos de consumo	
Muitas vezes	1
Algumas/Poucas vezes	5
Nunca	2
Detetado pelas autoridades policiais em delitos de consumo	
No 1º consumo	0
No consumo repetido	6
Modificação dos consumos	
Sim	0
Não	6
Sancionado(a) pelos delitos de consumo	
Sim	0
Não	8

Como podemos verificar pelos resultados da Tabela 8, para a maior parte dos entrevistados, raras foram as vezes em que foram detetados pela polícia em delitos de consumo de drogas. E, dessas vezes, nunca aconteceu serem apanhados no primeiro consumo, mas sim já durante a carreira de consumos.

A razão essencialmente focada para, raras vezes, terem sido apanhados a consumir, foi o cuidado tido com a escolha dos locais de consumo, tendo mesmo, por vezes, consumido em sítios mais privados (n=2).

“Pelos cuidados que eu tinha. (...) Não me expor. Não me expor. Ser recatada. (...) Consumir em casa.” (Toxicodependente 2)

“Pelos cuidados que eu tinha. Porque tinha sempre bastante cuidado. Calculava sempre muito bem os sítios que ia consumir. Estava sempre atento. E acho que foi isso tudo que me fez não ser apanhado.” (Toxicodependente 6)

O facto de terem sido apanhados pela polícia em atos de consumo, despertou neles sentimentos, que nos foram relatados: a) medo e nervosismo (n=3); b) receio de privação do consumo (n=3); c) receio que os familiares tomassem conhecimento (n=2).

Desde logo, estes sentimentos foram evocados, sobretudo porque é grande o receio da abordagem policial.

“Estava nervoso, estava com medo. Estava nervoso, com medo, muito receio. Estava inseguro.” (Toxicodependente 4)

“Muito insegura. () Tipo, eu senti-me só insegura. Quando a polícia aparecia, e eu não tinha nada comigo. Agora quando tinha, aí suava com medo. (...) Porque além de

eu ser uma rapariga, eles [polícias] quando começavam a ter a certeza que era para este lado que tinham que se virar, eles revistavam-me na mesma.” (Toxicodependente 8)

Um outro sentimento/receio revelado de forma significativa pelos entrevistados, prende-se com a apreensão da droga, já que o simples encontro com as autoridades policiais significava, não raro, a privação do consumo.

“Fiquei aborrecido porque pensei logo: “Vou ficar sem a droga.”
(Toxicodependente 3)

“Senti-me desconfortável porque poucas vezes me privava de consumir a substância. E quando assim era tinha de recorrer doutra forma. Mas muitas das vezes apanhavam-me a consumir e abordavam-me ali.” (Toxicodependente 5)

Os toxicodependentes revelam ainda o receio de serem apanhados pelas autoridades policiais, pois isso poderia levar a que os familiares próximos tomassem conhecimento dos consumos de drogas, facto que temiam, pela reação da autoridade parental.

“Chego a casa, vou levar uma coça dos meus pais mas pronto.”
(Toxicodependente 3)

“...o que me preocupava muito era os meus pais, principalmente os meus pais não terem conhecimento...” (Toxicodependente 4)

Os toxicodependentes que afirmaram terem sido detetados em delitos de consumo, revelaram não ter modificado os seus hábitos de consumo. Em resultado dessas circunstâncias, por um lado, desenvolveram estratégias de evitamento dos polícias, fazendo uma escolha criteriosa dos locais para consumo (n=3). Por outro lado, a dependência da substância prevalecia (n=2).

Verificamos, pois, que os consumidores aumentavam os cuidados com os consumos e que, após terem sido detetados em atos de consumo, começaram a escolher locais menos policiados, para poderem consumir de forma tranquila, pelo que a possível diminuição ou fim dos consumos não se verificou nestes indivíduos.

“A polícia era uma coisa assim...Tinha que se fazer cuidado, só. Só tinha que fazer cuidado, mais nada.” (Toxicodependente 3)

“Os consumos não. (...) Preocupei-me mais com o sítio onde parava. Não tanto em consumir ou não.” (Toxicodependente 7)

Os toxicodependentes assumem, ainda, não ter modificado os seus consumos pelo facto de terem sido detetados, pois a dependência da substância acabava sempre por prevalecer a qualquer tipo de receio: ser detetado ou sofrer as consequências da detenção.

“Quando a gente estava mesmo, estás a ver, quando a gente está mesmo centrado no vício, muitas vezes isso [a polícia] não nos interessa.” (Toxicodependente 1)

“Nunca foi fator que me levasse a alterar os consumos e mesmo quando ia deslocar-me a um local de consumos e aquilo até estava interdito pela polícia, nem que tivesse que esperar. Mas o fim era consumir e nada me fazia recuar.” (Toxicodependente 5)

Apesar de a deteção pelas autoridades policiais nunca ter conseguido modificar os consumos, os toxicodependentes revelaram que serviu, como um alerta, para repensarem os seus comportamentos de consumo de drogas. Começaram a vê-los como prejudiciais a vários níveis da sua vida, pelo que sentiam, pelo menos em alguns momentos, a necessidade de pôr fim a esses comportamentos negativos.

“...muitas vezes fez-me pensar se era realmente aquilo que eu queria para a minha vida. Até porque, muitas dessas vezes, parece que me sentia o lixo da humanidade. Fez-me pensar se era aquilo que eu gostava de ser. Foi tipo um alerta.” (Toxicodependente 1)

“Tem sempre porque parece que não, é assim: sendo só um aviso, um alerta. A mim mexe sempre, toca, estás a perceber? (...) Não quer dizer que me tivesse influenciado muito. Mas que alertou, alertou. E como comecei a ter um bocado de receio, abri os olhos muitas vezes.” (Toxicodependente 4)

Estes toxicodependentes que assumiram terem sido detetados pela polícia em delitos de consumo de drogas, revelaram nunca terem sido presentes a Tribunal ou à CDT, ou seja, não sofreram qualquer sanção/punição. As razões a que se deve essa impunidade por delitos de consumo são as seguintes: a) manipulação do toxicodependente (n=2); b) interiorização do aconselhamento policial (n=2); c) facilitação por parte das autoridades policiais (n=2) d) cuidados na escolha de locais para consumo (n=3).

A manipulação do toxicodependente a agentes policiais, aos técnicos dos CAT's (Centro de Atendimento a Toxicodependentes), aos psicólogos, entre outros, foi um dos motivos referidos para a impunidade pelos delitos de consumo de drogas.

“...entrava a manipulação do toxicodependente (...) Eu dizia: “Estou bem. Já não ando a consumir.” E andava a consumir na mesma. E é como eu digo, querendo consumir, arranjava sempre forma para continuar.” (Toxicodependente 5)

“...acabou por se dever um bocado aquele poder de manipulação quando se anda a consumir. O tentar dar-lhes um bocadinho à volta e apelar um bocado ao bom senso deles. [dos polícias]” (Toxicodependente 7)

Outros assumiram que a interiorização do aconselhamento policial, o escutar sem contestar foi importante para a sua impunidade.

“Eu acho que é preciso alguma sensibilidade da parte deles. Até porque muitas vezes foram insensíveis comigo. () Eu nunca tentava impor a minha ideia, eu escutava-os...” (Toxicodependente 1)

Alguns toxicodependentes revelaram, ainda, que, por vezes, as autoridades policiais facilitavam a situação, ou seja, os processos não avançavam porque a polícia não registava os factos. Sobretudo, isso acontecia quando verificavam que o consumidor possuía quantidades muito pequenas de drogas e que o intuito era apenas consumir.

“Oh pá, muitas das vezes eu também acho que era aquele lado dos polícias de não se darem ao trabalho, ou quererem fazer aquilo à maneira deles.” (Toxicodependente 5)

“Eu acho que isso aconteceu porque eles viam-me muitas vezes no mesmo sítio mas nunca me apanharam com nada. Tipo, uma vez ou duas a consumir. Mas não me apanharam mais nada, por isso.” (Toxicodependente 8)

O motivo mais focado para justificar a impunidade por delitos de consumo prende-se com o cuidado e com a escolha de locais para consumo pouco expostos à vigilância policial e, de preferência, com pouca concentração de consumidores.

“Porque, porque eu não andava muito no meio. (...) E eu também não me metia em sítios que tivesse muitos consumidores.” (Toxicodependente 4)

“Pelos cuidados que eu tinha. Porque tinha sempre bastante cuidado. Calculava sempre muito bem os sítios que ia consumir. Estava sempre atento. E acho que foi isso tudo que me fez não ser apanhado.” (Toxicodependente 6)

Resumindo: a maior parte dos toxicodependentes poucas vezes foram detetados pelas autoridades policiais em delitos de consumo e, das vezes que isso aconteceu, nunca foi no primeiro consumo. Uma parte bastante significativa dos toxicodependentes revelou que o facto de terem sido detetados pela polícia não teve como consequência uma modificação nos consumos. Os toxicodependentes que foram apanhados em delitos de consumo de drogas saíram impunes.

3.3 Experiência vicariante de deteção e sanção

A experiência vicariante diz respeito ao conhecimento que os indivíduos têm de outras pessoas terem sido detetadas e sancionadas/punidas pela polícia, no nosso caso, por delitos de consumo de drogas.

A quase totalidade dos toxicodependentes tem conhecimento de outras pessoas terem sido detetadas e sancionadas por delitos de consumo, ao contrário dos não consumidores cujo número é bastante reduzido. Pena de prisão e multa foram as sanções mais referidas, sendo que a agressão policial aparece também como uma consequência.

Segundo os dois grupos de entrevistados, as consequências das deteções e mesmo das sanções não levaram à inibição da pessoa consumir.

Esta estimativa do risco de ser detetado em delitos consumos, pelo facto de terem visto ou tomado conhecimento que outras pessoas foram detetadas e sancionadas, parece não assumir muita importância nas decisões de consumo de drogas ilícitas, quer no grupo de toxicodependentes quer no dos não consumidores.

Tabela 9: Experiência vicariante de deteção e sanção

	Consumidores (n=8)	Não consumidores (n=8)	Total (N=16)
Conhecimento sobre outras pessoas terem sido detetadas			
Sim	8	2	10
Não	0	6	6
Conhecimento sobre outras pessoas terem sido sancionadas			
Sim	7	1	8
Não	1	1	2
Tipo de sanção/punição¹⁰			
Pena de prisão	2	1	3
Multa	4	0	4
Agressão policial	3	0	3
CAT	2	0	2
Apresentações periódicas	1	0	1
Apreensão da droga	1	0	1
Manutenção nos consumos das pessoas conhecidas			
Sim	7	2	9
Não	0	0	0
Sem conhecimento	1	0	1
Importância da estimativa do risco de ser detetado nas decisões de consumo			
Muita importância	1	0	1
Alguma/Pouca importância	2	0	2
Nenhuma importância	5	2	7

Verificamos pela Tabela 9, que todos os toxicodependentes assumiram conhecer pessoas que foram detetadas em delitos de consumo e, a maior parte deles, afirma que essas pessoas foram sancionadas. A multa, seguida da agressão policial, a pena de prisão e obrigação de acompanhamento pelo CAT foram os tipos de sanção referidos.

“Tenho colegas que foram [apanhados pela polícia] e apanharam multas e outros que ficaram 4 anos de pena suspensa. Que não podiam ser apanhados a consumir.” (Toxicodependente 3)

“Conheço algumas [pessoas] que foram processadas, que cumpriram pena. (...) Houve alguns que sofreram as consequências da brutalidade policial.” (Toxicodependente 1)

Inversamente, no grupo de não consumidores, a maioria afirmou não conhecer pessoas que tivessem sido detetadas e sancionadas por delitos de consumo.

¹⁰ De salientar que cada entrevistado poderia referir mais que uma forma de sanção/punição.

“Não, não tenho conhecimento. Que eu conheça não. (...)a consumir, não. Não foram. Pelo menos que eu tenha conhecimento.” (Não Consumidor 2)

“Que eu saiba não. Que eu tenha conhecimento, não.” (Não Consumidor 3)

Os resultados patentes na referida tabela demonstram que, parte dos entrevistados toxicodependentes, revelaram que pessoas suas conhecidas que foram detetadas e sancionadas por delitos de consumo continuaram a consumir. O mesmo referem os não consumidores. Os motivos mais evocados foram os seguintes: a) dependência da substância (n=4); b) punição não ser dissuasiva (n=3).

A dependência que as substâncias acarretam, com a consequente falta de lucidez para pensar nas consequências, foi um motivo fortemente realçado pelos dois grupos contrastantes para justificar a manutenção nos consumos das pessoas que foram detetadas e sancionadas pelos seus delitos de consumo.

“Porque estavam viciadas, não é? Porque, porque o vício é grande. E não há muita lucidez para, para pensar nas consequências.” (Toxicodependente 6)

“...consumo de droga põe as pessoas num estado em que elas sinceramente não querem saber se estão presas, se estão soltas. Desde que consigam continuar com o vício, acaba por ficar, lá está, num mundo à parte, só delas.” (Não Consumidor 4)

Os toxicodependentes referiram ainda como explicação para a manutenção nos consumos a revolta gerada pela forma como é aplicada a sanção nos consumidores de drogas. O sancionamento para delitos de consumo, segundo eles, não está a desencadear um efeito dissuasor.

“...ser punido não dá em nada. (...) É como a educação a uma criança. Se a criança for educada de maneira educada, a conversar, falar com ela, explicar-lhe as coisas. Eu acredito que tenha os melhores resultados do que se dizer não e berrar com ela. O “Não” vai gerar revolta (...) E a lei é igual, se for punido.” (Toxicodependente 3)

“Porque acho que aquilo não serviu de nada. (...) Acho que só serviu para aumentar a revolta contra eles. E continuaram.” (Toxicodependente 7)

Como podemos constatar pela tabela acima, tanto a maior parte dos toxicodependentes como dos não consumidores, revelam que a estimativa do risco de ser detetado não teve qualquer importância/influência nas suas decisões de consumo de estupefacientes.

“... fazia as coisas de uma forma de não vir a ser apanhado. Mas não punha em causa o “vou consumir” ou “não vou consumir”. Não punha sequer isso em causa.” (Toxicodependente 5)

“...não passou de todo por aí. (...) Tinha mais a ver com o tipo de reações que eu via as pessoas a ter com o consumo. E não com as consequências dele. Não por terem sido presas ou não, mas as consequências do próprio consumo.” (Não Consumidor 4)

Concluindo: os entrevistados (com maior significância nos toxicodependentes) têm conhecimento de outras pessoas terem sido detetadas e sancionadas por delitos de consumo de drogas ilícitas e que, não obstante, continuaram nos consumos. Tanto para os toxicodependentes, como para os não consumidores, essa estimativa do risco de ser detetado teve pouca ou nenhuma importância nas suas decisões de consumo.

3.4 Consequências informais da sanção

O facto de os indivíduos serem detetados e sancionados pelos delitos de consumo de drogas, pode tornar-se num problema para as suas vidas, a vários níveis. Verificamos, portanto, que os dois grupos contrastantes consideram que algumas consequências informais da sanção para delitos de consumo de drogas podem marcar negativamente a vida do consumidor.

Tabela 10: Existência de consequências informais da sanção

	Consumidores (n=8)	Não Consumidores (n=8)	Total (N=16)
Para o próprio			
Sim	7	7	14
Não	1	1	2
Para as outras pessoas			
Sim	4	6	10
Não	1	0	1
Umas sim; outras não	3	2	5

Os toxicodependentes referem como receio do sancionamento ou consequências do mesmo o seguinte: a) sofrer pena de prisão (n=4); b) constrangimento social (n=2).

Apesar de já não prevista na legislação para atos de consumo de drogas ilícitas, a percepção dos consumidores ainda inclui a prisão como sanção formal. A pena de prisão aparece, assim, como a punição mais receada pelos consumidores e, por conseguinte, como passível de levar a consequências informais mais marcantes para a sua vida.

“Ai, tinha medo de ir preso. Claro que isso ia ser um problema para a minha vida. Acho que ninguém gosta de estar preso. Se fosse uma multa se calhar não ia pesar nada porque não era a mim que saía do bolso.” (Toxicodependente 3)

“...levarem-me presa. (...) Eu estar fechada dentro duma cela dava em doida.” (Toxicodependente 8)

Salientam ainda o constrangimento que iriam sentir como consequência devido à exposição social e ao estigma a que as outras pessoas votam o consumidor de drogas.

“...posso te falar que fui 18 anos consumidor de drogas e fiz muitas asneiras associadas ao consumo de drogas. (...) exposição pública. De ser julgado pelas minhas atitudes, percebes? Pelos meus comportamentos. Já porque, nos consumos da droga tendes a ser irresponsável, ser imaturo...” (Toxicodependente 1)

Do lado dos não consumidores, os motivos apontados como consequências informais da sanção foram os seguintes: a) implicações a nível profissional (n=4); b) impactos na vida pessoal (n=2).

As implicações que a deteção e a sanção por delitos de consumo poderia ter a nível profissional foi, indiscutivelmente, o motivo mais referido pelos não consumidores.

“Claro que sim. (...) sou vigilante há relativamente pouco tempo e se isso aparecesse no meu registo criminal, já não poderia tirar o curso, já não podia ser vigilante.” (Não Consumidor 2)

“Atualmente, sim. Um grande problema. Isso implicava também uma mudança na minha carreira profissional drástica e isso iria-me trazer muitas consequências.” (Não Consumidor 6)

Os não consumidores realçam ainda o impacto negativo do sancionamento por delitos de consumos na vida pessoal dos indivíduos. Esse impacto negativo poderia ter implicações a nível psicológico, por exemplo, entre outros aspetos da vida da pessoa.

“É uma coisa negativa. Portanto, acho que, se calhar, psicologicamente, pessoalmente (...) iria me afetar.” (Não Consumidor 1)

“Porque qualquer tipo de sanção acaba por ter um impacto na vida da pessoa. Acho que é mesmo por aí. Qualquer tipo de penalização, qualquer tipo de sanção acaba por ter um impacto, seja elevado ou não.” (Não Consumidor 4)

Em comum, ambos os grupos de entrevistados consideram que o serem detetados/sancionados por delitos de consumo de drogas, traria como consequência grave o facto de essas ocorrências ficarem inscritas no seu registo criminal (n=2).

“Seria uma revolta muito grande. (...) Seria mau para a minha vida porque ia ficar com a minha folha suja, não é? O meu registo criminal ia ficar sujo. (...) Porque passa a ser um carimbo que nós temos na testa.” (Toxicodependente 2)

“Se eu fizesse isso, se eu enveredasse por esse caminho, e fosse apanhado e fosse punido de alguma forma, entrava no meu registo criminal. Se entrasse no meu registo criminal tinha o registo criminal sujo.” (Não Consumidor 2)

Quanto às consequências informais da sanção para as outras pessoas que possam ser detetadas e sancionadas por delitos de consumo, está bem patente que consideram que o sancionamento tem consequências para a vida das pessoas, não só a nível pessoal como até mesmo familiar.

“...há pessoas que, por causa do consumo (...) podem ir presos, isso vai alterar. Se chegarem a um ponto de chegarem cá fora e tomarem consciência que realmente aquilo não é vida.” (Toxicodependente 5)

“Sim, acaba sempre por ser um problema. Uma pessoa quando vai responder perante a Justiça e se não está com perfeita noção de que está ilibado de culpas, traz sempre consequências, nem que sejam morais ou familiares, acaba por influenciar de qualquer forma a pessoa em si.” (Não Consumidor 6)

Em suma, os dois grupos de entrevistados percebem que um possível sancionamento por delitos de consumo poderá trazer consequências negativamente marcantes para a sua vida. Os participantes consideram que o mesmo aconteceria com qualquer pessoa consumidora.

4. Normas Internalizadas

As normas internalizadas são definidas como os padrões morais de cada pessoa, adquiridos pelo processo de interiorização das normas sociais. (Wenzel, 2004) Os grupos sociais nos quais o indivíduo se insere, além de ter como papel a transmissão de normas sociais, podem ainda exercer influência na passagem moral das normas legais. (Bean, 1974)

Relativamente à influência das normas internalizadas nos comportamentos de consumo de drogas, concluímos que, fazendo uma avaliação deste tipo de comportamentos, os dois grupos da amostra avaliam o consumo de drogas como um comportamento incorreto do ponto de vista moral, assim como consideram ser essa a opinião que as outras pessoas têm sobre este mesmo assunto. Importa referir que os toxicodependentes que constituem a amostra estão inseridos numa instituição de reabilitação, por isso, são consumidores em tratamento. Estes participantes toxicodependentes não são imunes à norma. Apesar de terem passado anos da sua vida a consumirem drogas, atualmente, eles tem claramente interiorizado que o consumo de drogas é um comportamento incorreto. Agora em processo de reabilitação/tratamento os toxicodependentes assumem um sentimento de culpa e mal-estar por terem consumido drogas. Também o grupo de não consumidores revela que sentiria um sentimento de culpa e mal-estar, se consumisse drogas.

Tabela11: Avaliação moral de comportamentos de consumo de drogas

	Consumidores (n=8)	Não consumidores (n=8)	Total (N=16)
Comportamento de consumo de drogas			
Moralmente aceitável	0	1	1
Moralmente incorreto	8	7	15
Sentimento de culpa/mal-estar por consumir drogas			
Sim	8	5	13
Não	0	2	2
Sem opinião	0	1	1
Opinião dos outros sobre o comportamento de consumo de drogas			
Moralmente aceitável	1	0	1
Moralmente incorreto	7	7	14
Sem opinião	0	1	1

Os dois grupos contrastantes avaliam o consumo de drogas como um comportamento que não é moralmente correto, apresentando as seguintes justificações: a) gera sofrimento e auto destruição (n=4); b) causa sofrimento a pessoas próximas (n=5); c) gera comportamentos desviantes e consequências (n=4); d) é ilícito (n=3); e) é inútil (n=3); f) deteriora a própria vida (n=3).

O sofrimento e a destruição causados a si próprio, em consequência dos consumos de drogas, são os motivos mais referidos seja pelos toxicodependentes seja pelos não consumidores.

“...porque contribui para a nossa degradação.” (Toxicodependente 6)

“Só vai fazer com que a pessoa estrague a sua saúde...” (Não Consumidor 8)

Os dois grupos em estudo realçam ainda o sofrimento que o indivíduo consumidor de drogas causa às pessoas que lhe são próximas ao adotar comportamentos de consumo de estupefacientes.

“Porque destrói as pessoas (...) Quem está à volta. Claro que é errado, completamente.” (Toxicodependente 4)

“...a partir do momento que uma decisão nossa afeta todos os que estão à nossa volta, acho que moralmente acaba por não ser aceitável. Porque não estamos a prejudicar só a nós. (...) acho que é completamente errado.” (Não Consumidor 4)

Ambos os grupos referem a inutilidade do consumo de drogas e a não necessidade de recorrer às drogas para obter ou ajudar a obter algo para a vida.

“Porque, porque não há necessidade de consumir. Eu consumia pelos prazeres que me dava, pelas sensações. E para atenuar, para não sentir as situações desagradáveis. Ou, ao ter que lidar com situações desagradáveis, fortes, a droga não ajudava. E, não há necessidade.” (Toxicodependente 3)

“Consumir drogas não nos leva a lado nenhum mesmo.” (Não Consumidor 3)

Na opinião do grupo de toxicodependentes, os comportamentos relacionados com o consumo de drogas, assim como as consequências desse consumo justificam que o consumo de drogas seja considerado como moralmente incorreto.

“Porque trazem muitas consequências, muitas mazelas. Trazem muitas consequências e muitas mazelas, mesmo.” (Toxicodependente 2)

“...pelos comportamentos que normalmente as pessoas têm quando andam a consumir. (...) Tais como roubar, tais como ver pessoas a pedir, ver pessoas a fazer coisas que acho que não são boas para o funcionamento da sociedade.” (Toxicodependente 7)

Pelos não consumidores, por seu turno, a ilicitude/interdição do consumo é uma das razões mais focadas para a avaliação do consumo de drogas como um comportamento moralmente incorreto. Razões também referidas pelo grupo de toxicodependentes, mas em menor escala.

6) *“Porque se está a cometer, de certa forma, uma infração.”* (Toxicodependente 6)

5) *“Então se é proibido, vai se fazer uma coisa que é proibida?!”* (Não Consumidor 5)

Como motivos justificativos da não moralidade dos comportamentos de consumo de drogas, os não consumidores dão também especial relevo ao facto de as drogas provocarem a deterioração da vida, nomeadamente a nível da saúde, assim como gerarem alteração nos comportamentos.

“Para além de destruírem a saúde da pessoa (...) E há aqueles completamente viciados, não é? Que a gente olha para eles e eles estão completamente destruídos, fisicamente, psicologicamente. (...) Alterarem-na [a pessoa] a nível de comportamentos, acho que uma pessoa que vive em sociedade com os outros, deve ter um comportamento (...) que é [um comportamento] normal.” (Não Consumidor 1)

“É assim, acho que não. Não é moralmente aceitável. (...) assim, porque pronto, lá está, acabam por estragar a vida deles...” (Não Consumidor 7)

Como podemos ainda verificar pela tabela acima, a maioria dos entrevistados é da opinião que a maior parte das pessoas considera o consumo de drogas ilícitas como um comportamento moralmente incorreto.

“A maior parte das pessoas. Mesmo aquelas pessoas que consideram que não deve ser crime, que deve ser proibido só. Consideram que... uma pessoa com as suas faculdades todas, considera que é errado.” (Toxicodependente 1)

“Eu acho que um comportamento errado. Porque se achassem que fosse um comportamento normal () não marginalizavam os outros.” (Não Consumidor 8)

Segundo os dois grupos em análise, a opinião que a maior parte das pessoas tem sobre consumidores de drogas, é que são uns “marginais”, alguém que está à margem da sociedade

(n=8). Os toxicodependentes dão maior ênfase a esta situação, realçando mesmo a estigmatização e rotulagem de que o toxicodependente é vítima. Do lado dos não consumidores, o rótulo do criminoso também é referido.

“...é o típico estigma do toxicodependente. Aquele que rouba, que mata se for preciso. Aquele que não tem cura. (...) E um ex-toxicodependente ou uma pessoa que já teve problemas com drogas, tende a catalogá-lo a vida toda como um toxicodependente. E a sociedade pensa muito assim dessa forma.” (Toxicodependente 5)

“É um marginal. Está à parte da sociedade. É crime, não podem consumir. É marginal.” (Não Consumidor 2)

Toxicodependentes e não consumidores destacam ainda que a sociedade, em geral, considera os consumidores de drogas como pessoas sem princípios e valores, pessoas pelas quais não vale a pena lutar (n=3).

“...pessoas más, como pessoas sem princípios, sem valores.” (Toxicodependente 1)

“...vistos pela sociedade, são pessoas pelas quais não vale a pena fazer nada, não vale a pena lutar, não vale a pena mudá-las. Casos perdidos, acho que é essa a opinião geral.” (Não Consumidor 4)

A maior parte dos toxicodependentes (n=6) quando pensavam em abandonar os consumos era, sobretudo, devido à forma como se viam a si mesmos, mais do que devido às percepções que as outras pessoas tinham a respeito deles.

“Pensei em deixar de consumir pela forma como eu me via a mim. Não como os outros me viam.” (Toxicodependente 6)

“Era mais como eu me sentia com as pessoas...Foi mais isso que me fez pensar em deixar as drogas.” (Toxicodependente 7)

Os não consumidores, maioritariamente, afirmam que a visão que têm sobre consumidores é que são pessoas de personalidade frágil e que, não raro, vêm nos consumos de drogas uma forma de refúgio para esquecerem os problemas (n=3).

“Olha, acho que são pessoas de personalidade muito fraca (...) pessoas frágeis, que precisam de se agarrar a qualquer coisa para, para viver. Acho que são pessoas frágeis, sobretudo frágeis, de uma baixa auto estima...” (Não Consumidor 1)

“Ou tiveram algum azar na vida ou então não viram outra hipótese. (...) Ou não arranjaram trabalho, ou coisa assim do género. E foi a droga.” (Não Consumidor 3)

Consideram ainda que os consumidores de drogas são pessoas que estão a adotar um comportamento errado, que pode ser prejudicial a vários níveis da sua vida (n=3).

“Que foi uma decisão errada para a vida deles.” (Não Consumidor 5)

“Lamento, porque sei que se estão a prejudicar...” (Não Consumidor 6)

Como podemos verificar pelos resultados patentes na tabela acima, a totalidade dos toxicodependentes assume um certo sentimento de culpa e mal-estar pelo consumo de drogas ilícitas. Da mesma forma, os não consumidores revelam que teriam esse mesmo sentimento se consumissem drogas. As razões pelas quais justificam este tipo de sentimento são as seguintes: a) comportamento auto prejudicial (n=3); b) sofrimento causado a pessoas próximas (n=3); c) dependência da substância (n=3); d) perda de emprego (n=3).

O motivo mais enumerado pelo grupo de toxicodependentes para justificar o sentimento de culpa e mal-estar pelo consumo de drogas, prende-se com o facto de saberem que estão a cometer um comportamento auto prejudicial.

“Porque acho que o que estava a fazer era errado, estava a prejudicar-me.”
(Toxicodependente 1)

“Não estava bem comigo. (...) E porque no fundo não queria era ver o mal que estava a fazer a mim próprio, e à minha vida...” (Toxicodependente 4)

Verificamos que o sofrimento causado a pessoas próximas, devido aos seus delitos de consumo de estupefacientes é, sem dúvida, um dos sentimentos mais referido pelos toxicodependentes, mas também focado pelos não consumidores.

“Porque estava a deixar quem estava à minha volta e quem gostava de mim, mal. Estava a desiludir pessoas.” (Toxicodependente 4)

“Porque se eu tivesse consciência que estava a prejudicar pessoas de quem eu gosto, acho que sim, que aí me sentiria culpada.” (Não Consumidor 4)

Os toxicodependentes assumem ainda sentimento de mal-estar devido à dependência que passam a ter das substâncias. Também os não consumidores afirmam que se iriam sentir de igual forma se ficassem dependentes de uma substância, com consequente “peso na consciência”.

“O já depender duma substâncias 15 anos. Eh pá, é complicado. E fez-me um bocado peso na consciência.” (Toxicodependente 5)

“Depois ia ficar sempre com um peso na consciência. (...) Porque se eu consumisse e nesse caso desse para mal, ou seja, ficasse viciado, depois podia querer sair e não poder.” (Não Consumidor 3)

Outro dos motivos pelo qual os toxicodependentes assumem sentimento de culpa relaciona-se com a perda de emprego, mal este que, consequentemente, leva à insustentabilidade dos consumos.

“Perder trabalho.” (Toxicodependente 3)

“Na altura não trabalhar, não ter dinheiro para os consumos.”
(Toxicodependente 5)

Em suma: os elementos dos dois grupos em investigação consideram, em grande escala, que consumir drogas é moralmente incorreto, afirmando ainda ser, provavelmente, esta a opinião das outras pessoas.

A opinião negativa que, segundo o grupo de consumidores, a sociedade em geral tem sobre consumidores de drogas não influi na mudança dos seus hábitos de consumo.

Toxicodependentes e não consumidores, respetivamente, assumem um sentimento de culpa e mal-estar por consumirem/se consumissem drogas ilícitas.

5. Normas sociais/Sanções informais

5.1 Relação com as pessoas próximas

Os dois grupos em estudo, na totalidade, consideram que o consumo de drogas é um comportamento não aprovado pelas pessoas próximas. Toxicodependentes e não consumidores parecem divididos quanto ao facto de a opinião das pessoas próximas ter influenciado as decisões de consumo. Uma maioria bastante considerável dos entrevistados, assume perder o respeito das outras pessoas por consumir/se consumisse drogas ilícitas.

O grupo de toxicodependentes divide-se em metade quanto ao pensamento de abandono dos consumos de drogas devido à opinião das pessoas próximas.

Tabela 12: Opinião das pessoas próximas sobre consumos de drogas

	Consumidores (n=8)	Não consumidores (n=8)	Total (N=16)
Aprovação dos consumos pelas pessoas próximas			
Sim	0	0	0
Não	8	8	16
Opinião das pessoas próximas influenciou decisões de consumo			
Sim	3	4	7
Não	5	4	9
Perda de respeito das outras pessoas por consumir			
Sim	7	7	14
Não	1	1	2
¹¹ Pensamento de abandono dos consumos devido à opinião das pessoas próximas			
Sim	4	Não se aplica	4
Não	4	Não se aplica	4

O consumo de drogas, sendo um comportamento errado e prejudicial para o próprio indivíduo e mesmo para as pessoas próximas, com as consequências que origina, são os

¹¹ A questão de abandono dos consumos devido à opinião das pessoas próximas não se aplica ao grupo de não consumidores

motivos mais realçados pelos participantes para a não aprovação dos consumos pelas pessoas próximas.

“Porque sabem o quanto me prejudica e por consequência ou por arrasto, por arrasto também prejudica a eles, não é?” (Toxicodependente 6)

“É uma coisa que faz mal, têm consequências más, portanto, não [aprovariam]. Não acredito que aceitassem isso.” (Não Consumidor 1)

Como já suprarreferido, os dois grupos demonstram uma ligeira divisão quanto ao facto da opinião das pessoas próximas ter influenciado as decisões de consumo. Os que consideram que essa opinião teve influência realçam a importância dessas pessoas na sua vida (n=2).

“Porque são pessoas importantes na minha vida. Porque são pessoas que eu estimo. E quando assim é, quando as pessoas têm algum peso na nossa vida, nós temos que ponderar aquilo que nos dizem.” (Toxicodependente 6)

“Uma pessoa nunca está sozinha em lado nenhum e a opinião dos outros acaba por ser importante nas nossas escolhas e nas nossas decisões.” (Não Consumidor 4)

Verificamos que há entrevistados toxicodependentes em quem a opinião das pessoas próximas não teve importância no tocante às decisões relacionadas com consumo de drogas, pois a dependência/vício da substância prevalece (n=2).

“...quando eu queria fazê-lo, fazia-o na mesma. A opinião podia-me me pesar, podia sentir-me um bocado mais culpado, mas acabava por o fazer.” (Toxicodependente 5)

“Porque eu queria aquilo, porque eu gostava daquilo, daquela vida. Muitos momentos pensei: “Tenho de parar com isto” mas...mas continuava.” (Toxicodependente 8)

Relativamente aos não consumidores prevaleceu a sua própria decisão/opinião para a rejeição do consumo de drogas, mais do que qualquer opinião vinda de pessoas próximas (n=3).

“Porque eu não tenho essa ideia de consumir drogas. Não é a opinião deles que me vai influenciar ou não.” (Não Consumidor 5)

“Não, não me influenciaram em nada. É assim, eu tenho a minha opinião, pronto, não me meti porque, lá está, não deu para isso, pronto.” (Não Consumidor 7)

Um número bastante significativo de indivíduos dos dois grupos em estudo, assume perder/vir a perder o respeito das outras pessoas por consumir/se consumisse drogas ilícitas.

Os toxicodependentes têm, acima de tudo, consciência de uma perda de respeito por si próprios que poderá posteriormente ter como consequência uma perda de respeito por parte das outras pessoas (n=3).

“O consumir drogas, para mim, eu deixo é de me respeitar a mim. Por isso, se eu não me respeito a mim, será que os outros me vão respeitar?” (Toxicodependente 3)

“Porque nós próprios depois também não nos respeitamos. Acho que se não nos respeitamos, os outros não nos vão respeitar.” (Toxicodependente 7)

Os não consumidores, por seu turno, consideram que essa perda de respeito se traduziria numa mudança na forma de as pessoas os verem (n=2).

“Porque acho que as pessoas deixavam de olhar para mim da maneira que olham. Olhavam-me de maneira diferente.” (Não Consumidor 5)

“Porque as pessoas vão olhar para mim com outros olhos. Como se calhar eu olho para essas pessoas, não é. “Olha, coitado, lá vai mais um.” (Não Consumidor 7)

Em comum aos dois grupos contrastantes, surge a opinião da discriminação, da marginalização do consumidor como uma consequência da perda de respeito das pessoas próximas para com o consumidor de drogas.

“De me verem doutra forma, de me julgarem doutra maneira. (...) Quando é um consumidor, e a pessoa sabe que ele consome, é completamente posta de parte pela maior parte das pessoas. E isso é uma perda de respeito.” (Toxicodependente 4)

“Perco [respeito] porque as pessoas marginalizam logo.” (Não Consumidor 8)

No grupo de toxicodependentes, aqueles que pensaram em abandonar os consumos devido à opinião das pessoas próximas, salientaram o receio de afastamento dessas pessoas, com as quais mantêm fortes laços de ligação (n=2).

“Porque gostava das pessoas (...) por as pessoas gostarem de nós e nós gostarmos das pessoas: família, amigos, companheiros. E porque não as queria perder.” (Toxicodependente 6)

“Porque foi, era para ajudar a minha família, não era porque eu queria mesmo.” (Toxicodependente 8)

Verificamos que há toxicodependentes que afirmam não terem sido influenciados pelas pessoas próximas para mudarem de vida, mas que a opção de abandono dos consumos partiu dele próprio, devido à tomada de consciência de que estava a ter um comportamento errado (n=2).

“No meu caso sempre partiu muito de mim, partiu muito de mim. Eu sempre fui alertado, há muitos anos que sofria por perder a família, por perder tudo o que já tinha conquistado até então. (...) teve de partir de mim, percebes?” (Toxicodependente 1)

“Porque andar no consumo não era correto.” (Toxicodependente 2)

Resumidamente, as pessoas próximas não aprovam/aprovariam os consumos de drogas ilícitas. A opinião dessas pessoas para as decisões de consumo teve importância para alguns dos participantes enquanto, para outros, não. Na sua maioria, os entrevistados dos dois grupos consideram perder o respeito das outras pessoas por consumir/se consumissem drogas.

Apenas metade dos toxicodependentes afirmou ter pensado em abandonar os consumos devido à opinião dessas pessoas próximas.

5.2 Relação com a família

O controlo informal familiar esteve presente na maior parte dos indivíduos dos dois grupos em análise (n=10). Toxicodependentes e não consumidores revelaram que os comportamentos que tinham na adolescência eram alvo de controlo por parte dos seus progenitores.

“Eles estavam atentos. Sempre estiverem atentos. A partir do momento que começaram a ver os meus comportamentos, começaram a ser diferentes nas atitudes, comportamento, nesse estado. Começaram a questionar-me.” (Toxicodependente 6)

“Andar, por exemplo, a saber o que eu fazia, nas escolas. Perguntavam sempre por onde é que eu andava. Esse tipo de coisas.” (Não Consumidor 3)

Contudo, o controlo informal familiar não funcionou como fator dissuasivo para os delitos de consumo de estupefacientes. Este facto levou a que o indivíduo consumidor sofresse algumas consequências a nível familiar, pelo comportamento de consumo adotado.

A maior parte dos toxicodependentes revela já ter sido apanhado por familiares a consumir e, quase todos assumem ter sofrido consequências por parte da família, sendo as mais evidentes o afastamento da família, com a consequente perda de confiança no consumidor, levando à sua exclusão do seio familiar (n=4).

“Acho que a consequência foi um bocado as pessoas deixarem de acreditar em mim () E depois duma tentativa, 2, 3 tentativas as pessoas começaram a pôr em causa, eu mesmo se era aquilo que eu queria. E claro a desconfiança.” (Toxicodependente 5)

“...eu é que me afastei deles. (...) E eu não gostava de ouvir eles a dizerem-me as verdades. (...) E eu é que me afastei.” (Toxicodependente 8)

Os não consumidores presumem que as possíveis consequências, se adotassem comportamentos de consumo de drogas, seriam os castigos (n=3).

“Restringiam-me, não me deixavam sair de casa. Batiam-me certamente. Castigos, acima de tudo.” (Não Consumidor 3)

“...se calhar, não me deixavam sair. (...) Se calhar já nem me davam dinheiro, nem nada. Acho que seria essa a punição.” (Não Consumidor 7)

No que respeita à sanção informal aos toxicodependentes, um número considerável foi detetado por familiares nos primeiros consumos, enquanto metade deles foi detetado no percurso de consumos. Devido a esta situação de terem sido detetados por elementos da

família em atos de consumo de drogas, apenas metade dos consumidores assumiu ter alterado os seus hábitos de consumo.

Os dois grupos em análise revelaram, na sua maioria, um sentimento de intimidação pelo risco de poder ser detetado pela família.

Tabela 13: Ameaça da sanção informal na carreira de consumos

	Consumidores (n=8)	Não consumidores (n=8)	Total (N=16)
Detetado por familiar nos primeiros consumos ¹²			
Sim	5	Não se aplica	5
Não	3	Não se aplica	3
Detetado por familiar no percurso dos consumos ¹³			
Sim	4	Não se aplica	4
Não	4	Não se aplica	4
Mudança dos hábitos de consumo ¹⁴			
Sim	4	Não se aplica	4
Não	4	Não se aplica	4
Intimidação pelo risco de poder ser detetado por familiar			
Sim	6	6	12
Não	2	2	4

A ameaça da sanção informal foi sentida pela maior parte dos toxicodependentes. O medo de serem apanhados por algum membro da família, levou-os a utilizar como estratégia consumir em locais onde os familiares não tivessem a possibilidade de os detetar. Os toxicodependentes, tanto os que afirmaram ter mudado os hábitos de consumo, como os que afirmaram não os ter mudado, apresentam o mesmo motivo: os cuidados na escolha dos locais de consumo.

“Tornava-me cauteloso. Mas acho que isso não foi alterando muito os meus consumos. (...) Parava o carro perto de casa para poder consumir. Se ia passar alguém parava os consumos, claro.” (Toxicodependente 1)

“...cheguei a mudar os meus consumos. (...) Certificava-me sempre se as pessoas estavam ou não, e se era oportuno fazê-lo em determinados sítios ou não. Em vez de consumir em casa, consumia noutro sítio qualquer...” (Toxicodependente 6)

Quanto ao risco de poder ser apanhado por familiares a consumir, tanto grande parte dos toxicodependentes como dos não consumidores, revelam ser a intimidação o que mais os consumia. Como vemos, estava presente, mais uma vez, a ameaça da sanção informal. Do

¹² A deteção em atos de consumo por familiares não se aplica ao grupo de não consumidores.

¹³ A deteção em atos de consumo por familiares não se aplica ao grupo de não consumidores.

¹⁴ A mudança dos hábitos de consumo por ter sido detetado por familiares não se aplica ao grupo de não consumidores

lado dos toxicodependentes, a intimidação levava a adoção de estratégias nomeadamente procura de locais onde não pudesse ser apanhado pela família (n=3).

“Eu não consumia sabendo que havia a possibilidade de ser apanhado. Isso não. Por exemplo, eu ia consumir, e se supunha que a minha mãe ia chegar naquele momento, ou o meu pai ou a minha irmã, aí eu evitava os consumos.” (Toxicodependente 1)

“...procurava estar mais resguardado, mais escondido para não ser encontrado por ninguém.” (Toxicodependente 7)

Por seu turno, os não consumidores entendem que essa intimidação pelo risco de ser detetado pela família, se traduziria na mudança de relação dos familiares para com o indivíduo.

“Porque eu sabia que eles iam olhar para mim completamente diferente. A minha relação com eles ia ser completamente diferente.” (Não Consumidor 5)

“Porque tal a desilusão que eu podia criar nas pessoas (...) E a minha imagem depois nunca mais seria a mesma.” (Não Consumidor 6)

De salientar que, a quase totalidade dos toxicodependentes (n=7) e um número diminuto dos não consumidores (n=2) têm familiares que consomem ou já consumiram drogas.

Resumindo: numa parte significativa dos entrevistados, o controlo informal familiar, esteve presente, assim como a sanção informal ao serem apanhados pelos familiares e terem sofrido consequências por isso (no caso dos toxicodependentes). Metade dos toxicodependentes assumiu ter mudado os hábitos de consumo por ter sido detetado, mudanças que não se concentraram nos consumos em si, mas no cuidado na escolha de locais para consumir. A maior parte dos entrevistados confessou intimidação por esse risco de poder ser detetado e sancionado por familiares devido aos consumos de drogas.

5.3 Relação com o grupo de pares

Os toxicodependentes inicialmente inseridos em grupos de pares não consumidores, assumiram não terem sido excluídos do grupo de pares pelos seus comportamentos de consumo de estupefacientes, afirmando que eles próprios é que se auto excluíram.

“É assim, eu afastei-me de todo o grupo.” (Toxicodependente 2)

“Eu é que me excluía. Não é? Por uma questão moral, de peso. Eu é que me excluía. Os meus amigos nunca me excluíram.” (Toxicodependente 6)

Os não consumidores dividem-se quanto a esta questão da situação hipotética de poderem ser excluídos do grupo de pares se consumissem drogas ilícitas.

“Desde que eu tivesse um comportamento normal, idêntico ao deles, acho que não. Só se eu começasse a entrar em confusões, conflitos aí acredito que sim.” (Não Consumidor 1)

“Acabaria por existir ali um fosse entre nós, e sei que alguns se iriam afastar. Esses tais que te digo que me tentariam ajudar e perceber o meu lado, e dar o melhor de mim, (...) esses não me iriam excluir, de todo.” (Não Consumidor 6)

A maior parte dos indivíduos do grupo de toxicodependentes afirmou que o seu grupo de pares, aquando da carreira de consumos, era constituído maioritariamente por consumidores de drogas ilícitas. Os toxicodependentes realçam, também, a influência dos pares consumidores para se iniciarem nos consumos.

“Aliás eu comecei nos consumos com um dito amigo. Foi muita influência, muita influência, na altura. (...) Não foi algo que partiu de mim.” (Toxicodependente 1)

“É assim, o meu grupo de amigos, que tinha amigos anteriores, antes era tudo consumidores. Eu comecei logo a envolver-me com eles.” (Toxicodependente 5)

No que respeita aos não consumidores, metade deles (n=4) assumiram ter amigos que já consumiram drogas ilícitas. A relação com esses amigos, durante o tempo dos consumos, manteve-se intacta, ou seja, não houve afastamento ou qualquer outra alteração na relação entre o não consumidor e o par consumidor.

“A relação manteve-se igual, não se alterou. Porque lá está, eu sabia perfeitamente que era uma opção deles.” (Não Consumidor 6)

“Sempre nos demos bem e nunca houve nada de confrontos, nem nada, nem essas coisas todas. E nunca houve problemas.” (Não Consumidor 8)

Concluindo, o grupo de toxicodependentes assume uma autoexclusão do grupo de pares convencional, não sendo, deste modo, o grupo de pares inicial a ter excluído os consumidores. Estes inseriram-se em grupos de pares consumidores que os socializaram para os consumos. Quanto ao grupo de não consumidores, há uma divisão de opinião, considerando que alguns amigos podiam excluí-los caso consumissem drogas, enquanto outros não iriam excluí-los por isso.

Capítulo V – Discussão dos Resultados

A lei que regulamenta o consumo de drogas em Portugal sofreu uma alteração legislativa em 2001, com a entrada em vigor da Lei 30/2000 que procedeu a uma descriminalização do consumo de drogas em Portugal. Dada a alteração legislativa na regulamentação do consumo de drogas ilícitas, assumimos como pertinente compreender e

analisar empiricamente: a) as percepções sobre o regime legal das drogas, nomeadamente as percepções sobre o atual regime legal das drogas em Portugal; b) as influências normativas nos consumos de drogas. Procuramos analisar as opiniões/percepções sobre (como deveria ser) o regime legal do consumo de drogas, especificamente sobre a atual lei da descriminalização do consumo de estupefacientes. Dada esta alteração na norma legal, entendemos também ser importante analisar a influência, o impacto que a alteração da norma e da sanção legal (em especial, a ameaça da sanção legal) teve nos consumos de drogas. E fizemo-lo, colocando-a em confronto com as influências normativas, as quais incluem, além da norma/sanção legal, a norma internalizada e norma/sanção social.

Para a análise destas duas temáticas consideramos pertinente escutar as opiniões de dois grupos contrastantes: um grupo de toxicodependentes; e um grupo de não consumidores de drogas ilícitas.

Começamos por recolher as suas opiniões sobre a interdição do consumo de drogas, tendo verificado que a opinião dos dois grupos em estudo não é unânime quanto ao considerarem que o consumo de drogas deva ser interdito. Os participantes que consideram a interdição como a melhor forma de regulamentação dos consumos, corroboram a ideia de Caballero e Bisiou (2000) de que as drogas, pelas consequências nefastas que apresentam, provocam determinados malefícios sociais, tornando-se perigosas para a sociedade. Quanto à classificação do regime, estes participantes têm opiniões distintas: os toxicodependentes, na sua maioria, demonstraram ser a favor de um regime de contra ordenação social, indo de encontro ao regime da descriminalização do consumo de drogas que, segundo Quintas (2011), embora mantendo o consumo interdito, o ato deixa de pertencer a um regime criminal (não há penas de prisão, aliás punição não desejável pelos toxicodependentes) e passa a ser considerado apenas uma contra ordenação social; ao invés, os não consumidores entendem que o consumo de estupefacientes dever ser considerado um ilícito passível de registo criminal e de sanção penal. Embora saibamos que a criminalização também vise controlar os consumos e incentivar o tratamento dos consumidores mais problemáticos, os não consumidores são favoráveis a este regime pelo facto de ele visar a punição dos consumidores de drogas através de multas ou penas de prisão.

A exploração do discurso dos dois grupos em análise permitiu ainda perceber qual a percepção que têm relativamente à interdição do consumo de determinadas substâncias. No que respeita ao álcool e ao tabaco (substâncias lícitas), os dois grupos contrastantes são de opinião que estas substâncias não devem ser interditas. No que concerne ao consumo de substâncias

consideradas ilícitas como, por exemplo, o haxixe, a cocaína e a heroína, a opinião que os participantes apresentam é, na sua maioria, favorável a um regime de interdição do consumo, sendo que é mais patente relativamente à heroína e à cocaína, e é mais perceptível na resposta dos participantes não consumidores. No caso do haxixe, os participantes participam da ideia da teoria da escalada (Caballero e Bisiou, 2000) que se refere à passagem de uma droga lícita a uma droga ilícita, ou da passagem de uma droga ilícita leve (neste caso, o haxixe) a uma droga dura. Entendem eles que a dependência causada por essas substâncias é um motivo mais que justificável para a interdição do consumo, sendo esta opinião mais prevalecente no caso da heroína e da cocaína. Quintas (2011) no seu estudo chegou a uma conclusão similar: a evocação da substância gera uma opinião mais favorável à sua interdição, do que perguntar sobre a interdição das substâncias de uma forma geral, abstrata.

Para compreender ainda as percepções dos dois grupos quanto ao regime legal das drogas, colocam-se as questões da eficácia e da legitimidade da lei, assim como da legitimidade do sancionamento para delitos de consumo de drogas. Os participantes dos dois grupos em estudo, na sua larga maioria, têm como ineficaz a interdição do consumo de drogas, pois consideram que pela proibição do consumo de drogas não se tem verificado qualquer efeito dissuasivo nos seus consumos (como seria de esperar na opinião dos defensores da criminalização).

Da recolha das percepções dos participantes relativamente a esta temática, concluímos que, na sua maioria, os entrevistados dos dois grupos atribuem legitimidade à lei que interdita o consumo de drogas. A percepção apresentada pelos participantes é que o Estado é instância legítima para interditar o consumo de drogas. Os participantes consideram que o Estado, enquanto instância legal legítima no estabelecimento de leis, assume também importância crucial na regulação dos consumos de drogas. Esta atribuição de legitimidade à interdição do consumo de drogas corrobora Tyler (2006), assim como corrobora a teoria da conformidade normativa de Kuperan e Sutinen (1998), em que sustentavam a ideia de que os indivíduos tendem a obedecer à lei quando a percebem como legítima, quando a lei é formulada e implementada por autoridades percebidas como legítimas, neste caso, o Estado.

Sobre a legitimidade do sancionamento dos consumos, a percepção dos dois grupos apresenta-se como contrastante. Os toxicodependentes, ao considerarem como ilegítima a sanção, justificam a sua opinião afirmando que a lei deveria controlar melhor o consumo ao invés de o punir severamente, como o tem vindo a fazer. Caballero e Bisiou (2000) referiam, aliás, que a repressão severa apresentava-se como um efeito perverso da proibição do

consumo de drogas. Os toxicodependentes têm ainda a percepção que a sanção em consumidores de drogas se tem mostrado ineficaz, uma vez que se apresenta como não dissuasiva. Como podemos verificar, a percepção do grupo de não consumidores é diferente da do grupo de toxicodependentes. Aqueles consideram como legítima a sanção, ou seja, consideram justo que a lei vise sancionar os consumidores de drogas. Segundo eles, a associação do consumo ao cometimento de crimes e o simples facto do consumo ser ilícito, são razões que justificam a legitimidade da sanção para consumos de drogas. Contrariamente aos toxicodependentes, os não consumidores acreditam que a sanção apresenta como resultado a dissuasão dos consumos.

Os dois grupos contrastantes revelaram ainda as suas percepções sobre a intervenção das instâncias formais de controlo. Relativamente à atuação das autoridades policiais perante atos de consumo, os participantes, maioritariamente, consideram que deveriam encaminhar os consumidores para um tratamento de recuperação/reabilitação, sendo esta opinião mais prevalecente no grupo de toxicodependentes. Estes parecem apresentar uma opinião/percepção aproximada ao que tem vindo a ser a aplicação do regime de descriminalização de consumo de drogas em Portugal: encaminhar os consumidores dependentes para o sistema de saúde. Apesar de sabermos que não compete à polícia a função de punir os consumidores, os não consumidores apresentam uma opinião de que os polícias deveriam, de alguma forma, puni-los. Os dois grupos em estudo apresentaram, também, percepções diferentes relativamente ao sancionamento de delitos de consumo. Como se esperava, o grupo de toxicodependentes mostrou a este respeito uma opinião desfavorável porque considera que a sanção não tem qualquer efeito dissuasivo sob os consumos de drogas. Os não consumidores, por seu turno, apresentaram uma opinião favorável ao sancionamento de delitos de consumo, uma vez que, tratando-se de uma ilicitude, o sancionamento visa com que as normas e regras sejam cumpridas. Isto vai de encontro à validade da norma legal referida Habermas (1998) que significava: por um lado, a legalidade do comportamento que visa o cumprimento da norma e que é reforçada pela ameaça da sanção; e, por outro lado, a legitimidade da própria regra, tornando possível seguir a norma legal. Assim sendo, a percepção do grupo de não consumidores corrobora a teoria de que as sanções legais têm um objetivo dissuasor dos consumos, enquanto a opinião do grupo de toxicodependentes refuta essa mesma teoria.

Uma parte bastante significativa dos entrevistados revela conhecimento sobre a lei do consumo de drogas vigente em Portugal uma vez que consideram que, nosso país, o consumo de drogas é interdito. Os toxicodependentes consideram que o consumo de drogas constitui

uma contra ordenação social, revelando, por tal, conhecimento da lei atual, que visa a aplicação a delitos de consumos de drogas de uma sanção administrativa e não de uma sanção penal. Do lado dos não consumidores, poder-se-á afirmar que há quem revele desconhecimento sobre este assunto, dado que alguns julgam que ainda estamos perante um regime criminal do consumo de drogas, podendo, por isso, os consumidores ser sujeitos a uma pena de prisão.

Os entrevistados consideram a lei da descriminalização como apropriada, sobretudo pela oportunidade de tratamento/reabilitação dada aos consumidores de drogas e também pelo facto de a criminalização não exercer uma influência dissuasiva nos consumos, sendo esta opinião mais prevalecente no grupo de toxicodependentes. Ao contrário destes, os não consumidores parecem considerar a lei da descriminalização mais permissiva, pois são da opinião que a não criminalização do consumo tem o efeito de diminuir a ameaça da sanção, porque já não é uma sanção penal. Constatamos que a força da lei não dissuade a maior parte dos toxicodependentes.

No que concerne aos níveis de consumo de drogas, a perceção que a maior parte dos participantes apresentam é que a lei da descriminalização não teve influência sobre o número de pessoas detetadas a consumir, em parte, porque a dependência para com a substância sobrepunha-se a qualquer influência de alteração legislativa. Relativamente à influência da descriminalização no número de consumidores dependentes, não conseguimos encontrar unanimidade de opinião, embora uma parte significativa considere que não houve qualquer influência, o que vem corroborar aquilo que Soliveti (2001) em Itália e Quintas (2011) em Portugal haviam já constatado ao avaliar os impactos da descriminalização nos respetivos países: a mudança legislativa não provocou alterações significativas nos consumos. Estudos do impacto da descriminalização da *cannabis*, por exemplo, nos EUA e na Austrália também revelaram que a alteração legislativa teve um impacto pequeno ou nulo nas taxas de consumo.

No que respeita às influências dissuasivas, o medo da sanção parece estar presente no grupo de toxicodependentes dado terem a perceção do possível risco de serem apanhados pela polícia em atos de consumo, enquanto o grupo de não consumidores apresenta uma divisão de opinião relativamente à ameaça da sanção nos consumos de drogas. Contudo, os dois grupos contrastantes consideram alta a probabilidade de um consumidor de drogas poder ser detetado pelas autoridades policiais em atos de consumo. A ameaça da sanção é percebida pelos toxicodependentes mas, ao contrário do que seria de esperar tendo em conta as teorias da dissuasão, não apresenta um efeito dissuasivo nos consumos de drogas. Outros fatores como a

dependência provocada pelas drogas, segundo a maioria dos toxicodependentes, sobrepunha-se ao facto do risco de ser detetado pelas autoridades policiais influenciar as suas decisões de consumo. Esta constatação refuta a teoria da escolha racional, pois o que aqui verificamos é que na fase de dependência dos consumos, os indivíduos não agem com racionalidade, pois o seu único fim é consumir. Por sua vez, os não consumidores afirmaram que o risco de poder ser detetado pela polícia em atos de consumo, não exerceu qualquer influência nas opções de não consumo de drogas. O não interesse em querer experimentar drogas e a influência da experiência vicariante - aqui, não tem a ver com conhecimento de outras pessoas terem sido detetadas e sancionadas por delitos de consumo, mas o terem tomado conhecimento da dependência e das consequências de degradação dos consumos em outras pessoas - estiveram presentes nas suas opções de não consumo. O risco de deteção é percebido, mas não tem qualquer tradução comportamental, o que corrobora a teoria da dissuasão moderna que nos alerta para a não utilidade da ameaça da sanção legal mesmo que apanhado.

A ameaça da deteção e da sanção ao longo da carreira de consumos dos toxicodependentes, conclui-se, não os influenciou nos seus primeiros consumos, mas teve a sua importância já no percurso dos consumos, assim como nos últimos consumos. Esta importância não se traduziu nos níveis do consumo mas sim no estatuto mais refinado de evitar a detenção. Esta constatação refuta a percepção de MacCoun (1993) quando sugeria que as sanções legais podiam ter maior influência na decisão inicial de consumir drogas e que a sua influência diminuía quando o consumo se tornava mais frequente. De facto, os toxicodependentes, no percurso e nos últimos consumos, lidavam com maior quantidade de drogas, daí o receio de uma possível deteção policial. Da mesma forma, os crimes aquisitivos cometidos durante a carreira de consumos, com a consequente aglomeração de problemas, e constantes fugas às autoridades policiais fizeram com que os toxicodependentes se sentissem influenciados pela ameaça da sanção efetiva nessas fases da carreira de consumos. Daqui se conclui que o medo da sanção parece não ter exercido influência nos primeiros consumos, mas ter apresentado alguma importância no resto da carreira de consumos. De certa forma, isto é fundamentado pelo conceito de dissuasão absoluta que afirma que o medo da sanção pode prevenir alguns indivíduos de cometer o tipo de delito em questão. A pena de prisão (embora já não praticável tendo em conta a atual lei, e que alguns toxicodependentes parecem desconhecer), a multa e a detenção policial são as consequências da ameaça da sanção que os toxicodependentes mais receariam sofrer.

O grupo de toxicodependentes apresenta escassa experiência com detecção e uma experiência nula com punição. Os entrevistados deste grupo poucas vezes foram detetados pela polícia em atos de consumo, e quando o foram nunca foram sancionados por esses atos. A polícia não registou as situações, logo os toxicodependentes não foram presentes a Tribunal ou à CDT. Tendo em conta que o facto de terem sido detetados em atos de consumo não fez com que modificassem os seus níveis de consumo, podendo mesmo afirmar-se que a experiência pessoal e direta com a detecção, não exerceu um efeito dissuasivo nos consumos, logo se conclui que a dissuasão específica não esteve presente. Da mesma forma, apercebemo-nos que, a ameaça da sanção parece não ter exercido influência dissuasiva nos indivíduos que praticaram delitos de consumo com impunidade vindo, assim, refutar a teoria da dissuasão restritiva que diz que a ameaça da sanção pode ter uma influência dissuasiva naqueles que cometeram delitos com impunidade. Foglia (1997) afirmava, também, que a experiência pessoal com impunidade reduzia o medo da detecção. Contudo, os toxicodependentes não modificaram os seus níveis de consumo porque, por um lado, a dependência da substância sempre prevaleceu à ameaça da detecção; por outro lado, os toxicodependentes optavam por locais mais recatados para consumirem, de forma a não serem detetados pelas autoridades policiais.

A experiência vicariante de detecção e sanção por consumos de drogas, ou seja, o conhecimento acerca de pessoas que foram detetadas e sancionadas por delitos de consumos de drogas, apresenta uma posição mais destacada no grupo de toxicodependentes, isto porque tendo eles estado inseridos por um longo período de tempo em grupos de pares consumidores, conheceram um maior número de pessoas nessa situação. No entanto, poder-se-á afirmar que esta experiência vicariante não teve qualquer efeito dissuasivo no grupo de toxicodependentes, uma vez que eles afirmaram que a estimativa do risco de der detetado teve pouca ou nenhuma influência nas suas decisões de consumo. No grupo de não consumidores, a experiência vicariante parece também não ter exercido uma influência dissuasiva nas suas decisões de não consumo de estupefacientes. A dissuasão geral também não esteve presente nos dois grupos em estudo. Daqui se pode concluir, e de acordo com o que Foglia (1997) dizia, que a experiência vicariante com impunidade reduzia o medo da detenção.

Para os dois grupos de participantes, a detecção e sanção por consumos de drogas apresenta consequências informais para o seu percurso de vida. Apesar de já não na prevista na legislação, a consequência que os participantes mais receariam sofrer é a pena de prisão. O constrangimento social e estigma de que o consumidor de drogas é vítima são consequências

temidas pelos participantes. Os dois grupos contrastantes consideram que essas consequências trariam desagradáveis implicações a nível pessoal, profissional e social.

No que respeita à internalização da norma, os dois grupos em estudo consideram incorreto o comportamento de consumo de drogas, até porque percebem que estão a agir de forma contrária à lei, corroborando a ideia de Kuperan e Sutinen (1998) quando afirmam que os indivíduos tendem a perceber as leis como apropriadas e consistentes com as normas internalizadas. Os consumidores, sendo toxicodependentes, assumem um certo sentimento de culpa e mal-estar pelos anos passados enquanto consumidores de drogas. Segundo estes participantes, o sofrimento e destruição causado a si próprio e às pessoas próximas, os comportamentos desviantes gerados pelos consumos, e a consciência da sua inutilidade justificam esta avaliação do consumo de drogas como moralmente incorreto. Esta forma de sentir vai na linha da ideia de Tyler (2006) de que o indivíduo dá importância à moral, ao que considera justo e correto. Contudo, esta avaliação moral do ato de consumo de drogas como incorreto não exerceu uma inibição do consumo, nem afetou grandemente as percepções do risco (ao contrário do que afirmava Paternoster e Piquero (1995) que, fortes pontos de vista morais podem afetar as percepções do risco), tanto para o próprio indivíduo, como para os outros, como seria de prever quando o indivíduo condena moralmente um ato. Daí, acredita-se, a inserção num grupo de pares consumidores que não condenava o comportamento de consumos de drogas, visto que a família e o grupo de pares inicial (não consumidores de estupefacientes) pareciam condenar moralmente o ato de consumo de drogas. Todavia, ao contrário do que se esperava, apesar dos toxicodependentes terem como norma interiorizada que é errado consumir drogas, isso nunca foi fator impeditivo para consumir estupefacientes. Aliás, na carreira de consumos, não parece que estes indivíduos condenassem moralmente o consumo de drogas, mas aceita-se que agora assumam um sentimento de culpa e mal-estar pela vida de consumos. Os não consumidores revelaram, por seu turno, que também sentiriam culpa e mal-estar caso consumissem drogas ilícitas. A dependência das substâncias, com o consequente sofrimento causado a pessoas próximas e as perdas na vida sentidas pelo próprio despertam esse sentimento de culpa, assim como o considerarem moralmente incorreto o comportamento adotado. Podemos concluir que a norma internalizada não exerceu a sua função pois, segundo Foglia (1997), a função da norma internalizada é a inibição do comportamento desviante/criminal.

Relativamente à influência do controlo social informal, ele esteve quase sempre presente na vida dos indivíduos dos dois grupos, contudo, não suficientemente influenciável

de forma a dissuadir os consumos nos toxicodependentes, como seria de esperar tendo em conta a teoria do controlo social informal. No que concerne à influência das pessoas próximas/adultos de referência, os participantes consideraram que o consumo de drogas não é um comportamento por elas aprovado, mas, na maioria das vezes, não se apresentou como motivo para influenciar as decisões de consumo de estupefacientes. Aliás, no que diz respeito aos toxicodependentes, apenas metade deles pensaram em abandonar os consumos devido à opinião das pessoas próximas.

O controlo familiar esteve presente na vida dos participantes, não tendo, no entanto, exercido um efeito dissuasivo nos comportamentos de consumo de drogas. Quer isto dizer que, ao contrário do que indica as teorias do controlo social de Hirschi (2007) e do que Foglia (1997) havia constatado, certos constrangimentos como a repreensão e punição dos pais não limitou a oportunidade do uso de substâncias ilegais. Os toxicodependentes adotaram estratégias de consumo, nomeadamente em locais onde não pudessem ser detetados pelos pais ou outros familiares pois, apesar do constrangimento a que estavam sujeitos pela família, eles tinham um fim a atingir: o consumo de drogas. Quanto à ameaça da sanção informal nos toxicodependentes, alguns deles foram detetados por familiares em atos de consumo tendo isso levado, apenas em alguns casos, a uma mudança dos hábitos de consumo, que não passou pela alteração dos níveis de consumo, mas, sobretudo, levou-os a utilizar como estratégia consumir em locais onde os familiares não tivessem a possibilidade de os detetar. Toxicodependentes e não consumidores assumiram receio perante a possibilidade de poderem ser detetados pela família em atos de consumo, o que revela a presença da ameaça da sanção informal embora, no caso dos toxicodependentes, não tenha exercido um efeito dissuasor.

Quanto à influência do grupo de pares, poder-se-á afirmar que funcionou, para o grupo de toxicodependentes, como socializador nos consumos, corroborando o que nos é transmitido pelas teorias do controlo social: os pares podem funcionar como socializadores nos consumos de drogas. Também Paternoster (1987) havia constatado que o envolvimento dos pares se encontra positivamente relacionado com o consumo de determinadas substâncias, em concreto a marijuana. Mesmo alguns toxicodependentes estando inicialmente inseridos em grupo de pares não consumidores, após o início nos consumos abandonaram esse grupo para se integrarem em grupos de consumidores, onde havia aceitação da “norma de consumo”. Os não consumidores, na sua maioria, estavam inseridos em grupos de pares não consumidores de drogas ilícitas, por isso em grupos de pares que seguiam as normas convencionais.

Em suma, não se poderá afirmar inequivocamente que algum tipo de norma/sanção (e sua influência) se sobrepôs a outra, como se esperava pela teoria que referia que, a norma/sanção social e a norma internalizada, na maior parte das vezes, se sobrepunham à norma/sanção legal. A dependência da substância, a necessidade e o fim de consumir drogas quase sempre se sobrepuseram a qualquer influência normativa, por mais que ela estivesse presente. Daqui se conclui que nem o controle social interno (com a interiorização da norma) nem o controle social externo (exercido pelos controles formais e pelos grupos primários), tanto individualmente como no seu conjunto, exerceram um efeito dissuasor dos consumos.

Considerações Finais

1. Conclusões

Tomamos as influências normativas nos consumos de drogas como mote para esta investigação. Pretendemos compreender e analisar a influência que as normas legais, sociais e internalizadas exercem nos consumos de drogas. E, dado que a norma/sanção legal sofreu uma alteração legislativa em 2001, com a entrada em vigor da lei da descriminalização do consumo de drogas, assumimos também como pertinente verificar se os indivíduos têm conhecimento dos princípios que constituem lei e se a alteração legislativa teve impactos nos consumos de drogas. Quisemos, ainda, compreender e analisar as representações e perceções sobre o regime legal das drogas.

A primeira parte desta Dissertação, apresenta o enquadramento teórico, construído na base de uma reflexão sobre a literatura científica, que visava uma compreensão sobre: o regime legal das drogas (capítulo um); as normas e a dissuasão (capítulo dois).

O primeiro capítulo integra uma apresentação sobre as Convenções Internacionais que interditam o consumo de drogas e sobre os regimes legais das drogas, que regulamentam o seu consumo: os proibicionistas (que interditam o consumo de drogas) a que se contrapõem os não proibicionistas (que legalizam ou liberalizam o consumo de drogas).

Foi, de seguida, apresentada a comparação de regimes, com base numa revisão de estudos agregados. Sendo estes em número de dois tivemos em conta uma breve revisão desses tipos de estudos realizados no âmbito da temática das drogas.

Relativamente ao primeiro tipo de estudos agregados, diremos que são estudos de carácter transversal e visam uma comparação entre áreas geográficas, relacionando as variações nas taxas de consumos e nos níveis de sancionamento; dizem respeito a uma comparação entre países de regime proibicionista e países de regime tolerante. Foram apresentados alguns estudos, realizados por alguns autores, que analisaram as variações suprarreferidas em países europeus, assim como nos EUA e na Austrália.

O segundo tipo destes estudos - estudos longitudinais - apresenta uma avaliação do impacto de uma determinada modificação legislativa ou forma de aplicação das leis nos comportamentos de consumo de drogas. Assim sendo, apresentamos os impactos da alteração legislativa do consumo de drogas: na Holanda, em Itália e em Portugal, a saber: a Holanda com a despenalização de algumas substâncias, enquanto Itália e Portugal com a passagem da criminalização do consumo de drogas à sua descriminalização.

A descriminalização portuguesa mantém interdito o consumo de drogas, contudo, deixa de ser considerado um ilícito passível de registo criminal, passando a ser uma contra ordenação social, ficando o consumidor sujeito a que lhe seja aplicada uma sanção administrativa. Esta alteração implicou que os ilícitos de consumo deixassem de estar a cargo dos tribunais, tendo sido criada uma instância administrativa (a CDT) responsável pela regulação dos consumos de drogas. Neste regime a preocupação maior é encaminhar o consumidor dependente para programas de tratamento e reabilitação. Como se pode constatar, a norma e a sanção legal sofreram alteração legislativa, tendo havido, portanto, interesse em perceber se esta nova forma de regulação do consumo de drogas exerceu algum impacto nos consumidores de drogas ilícitas.

O segundo capítulo deste trabalho de investigação apresenta duas perspetivas: dissuasiva e normativa. Começamos por apresentar as definições de norma e de desvio e a sua ligação.

O controlo social, que visa fazer cumprir as normas, evitando comportamentos desviantes, foi apresentado sob dois tipos: o controlo social formal; o controlo social informal. O primeiro, como vimos, integra as teorias da dissuasão e, consequentemente, a norma e sanção legal. Procuramos apresentar as três variáveis da dissuasão clássica, tal como haviam sido apresentadas por Beccaria e Bentham, embora para o presente estudo de investigação, numa fase empírica, apenas importasse analisar a certeza da sanção, aliás, mais concretamente a ameaça da sanção (medida pela probabilidade/risco de o consumidor ser detetado). A ameaça da sanção no comportamento de transgressão à lei apresenta uma distinção entre dois tipos de dissuasão: a dissuasão geral e a dissuasão específica, sendo que o seu objetivo consiste em prevenir o cometimento de crimes e desvios. Como pudemos perceber, a dissuasão geral é dirigida a toda a população e assenta na convicção de que o medo de ser punido é produzido e mantido quando se toma conhecimento de que outros foram sancionados pelos seus atos ofensivos, tratando-se, deste modo, de uma experiência vicariante da sanção; a dissuasão específica, por seu turno, tratando-se de uma experiência direta de detenção e sanção, é dirigida aos transgressores que sofreram uma sanção legal – com o intuito de os dissuadir - acreditando que a certeza de se ser sancionado no futuro é menor. Estas duas perspetivas da dissuasão, afetam os comportamentos, sendo suscetíveis de influenciar as perceções sobre a ameaça da sanção. Quando o indivíduo cumpre a norma legal, significa que ele está a reger o seu comportamento dentro da legalidade, podendo nós acreditar que a ameaça da sanção legal está presente na sua ação.

No segundo tipo de controlo social (o informal) inscrevem-se as normas internalizadas e as normas e sanções sociais. O que a literatura científica nos transmite quanto a este controlo é que, em muitas ocasiões, as influências informais são capazes de regular mais os comportamentos do que propriamente a norma legal e a ameaça da sanção legal, sendo os grupos primários como a família, o grupo de pares e adultos de respeito capazes de restringir os indivíduos nos seus comportamentos mais do que o controlo legal. Quando se identifica com as normas instituídas pelo grupo social no qual está integrado, o indivíduo tende a seguir essas normas.

As normas internalizadas são definidas como padrões morais de cada pessoa, adquiridos pelo processo de interiorização das normas sociais o que, não raras vezes, pode exercer uma grande influência na inibição de comportamentos desviantes. O que a norma internalizada transmite é que, quando o indivíduo percebe que um ato é contrário à norma grupal, ele tende a condenar o ato, considerando-o como incorreto ou errado. Como podemos perceber, a avaliação moral do ato afeta as percepções do risco da deteção e da sanção.

Na revisão teórica, foram também apresentados os estudos de dissuasão percetual. Estes definem-se como a relação que os indivíduos têm sobre a certeza e a severidade da sanção e o seu envolvimento em atos desviantes ou criminosos. Numa sucinta revisão de estudos de dissuasão percetual, algumas conclusões foram retiradas, nomeadamente que a ameaça da sanção legal poderá ter um efeito dissuasivo, sobretudo quando os indivíduos consideram como grande o risco de sofrer uma sanção. Estes estudos concluem que os indivíduos que têm uma experiência direta/pessoal com detenção percebem melhor os riscos das sanções legais do que aqueles que não passaram por essa experiência. Estudos de dissuasão percetual no âmbito do consumo de drogas (através da técnica do inquérito por questionário) revelaram que o consumo autorrevelado de substâncias se apresenta inversamente relacionado com a supervisão parental e com as crenças morais. Contudo, o consumo autorrevelado encontra-se positivamente relacionado com o comportamento do grupo de pares e com as crenças dos amigos sobre consumo de drogas, o que nos levou a concluir que o consumo de drogas é aceite no grupo de pares dos indivíduos questionados. Os autores dos estudos afirmaram que, relativamente ao efeito da dissuasão específica, as experiências pessoais com evitar a punição, estão inversamente relacionadas com as suas percepções de ameaça da sanção. O efeito da percepção do risco para o próprio indivíduo geralmente apresenta-se maior do que a percepção do risco para os outros. Outras experiências

pessoais apresentaram um efeito positivo na percepção do risco para o próprio, tais como as crenças morais e a supervisão parental.

A segunda parte desta dissertação incidiu na apresentação de um estudo empírico, de índole qualitativo, tendo nós partido para a investigação com dois objetivos distintos: analisar as percepções sobre o regime legal das drogas; e analisar as influências normativas nos consumos de drogas. Atingimos estes objetivos através dos discursos de dois grupos de entrevistados contrastantes: um grupo de toxicodependentes e outro de não consumidores de drogas ilícitas. Ao iniciar esta parte apresentamos os objetivos da investigação, sendo que no terceiro capítulo foi fundamentada a metodologia. Para esta investigação optamos por uma metodologia de índole qualitativa, dado que o intuito se prendia com a análise em profundidade e detalhe das percepções do regime legal das drogas e das influências normativas nos consumos de drogas dos dois grupos contrastantes. No que respeita à constituição intencional da amostra, procuramos que os dois grupos em estudo tivessem características similares em termos de idade, sexo e escolaridade. A técnica da entrevista permitiu, com o auxílio de um guião de entrevista concebido para o efeito, recolher as percepções acerca do regime legal das drogas e as influências normativas nos consumos de drogas ilícitas nos dois grupos de entrevistados. Das dezasseis entrevistas (oito a cada grupo de entrevistados) fizemos, posteriormente, a transcrição total, sendo que todo esse material empírico foi sujeito a uma codificação temática, que procurou gerar domínios temáticos e categorias. A estrutura temática tinha como objetivo comparar casos e grupos, estabelecer diferenças e correspondências entre os dois grupos do estudo, o que nos permitiu identificar e analisar as semelhanças e as diferenças de cada grupo.

No capítulo quarto procedeu-se à apresentação dos resultados do estudo. Toxicodependentes e não consumidores de drogas ilícitas não apresentaram uma opinião unânime quanto à interdição do consumo de drogas, já que uns consideraram que o consumo deverá ser interdito, enquanto outros não partilham da mesma opinião. A diferença entre grupos encontra-se no regime em concreto, o grupo de toxicodependentes apresenta-se favorável ao regime de contra ordenação para o consumo de drogas, enquanto para os não consumidores a sua percepção traduz-se num modelo de regulamentação criminal. No que respeita ao consumo de substâncias como o álcool e o tabaco, a opinião que prevalece é que deve ser legal o seu consumo, enquanto substâncias como o haxixe, a cocaína e a heroína devem ser interditas.

Ainda no que concerne a percepções sobre o regime legal das drogas, concluímos que os participantes apresentam uma percepção de ineficácia da interdição na regulação do seu consumo. Concluímos, ainda, que a interdição é revestida de legitimidade, tendo o Estado, segundo os participantes, autoridade para interditar o consumo de estupefacientes. Quanto à legitimidade da sanção para consumos de drogas, ela é percebida como tal pelos não consumidores de drogas, e vista como ilegítima pelos toxicodependentes. Relativamente à reação das autoridades policiais, perante delitos de consumo, as percepções recolhidas é que as autoridades policiais deverão agir com tolerância perante os seus autores, porventura aconselhando-os, alertando-os para os malefícios acarretados pelo consumo de drogas e, se possível, encaminhando-os para um tratamento. Apesar de sabermos que o papel da polícia não integra a punição de delitos de consumo de drogas, o grupo de não consumidores apresenta uma opinião de que as autoridades policiais deveriam penalizar o consumidor de drogas. Não consumidores apresentaram uma opinião favorável ao sancionamento dos delitos de consumo, considerando que os consumidores deveriam sofrer como sanção a realização de trabalho comunitário, uma pena de prisão ou serem obrigados a fazer um tratamento de recuperação. Na opinião dos toxicodependentes, os delitos de consumo de drogas não deveriam ser sujeitos a qualquer sanção.

Os toxicodependentes têm conhecimento de que a lei que regula o consumo de drogas em Portugal interdita o consumo e cujo ilícito se assume como uma contra ordenação social. Os toxicodependentes que consumiam aquando da alteração legislativa, deram conta dessa alteração ou pela forma como eram perseguidos pelas autoridades policiais, ou pelas consequências menos punitivas que viam outros consumidores a sofrer. Já os toxicodependentes que só iniciaram os consumos durante a vigência da lei da descriminalização apercebiam-se que poderiam ser detetados e sancionados em atos de consumo, mas que a sanção não passaria por pena de prisão. Os não consumidores têm conhecimento de que a lei portuguesa interdita o consumo de drogas, mas alguns continuam a pensar que o consumo de estupefacientes constitui um crime, revelando, assim, desconhecimento de que estamos perante um regime de contra ordenação.

Os dois grupos de entrevistados consideram a lei da descriminalização apropriada, sendo esta opinião mais prevalecente nos toxicodependentes pelo facto de a lei permitir a realização de um tratamento em vez de estarem sujeitos a uma sanção mais punitiva, no entanto, consideram este regime restritivo, uma vez que, no seu entender, o tratamento é imposto. Contudo, nós sabemos que a descriminalização visa a possibilidade e não a

imposição de um tratamento de recuperação. A possibilidade de tratamento dada aos consumidores de drogas, juntamente com o facto de a descriminalização não prever uma sanção penal, faz com que os não consumidores percebam a lei da descriminalização como sendo permissiva.

Para o grupo de toxicodependentes, a descriminalização não exerceu influência no número de pessoas detetadas a consumir, enquanto os não consumidores consideram ter havido um aumento. No que respeita à influência da dita lei no número de consumidores dependentes - embora não havendo unanimidade de opinião - uma parte significativa considerou que a lei não exerceu qualquer influência.

No que respeita à temática da dissuasão, verificamos que a ameaça da sanção não influenciou os níveis de consumo de drogas, mas levou a que os toxicodependentes adotassem estratégias de consumos de forma a evitar a deteção policial. Verificamos, pois, que o risco de ser detetado a consumir drogas não afeta as decisões de consumo havendo outras circunstâncias que se sobrepõem, como a adição, a dependência das substâncias.

Apesar de nos primeiros consumos os toxicodependentes não sentirem a ameaça da sanção, o inverso parece acontecer no percurso dos consumos e nos últimos consumos. O envolvimento nos consumos aumenta o receio dos consumidores em serem detetados e o medo de sofrer uma sanção. A pena de prisão (apesar de já não prevista na legislação), a multa e a detenção policial, são as consequências que mais receariam sofrer.

A experiência de deteção nos toxicodependentes entrevistados é escassa e a experiência de punição é nula, tendo os toxicodependentes saído impunes das deteções de delitos de consumo. A deteção nunca aconteceu no primeiro consumo, mas sim nos consumos repetidos, sendo que esta experiência não levou a uma modificação dos consumos porque, mais uma vez, a dependência das substâncias se sobrepunha.

A experiência vicariante de deteção e sanção por delitos de consumo apresenta-se de forma muito mais significativa no grupo de toxicodependentes. Por sua vez, a estimativa do risco de ser detetado (tendo por base o conhecimento de outras pessoas terem sido detetadas e sancionadas) teve uma influência insignificante nas decisões de consumo de drogas dos dois grupos de entrevistados.

No que respeita à avaliação moral do comportamento de consumo de drogas, este é percecionado como moralmente incorreto, ou seja, a norma internalizada referente ao consumo de drogas condena os atos de consumo. Tendo em conta esta avaliação (no caso dos toxicodependentes sabemos que atualmente condenam moralmente o ato de consumo, mas

acreditamos que aquando dos consumos não condenavam o ato), os indivíduos assumem um sentimento de culpa e de mal-estar pelo consumo de drogas ilícitas. A sociedade, no geral, condena os comportamentos de consumo e têm uma perceção negativa acerca de consumidores de drogas. Contudo, esta opinião negativa não assumiu importância para os toxicodependentes, pois não os levou a abandonar os consumos de drogas.

Vemos, assim, que controlo social informal nem sempre exerceu um efeito dissuasor nos consumos de drogas: apesar de pessoas próximas e adultos de referência desaprovarem comportamentos de consumo de drogas, alguns dos entrevistados não mudaram de atitude face ao consumo de drogas; e metade dos toxicodependentes entrevistados assumiu, aliás, que não pensou em abandonar os consumos devido à opinião dessas pessoas.

No que respeita ao papel da família perante comportamentos de consumo de drogas, verificamos que o controlo informal familiar e a sanção informal estiverem presentes, porém isso não funcionou de forma fortemente dissuasiva. Muito embora alguns toxicodependentes tenham assumido ter mudado os hábitos de consumo por terem sido apanhados por algum familiar, essas mudanças não dizem respeito aos níveis de consumo, mas sim ao cuidado na escolha de locais para consumir, a fim de não serem detetados por familiares. Daí o facto de a maior parte dos entrevistados terem assumido intimidação pelo risco de poderem ser detetados e sancionados por familiares em atos de consumo.

Os entrevistados toxicodependentes afirmaram terem-se autoexcluído do grupo de pares convencional para se inserirem em grupos de pares consumidores, tendo sido estes a socializarem-nos para os consumos. Os não consumidores estavam integrados em grupos de pares convencionais, não existindo neles a norma do consumo de drogas.

2. Limitações do Estudo

Em termos teóricos consideramos que alguns estudos empíricos apresentados que fundamentam a teoria não são muito recentes, pelo que consideramos pertinente que se realizem outros estudos nestas temáticas e a outro tipo de populações que não as que nos foram apresentadas em estudos anteriores, dado que são populações, tendencialmente, conformistas. Não possuímos estudos comparativos no que respeita às perceções do regime legal das drogas, quer a nível nacional, quer internacional. Em Portugal não existem estudos de dissuasão percetual no âmbito das influências normativas nos consumos, havendo, por isso, necessidade de se fazer estes estudos de forma a melhor se compreender a influência dos

três tipos de normas (legais, sociais e internalizadas), e a sua ligação, nos consumos de drogas, tendo mesmo em linha de conta vários tipos de drogas e vários tipos de consumidores.

A nível metodológico, reconhecemos algumas limitações relativamente a um conhecimento mais aprofundado dos entrevistados, que se deveu, sobretudo, a limitações de tempo. No caso dos toxicodependentes (em tratamento de reabilitação), apercebemo-nos que, em algumas ocasiões, referiam o que consideravam desejável em termos de comportamentos normativos e perceções sobre o regime das drogas, indo de encontro à ideia de uma desejabilidade social das respostas.

A pouca heterogeneidade dos participantes a nível de género e a nível socioeconómico pode também considerar-se uma limitação, dado que uma maior heterogeneidade dos participantes poderia ter influenciado os resultados. Ao termos recorrido a toxicodependentes em tratamento, deparamo-nos com uma população maioritariamente constituída por indivíduos do sexo masculino, com baixas habilitações literárias e profissões de baixa qualificação profissional. Como é óbvio, tivemos que encontrar não consumidores que possuíssem as mesmas características para não termos grupos muito díspares em termos de características sociodemográficas.

A impossibilidade de generalização dos resultados, dado não se tratar de uma amostra representativa de toda a população poderá ser, para alguns, uma limitação.

3. Pistas para Investigações Futuras

De modo a contornar algumas limitações do presente estudo de investigação acreditamos que se apresentaria como pertinente realizar uma investigação idêntica, em termos de propósitos e de metodologia de investigação, mas na qual se contemplasse mais um outro grupo de consumidores: consumidores ocasionais/recreativos, ou seja, consumidores não problemáticos. Ao ter três grupos distintos em análise - não consumidores (indivíduos convencionais), consumidores recreativos (não problemáticos) e consumidores dependentes (problemáticos) - teríamos uma heterogeneidade de situações de consumo que poderia apresentar perceções diferentes sobre o regime legal das drogas e sobre as influências normativas nos consumos de drogas. Em suma, consideramos que uma maior heterogeneidade das experiências de consumo de drogas permitiria uma melhor análise das variáveis do presente estudo.

Para colmatar algumas limitações anteriormente mencionadas, consideramos que podíamos procurar constituir uma amostra mais heterogénea em termos sociodemográficos e

socioeconómicos: procedendo à constituição de uma amostra mais diversificada em termos de idade, género, habilitações literárias, profissão, estatuto e classe social, pois consideramos que uma maior heterogeneidade dos indivíduos poderia ter influência nos resultados das perceções sobre o regime legal das drogas e das influências normativas nos consumos de drogas.

Uma outra pista para investigações futuras, agora que temos estas duas temáticas exploradas (perceções sobre o regime legal das drogas e influências normativas nos consumos de drogas), poderia passar por generalizar e mensurar melhor estas variáveis do estudo. Assim, colocamos a hipótese da realização de um estudo de carácter quantitativo, com recurso à técnica do inquérito por questionário, de forma a podermos generalizar os resultados da investigação.

BIBLIOGRAFIA

- Agra, C. (1998). *Entre droga e crime*. Cruz Quebrada: Casa das Letras
- Agra, C. & Matos, A. P. (1997). “Trajetórias desviantes”. *Droga e crimes: Estudos interdisciplinares*. Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga
- Agra, C. (1993). *Dizer a droga, ouvir as drogas*. Porto: Radicário
- Andenaes, J. (1974). *Punishment and deterrence*. New York: University of Michigan Press
- Bachman, R. & Schutt, R. (2001). *The practice of research in criminology and criminal justice*. Thousand Oaks: Pine Forge Press
- Bardin, L. (2007). *Análise de conteúdo*. (4a ed.) Lisboa: Edições 70, Lda.
- Bean, P. (1974). *The social control of drugs*. London: Martin Robertson and Company Ltd.
- Brochu, S. (1995). *Drogue et criminalité: Une relation complexe*. Montréal: Presses de l’Université de Montréal
- Bouma, G. & Atkinson, G. (1995). *A handbook of social science research: A comprehensive and practical guide for students*. Oxford: Oxford University Press
- Caballero, F. & Bisiou, Y. (2000). *Droit de la drogue*. (2a ed.). Paris: Éditions Dalloz
- Cerclé, A. & Somat, A. (1999). *Manual de Psicologia Social*. Lisboa: Instituto Piaget
- Cesoni, M. L. (2000). *L’Incrimination de l’usage de stupéfiants dans sept législations européennes*. Documents du Groupement de Recherche Psychotropes, Politique et Société, n° 4
- Cohen, A. (1966). *Deviance and social control*. New Jersey: Prentice-Hall
- Cohen, R. (1955). *Delinquent boys: The culture of the gang*. New York: The Free Press
- Cruz, O. (2011). *Histórias e trajetórias de consumidores ‘não problemáticos’ de drogas ilícitas*. Tese de Doutoramento. Escola de Psicologia da Universidade do Minho
- Cusson, M. (2007). *Criminologia*. Cruz Quebrada: Oficina do Livro – Sociedade Editorial, Lda.
- Dicionários Temáticos (2002). *Dicionário de Sociologia*. Porto: Porto Editora
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor – Projetos e Edições, Lda.
- Foglia, W. (1997). “Perceptual deterrence and the mediating effect of internalized norms among inner-city teenagers”. *Journal of research in crime and delinquency*, 34, 4, 414-441

- Fontana, A. & Frey, J. (1994). "Interviewing: The art of science". *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications
- Gibbs, J. (1981). *Norms, deviance and social control*. New York: Elsevier
- Gibbs, J. (1975). *Crime, punishment and deterrence*. New York: Elsevier
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Habermas, J. (1998). *Between facts and norms: Contribution to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: MIT Press
- Hagan, F. (2010). *Research methods in criminal justice and criminology*. New Jersey: Prentice Hall
- Hirschi, T. (2007). *Causes of delinquency*. (6a ed.) New Brunswick: Transaction Publishers
- Holstein, J. & Gubrium, J. (1997). "Active interviewing". *Qualitative research: Theory, method and practice*. London: Sage Publications
- Johnston, L., O'Malley, P. & Bacham, J. (1981). Marijuana decriminalization: The impact on youth 1975-1980. Monitoring the future occasional paper nº 13. Institute for Social Research, University of Michigan
- Killias, M.; Scheidegger, D. & Nordenson, P. (2009). "The effects of increasing the certainty of punishment: A field experiment on public transportation". *European Journal of Criminology*, 6:387, 386-400
- Kuperan, K. & Sutinen, J. (1998). "Blue water crime: Deterrence, legitimacy and compliance in fisheries". *Law & Society Review*
- MacCoun, R. (2003). *The varieties of marijuana prohibition: Do laws influence drug use?* Empirical legal studies colloquium series. Northwestern University School of Law
- MacCoun, R. & Reuter, P. (2001). "Evaluating alternative *cannabis* regimes". *British Journal of Psychiatry*, 178, 123-128
- MacCoun, R. & Reuter, P. (1999). "Does Europe do it better? Lessons from Holland, Britain and Switzerland". *The Nation*, September 20
- MacCoun, R. & Reuter, P. (1997). "Interpreting dutch *cannabis* policy: Reasoning by analogy in the legalization debate". *Science*, 278, 47-52
- MacCoun, R. (1993). "Drugs and the law: A psychological analysis of drug prohibition". *Psychological Bulletin*, 3, 497-512
- Martins, A. (2003). "Direito internacional da droga e da toxicodependência". *Problemas jurídicos da droga e da toxicodependência*. Vol. 1, 51-88

- McGeorge, J. & Aitken, C. (1997). "Effects of *cannabis* decriminalization in the Australian capital territory on university Students patterns on use". *Journal of Drug Issues*, 27, 4, 785-793
- Mason, J. (1996). *Qualitative researching*. London: Sage Publications
- Parsons, T. (1999). *El sistema social*. (3ª ed.) Madrid: Alianza Editorial
- Paternoster, R. & Piquero, A. (1995). "Reconceptualizing deterrence: An empirical test of personal and vicarious experiences". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 32, 3, 251-286
- Paternoster, R. (1989). "Decision to participate in and desist from four types of common delinquency: Deterrence and the rational choice perspective". *Law and Society Review*, 23, 7-40
- Paternoster, R. (1987). "The deterrence effect of perceived certainty and severity of punishment: A review of the evidence and issues". *Justice Quarterly*, 4, 173-217
- Patton, M. (2000). *Qualitative research and evaluation methods* (3ª Ed.). Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications
- Pfohl, S. (1994). *Images of deviance and social control: A sociological history*. EUA: McGraw-Hill
- Piquero, A. & Pogarsky, G. (2002). "Beyond stafford and warr's reconceptualization of deterrence: Personal and vicarious experiences, impulsivity and offending behavior". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 39, 2, 153-186
- Pires, Á. (2008). "Amostragem e pesquisa qualitativa: Ensaio teórico e metodológico". *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. 154-211
- Pogarsky, G. & Piquero, A. (2003). "Can punishment encourage offending? Investigating the "resetting" effect". *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 94-120
- Poiares, C. & Agra, C. (2003). "A droga e a humanidade – reflexão psicocriminal", in Dário Moura Vicente (coord.), *Problemas jurídicos da droga e da toxicodependência*. Lisboa: Coimbra Editora, 9-26
- Quintas, J. (2011). *Regulação legal do consumo de drogas: Impactos da experiência portuguesa da descriminalização*. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva – Publicações
- Reuband, K. (1995). "Drug use and drug policy in Western Europe: Epidemiological findings in a comparative perspective". *European Addiction Research*, Vol. 6, nº 3, 32-41

- Robert, P. (1997). *Normes, normes juridiques et normes penales*. Paris: Editions L'Harmattan
- Rubin, H. & Rubin, I. (1995). *Qualitative interviewing: The art of hearing data*. Thousand Oaks: Sage Publications
- Schwartz, R. (1978). "Moral order and sociology of law: Trends, problems and prospects". *Annual Review of Sociology*, 4, 577-601
- Schwartz, R. & Orleans, S. (1970). "On legal sanctions". *Society and the Legal order*. London: Basic Books, Inc., Publishers
- Silverman, D. (2000). *Doing qualitative research. A practical handbook*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications
- Single, E. (1989). "The impact of marijuana decriminalization: An update". *Journal of Public Health Policy*, 10, 456-466
- Soliveti, L. (2001). *Drug use criminalization v. decriminalization: An analysis in the light of the Italian experience*. Rome: Report on Mandate of the Federal Office of Public Health
- Thies, C. & Register, C. (1993). "Decriminalization of marijuana and the demand for alcohol, marijuana and cocaine". *The Social Science Journal*, 30 (4), 385-399
- Tyler, T. (2006). *Why people obey the law?* Princeton : Princeton University Press
- Vaus, D. (2001). *Research design in social research*. London: Sage Publications
- Weatherburn, D.; Topp, L.; Midford, R. & Allsopp, S. (2000). "Drug crime prevention and mitigation: A literature review and research agenda". *NSW Bureau of Crime Statistics and Research*, 1-88
- Wenzel, M. (2004). "The social side of sanctions: Personal and social norms as moderators of deterrence". *Australian Taxation Office*, 1-43

LEGISLAÇÃO

Lei nº 30/2000 de 29 de Novembro. Diário da República nº 276/2000

ANEXOS

Anexo 1 - Guião de Entrevista - Toxicodependentes

Dados e situação pessoal

- Sexo
- Idade
- Estado civil
- Nacionalidade
- Escolaridade
- Profissão

1. Conhecimento da lei

1.1. Lei em Portugal

Na lei relativa ao consumo de drogas em Portugal, pensa que o consumo de drogas é proibido ou não?

(em função da resposta)

1.1.1. Consumo não proibido por lei

Pensa então que o consumo de drogas é legal? De que forma? E onde podem ser adquiridas as drogas legalmente?

1.1.2. Consumo proibido por lei

Pensa então que o consumo de drogas é proibido? De que forma?

Acha que o consumo de drogas é um crime ou acha que é uma contra ordenação social?

1.2. Sobre o conhecimento dos outros

O que acha que as outras pessoas geralmente pensam sobre ser ou não proibido o consumo?

E sobre o regime legal em concreto, o que acha que a maioria das pessoas pensam?

2. Perceções sobre o regime legal das drogas

2.1. Perspetiva da lei

Considera que o consumo de drogas devia ser proibido por lei? Porquê?

2.2. Proibição do consumo por lei

No caso de considerar que deve ser proibido, acha que o consumo devia ser considerado um crime ou apenas uma contra ordenação? Porquê?

No caso de considerar que não deve ser proibido, de que forma pode ser regulado?

2.3. Opção pela proibição

Acha que a proibição de consumir drogas é uma opção eficaz? Porquê?

Considera ser uma opção legítima por parte do Estado? Porquê?

Considera justo que a lei sancione as pessoas que consomem drogas? Porquê?

2.4. Consumo de diferentes substâncias

Acha que o consumo de álcool devia ser proibido? E o consumo de tabaco? E o consumo de haxixe? E o consumo de heroína/cocaína?

2.5. Atuação das autoridades policiais

Quando alguém é apanhado a consumir drogas, o que acha que a Polícia deve fazer?

2.6. Sancionamento do consumo

Acha que o consumo de drogas deve ser sancionado? Através de que forma(s)?
(introduzir prisão, multa, tratamento alternativo, ...)

2.7. Sobre a opinião dos outros

Acha que a maior parte das pessoas considera que o consumo devia ser proibido por lei?

O que acha que a maior parte das pessoas pensam quanto ao regime legal das drogas?
(adaptar em função da ideia do entrevistado sobre a opinião dos outros ser ou não pela proibição)

O que acha que a maior parte das pessoas pensa sobre o consumo de álcool e tabaco? E o que acha que elas pensam sobre o consumo de haxixe? E do consumo das outras drogas ilícitas, como a cocaína ou a heroína?

Qual considera ser a opinião da maior parte das pessoas relativamente ao que a Polícia deve fazer se apanhar alguém a consumir drogas?

Acha que a maior parte das pessoas considera que o consumo de drogas devia ser sancionado? Através de que forma(s)?

3. Atual regime legal do consumo de drogas

(exige uma explicação sucinta, descriminalização, apreciação por CDT, sanções suspensas com vista a tratamento)

3.1. Opinião sobre a lei portuguesa

Acha que a atual lei (descriminalização) das drogas é apropriada? Em que sentido?

Considera que a atual lei fez aumentar ou diminuir os consumos das pessoas que são apanhadas a consumir? Porque acha isso? Acha que o número de consumidores dependentes aumentou ou diminuiu? Porque acha isso?

Acha que o atual regime de consumo de drogas é permissivo ou restritivo? Porquê?

3.2. Opinião dos outros sobre a lei portuguesa

Como acha que pensa a maior parte das pessoas?

4. Dissuasão

4.1. Importância da ameaça da sanção na carreira de consumos

Alguma vez se preocupou com a possibilidade de ser apanhado pela polícia a consumir drogas? Essa possibilidade existia? Em que grau? As suas decisões de consumir ou não substâncias foram afetadas por esse risco de ser detetado?

Das primeiras vezes que consumiu drogas, preocupava-se com o facto de poder ser apanhado pela polícia? Porquê? Receava sofrer algum tipo de sanção? Qual?

Durante o seu percurso nos consumos, preocupava-se com o facto de poder ser apanhado pela polícia? Porquê? Receava sofrer algum tipo de sanção? Qual?

Quando decidiu deixar de consumir drogas, ou seja, nos últimos consumos, preocupava-se com o facto de poder ser apanhado pela polícia? Porquê? Receava sofrer algum tipo de sanção? Qual?

4.2.- Experiência de deteção e sanção

Já foi apanhado pela polícia a consumir drogas ilícitas? Quantas vezes? No primeiro consumo? No consumo repetido? Como se sentiu? Modificou os seus consumos por isso? Como? Porquê?

Já foi sancionado/processado por consumir drogas ilícitas? Quantas vezes? No primeiro consumo? No consumo repetido? Modificou os seus consumos por isso? Como? Porquê?

Se já foi sancionado, em que consistiu a sanção? Qual acha que foi o efeito que teve em si? E nos seus consumos?

Aconteceu durante os consumos não ser apanhado e/ou sancionado pela Polícia? Se sim, a que acha que se deveu?

4.3. Experiência vicariante de deteção e sanção

Outras pessoas suas conhecidas/amigos foram apanhadas pela polícia a consumir drogas ilícitas? Sabe se foram sancionadas? Quantas vezes? Se sim, qual foi a sanção? Sabe se continuaram a consumir logo após isso? Sabe porquê?

Qual a importância dessa estimativa do risco de ser detetado nas suas decisões de consumo?

4.4. Consequências informais da sanção

Se fosse apanhado/quando foi apanhado e os Tribunais decidiam/decidiram puni-lo, seria/foi um problema para a sua vida? Porquê?

Julga que isso a acontecer a outras pessoas, seria um problema para a vida delas?

5. Normas internalizadas

5.1. Avaliação moral dos comportamentos

Julga que é moralmente aceitável consumir drogas ilícitas? Porquê? Se não, considera incorreto consumir drogas? Porquê? Sente-se mal/culpado por consumir drogas? Porquê?

Acha que a maior parte das pessoas pensa que é moralmente aceitável consumir drogas ilícitas? O que acha que elas pensam sobre quem consome drogas?

Alguma vez pensou em deixar de consumir devido à forma como as pessoas o viam e tratavam?

6. Normas sociais/Sanções informais

6.1. Relação com pessoas próximas

Acha que as pessoas que lhe são próximas aprovam que consuma drogas? Porquê? A opinião delas foi importante para as decisões de consumo? Porquê?

Alguma vez pensou em deixar de consumir devido à opinião dessas pessoas? Porquê?

Acha que perde o respeito dos outros se consumir drogas ilícitas? Porquê?

6.2. Relação com a família

Como reagiu a sua família quando soube que consumia? Eles tinham por hábito controlar os seus comportamentos? Aconteceu alguma vez alguém da sua família apanhá-lo a consumir? Se sim, como reagiram? Teve alguma consequência para si? Se sim, qual?

Quando começou a consumir pensava na possibilidade de ser apanhado pela sua família? E durante o seu percurso de consumos? O risco de poder ser apanhado por algum familiar a consumir, alguma vez o intimidou? Mudou os seus hábitos de consumo por causa disso?

Mais alguém na sua família consome/consumiu drogas?

6.2.1. Opinião da família sobre consumidores

O que pensam os seus familiares sobre pessoas que consomem drogas?

6.3. Relação com o grupo de pares

Como reagiram os seus amigos quando souberam que consumia? Aconteceu algum dos seus amigos apanharem-no a consumir? Se sim, como reagiram? Excluíram-no do grupo por causa disso?

Tem amigos que também consomem?

Tinha por hábito consumir sozinho ou acompanhado? Com quem? Se acompanhado, não o preocupava ser apanhado pela Polícia?

6.3.1. Opinião do grupo de pares sobre consumidores

O que pensam os seus amigos sobre pessoas que consomem drogas?

7. Outras questões sobre consumo de drogas

7.1. Carreira de consumos

Com que idade começou a consumir drogas? Que drogas começou por consumir? Que drogas consumia aquando da entrada no programa de reabilitação? Consumiu alguma droga no último ano? Que drogas?

O que o levou a deixar de consumir drogas?

7.2. Expetativas futuras de consumo

Pensa vir a consumir drogas ilícitas no futuro? Porquê?

Pensa vir a ser apanhado por consumir drogas ilícitas?

Pensa que pessoas suas conhecidas podem vir a consumir drogas ilícitas? Pensa que elas podem ser apanhadas pela polícia?

Quem o incentivou a fazer um programa de recuperação? Quando foi isso?

A proibição do consumo teve algo a ver com a adesão a um programa de recuperação?

Há mais alguma coisa sobre a qual gostasse de falar?

Obrigada por me ter concedido esta entrevista. Desejo-lhe as maiores felicidades.

Anexo 2 - Guião de Entrevista – Não Consumidores

Dados e situação pessoal

- Sexo
- Idade
- Estado civil
- Nacionalidade
- Escolaridade
- Profissão

1. Conhecimento da lei

1.1. Lei em Portugal

Na lei relativa ao consumo de drogas em Portugal, pensa que o consumo de drogas é proibido ou não?

(em função da resposta)

1.1.1. Consumo não proibido por lei

Pensa então que o consumo de drogas é legal? De que forma? E onde podem ser adquiridas as drogas legalmente?

1.1.2. Consumo proibido por lei

Pensa então que a consumo de drogas é proibido? De que forma?

Acha que o consumo de drogas é um crime ou acha que é uma contra ordenação social?

1.2. Sobre o conhecimento dos outros

O que acha que as outras pessoas geralmente pensam sobre ser ou não proibido o consumo?

E sobre o regime legal em concreto o que acha que a maioria das pessoas pensam?

2. Perceções sobre o regime legal das drogas

2.1. Perspetiva da lei

Considera que o consumo de drogas devia ser proibido por lei? Porquê?

2.2. Proibição do consumo por lei

No caso de considerar que deve ser proibido, acha que o consumo devia ser considerado um crime ou apenas uma contra ordenação? Porquê?

No caso de considerar que não deve ser proibido, de que forma pode ser regulado?

2.3. Opção pela proibição

Acha que a proibição de consumir drogas é uma opção eficaz? Porquê?

Considera ser uma opção legítima por parte do Estado? Porquê?

Considera justo que a lei sancione as pessoas que consomem drogas? Porquê?

2.4. Consumo de diferentes substâncias

Acha que o consumo de álcool devia ser proibido? E o consumo de tabaco? E o consumo de haxixe? E o consumo de heroína/cocaína?

2.5. Atuação das autoridades policiais

Quando alguém é apanhado a consumir drogas, o que acha que a Polícia deve fazer?

2.6. Sancionamento do consumo

Acha que o consumo de drogas deve ser sancionado? Através de que forma(s)?
(introduzir prisão, multa, tratamento alternativo, ...)

2.7. Sobre a opinião dos outros

Acha que a maior parte das pessoas considera que o consumo devia ser proibido por lei?

O que acha que a maior parte das pessoas pensam quanto ao regime legal das drogas?
(adaptar em função da ideia do entrevistado sobre a opinião dos outros ser ou não pela proibição)

O que acha que a maior parte das pessoas pensa sobre o consumo de álcool e tabaco? E o que acha que elas pensam sobre o consumo de haxixe? E do consumo das outras drogas ilícitas, como a cocaína ou a heroína?

Qual considera ser a opinião da maior parte das pessoas relativamente ao que a Polícia deve fazer se apanhar alguém a consumir drogas ilícitas?

Acha que a maior parte das pessoas considera que o consumo de drogas devia ser sancionado? Através de que forma(s)?

3. Atual regime legal do consumo de drogas

(exige uma explicação sucinta, descriminalização, apreciação por CDT, sanções suspensas com vista a tratamento)

3.1. Opinião sobre a lei portuguesa

Acha que a atual lei (descriminalização) das drogas é apropriada? Em que sentido?

Considera que a atual lei fez aumentar ou diminuir os consumos das pessoas que são apanhadas a consumir? Porque acha isso? Acha que o número de consumidores dependentes aumentou ou diminuiu? Porque acha isso?

Acha que o atual regime de consumo de drogas é permissivo ou restritivo? Porquê?

3.2. Opinião dos outros sobre a lei portuguesa

Como acha que pensa a maior parte das pessoas?

4. Dissuasão

4.1. Importância da ameaça da sanção na opção de não consumo

Se consumisse drogas, preocupava-o(a) a possibilidade de poder ser apanhado pela polícia a consumir? Considera que essa possibilidade existe? Em que grau? As suas decisões de não consumir substâncias foram afetadas por esse risco de poder ser detetado?

Receava sofrer algum tipo de sanção se consumisse drogas? Qual? Porquê?

4.2. Experiência vicariante de deteção e sanção

Outras pessoas suas conhecidas/amigos foram apanhadas pela polícia a consumir drogas ilícitas? Sabe se foram sancionadas? Quantas vezes? Se sim, qual foi a sanção? Sabe se continuaram a consumir logo após isso? Sabe porquê?

Qual a importância dessa estimativa do risco de ser detetado nas suas decisões de não consumo?

4.3. Consequências informais da sanção

Se fosse apanhado a consumir drogas e os Tribunais decidiam puni-lo, seria um problema para a sua vida? Porquê?

Julga que isso acontecer a outras pessoas, seria um problema para a vida delas?

5. Normas internalizadas

5.1. Avaliação moral dos comportamentos

Julga que é moralmente aceitável consumir drogas ilícitas? Porquê? Se não, considera incorreto consumir drogas? Porquê? Sentir-se-ia mal/culpado por consumir drogas? Porquê?

Acha que a maior parte das pessoas pensa que é moralmente aceitável consumir drogas ilícitas? O que acha que elas pensam sobre quem consome drogas?

O que pensa sobre pessoas que consomem drogas?

6. Normas sociais/Sanções informais

6.1. Relação com pessoas próximas

Acha que as pessoas que lhe são próximas aprovariam que consumisse drogas? Porquê? A opinião delas foi importante para as suas decisões de não consumo?

Acha que perde o respeito dos outros se consumir drogas ilícitas?

6.2. Relação com a família

Como reagiria a sua família se soubesse que consumia drogas ilícitas? Eles têm por hábito controlar os seus comportamentos? Se o apanhassem a consumir, como acha que reagiriam? Teria alguma consequência para si? Se sim, qual?

O risco de poder ser apanhado por algum familiar a consumir, intimidá-lo-ia? Porquê?

Alguém da sua família consumiu/consome drogas?

6.2.1. Opinião da família sobre consumidores

O que pensam os seus familiares sobre pessoas que consomem drogas?

6.3. Relação com o grupo de pares

Como reagiriam os seus amigos se soubessem que consumia? Se o apanhassem a consumir, como acha que reagiriam? Excluí-lo-iam do grupo por causa disso?

Tem amigos que consomem/consumiram? Se sim, como é/foi a sua relação com eles?

6.3.1. Opinião do grupo de pares sobre consumidores

O que pensam os seus amigos sobre pessoas que consomem drogas?

7. Outras questões sobre consumo de drogas

7.1. Carreira de consumos

Já consumiu alguma droga ilícita? Qual? Que idade tinha? Porque deixou de consumir? No último ano consumiu alguma droga ilícita? Qual?

7.2. Expetativas futuras de consumo

Pensa poder vir a consumir drogas ilícitas no futuro? Porquê?

Pensa vir a ser apanhado por consumir drogas ilícitas?

Pensa que pessoas suas conhecidas podem vir a consumir drogas ilícitas? Pensa que elas podem ser apanhadas pela polícia?

Há mais alguma coisa sobre a qual gostasse de falar?

Obrigada por me ter concedido esta entrevista. Desejo-lhe as maiores felicidades.